

ECONOMIA & PLANEJAMENTO

Títulos em catálogo

Série "Teses e Pesquisas"

Economia Política do Trabalho, Paul Singer (2ª edição)
A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil, Rui Guilherme Granziera
O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil (1930-1975), Tamás

Sztrencsányi

Dinâmica Populacional e Desenvolvimento, Paul Singer (3ª edição)

Emprego, Salários e Pobreza, Paulo Renato Souza

O Enclivamento, Luiz Antonio Tannuri

Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola, Rui H. P. L. de

Albuquerque

As Soluções Energéticas e a Economia Brasileira, Fernando Homem de Mello e

Eli Roberto Pelin

Política da Borracha no Brasil: a Falência da Borracha Vegetal, Nelson Prado

Alves Pinto

A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeteira 1850-1930, Flávio

Marques de Saes

Série "Obras Didáticas"

Análise de Regressão: uma Introdução à Econometria, Rodolfo Hoffmann e Sônia
Vieira (2ª edição)

Recursos Ociosos e Política Econômica, Ignácio Rangel

Elaboração e Análise de Projetos, Lenina Pomeranz

Estruturas de Mercado em Oligopólio, Mario Luiz Possas

(2ª edição)

Série "Teoria Contemporânea"

Crescimento e Ciclo das Economias Contemporâneas, Michal Kalecki. Ensaios

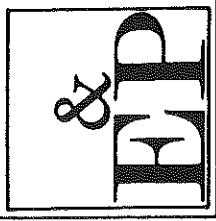
selecionados por Jorge Miglioli (2ª edição)

Progresso Técnico e Teoria Econômica, Garegnani, Steindl, Sylos-Labini, Harris,

Nell, Laski e Izzo & Spaventa

A PRÉ-HISTÓRIA DA ECONOMIA De Maquiavel a Adam Smith

planejamento
&
economia



Ana Maria Bianchi

A Pré-História da Economia

De Maquiavel a Adam Smith

DEDALUS - Acervo - FEARP



20700016194



8882

BIBLIOTECA CENTRAL
Faculdade de Economia - Universidade
de São Paulo - Ribeirão Preto - U.S.P.

EDITORA HUCITEC
São Paulo, 1988

c Direitos autorais, 1987, de Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi. Direitos de publicação reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia "Hucitec" Ltda., Rua Comendador Eduardo Saccab, 344 04602, São Paulo, Brasil. Telefone: (011) 61-6319.

Capa: Claus P. Bergner (criação); Estúdio Hucitec (arte).
Diagramação: Claus P. Bergner.

Class. 33(091)
B577P
2.4
Tombo FIAU 8882
SYSNO 413804

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	XI
1. SINTOMAS DE CRISE NA CIÊNCIA ECONÔMICA	1
1.1 A revolução formalista e seus enigmas	4
1.2 Crise de abstração	7
1.3 Uma revolução científica em marcha?	10
1.4 Lacunas numa concepção de economia comandada pela oferta	14
1.5 Balanço preliminar	18
1.6 Uma proposta de estudo	20
2. EM BUSCA DO PASSADO	25
2.1 Revolução de valores	27
2.2 As eclusas do espírito	35
2.3 O fato econômico como categoria isolada	39
2.4 Volta aos clássicos	40
2.5 A nova era na idade da crença	43
3. A RENASCENÇA E O HOMEM COMO ELE REALMENTE É	47
3.1 Maquiavel, realismo político e moral teleológica	50
3.2 Bacon e a valorização do conhecimento empírico	55
3.3 Hobbes e o Estado como deus mortal	59
3.4 Spinoza, liberalismo e a ética à moda dos geométricos	64
3.5 O racionalismo cartesiano	68
4. O ILUMINISMO, SUA TEORIA DO CONHECIMENTO E SUA ÉTICA	71
4.1 Locke e o elogio ao liberalismo	81
4.2 Helvétius e o universo regido pelo interesse	87
4.3 Os filósofos éticos e a reconciliação entre egoísmo e altruísmo	89
5. ADAM SMITH, MORALISTA E PAI DA ECONOMIA	101
5.1 Os fisiocratas e a idéia de um circuito econômico	102

ISBN 85-271-0047-9
Foi feito o depósito legal

5.2 Uma obra paradoxal?	104
5.3 A simpatia e o espectador imparcial	107
5.4 Smith vs. Mandeville	118
5.5 A riqueza das nações: continuidade, restrição e aprofundamento	123
6. CONCLUSÕES E NOVAS PERGUNTAS	129
6.1 O pano de fundo das transformações	137
6.2 Novas perguntas	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
APÊNDICE	149
ÍNDICE ANALÍTICO	163

APRESENTAÇÃO

Este livro é uma versão parcialmente modificada da tese que apresentei em concurso de livre-docência realizado na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, em abril de 1987.

O interesse pelo tema surgiu de um contato próximo e assíduo com economistas da FEA e da FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, durante quinze anos. Minha formação sociológica criava certos pontos cegos em relação à maneira de enxergar as coisas da maioria de meus colegas, ao mesmo tempo que gerava a necessidade de construir pontes pelas quais a comunicação científica pudesse fluir de forma mais eficiente e gratificante. O processo de tese ofereceu oportunidades muito concretas de trabalhar numa área de confluência entre a Economia, a Sociologia e outras ciências sociais, com os benefícios e o ônus inerentes ao trabalho de fronteira.

A decisão de pesquisar a pré-história da ciência econômica, desde Maquiavel, amadureceu com a convivência diária com economistas de diferentes tendências, numa instituição merecidamente orgulhosa de sua heterodoxia. Durante o período anterior à elaboração da tese, pude delectar entre meus colegas sinais mais ou menos explícitos de descontentamento quanto ao estado atual de sua ciência. Sentia-me diante de um conjunto difuso de sentimentos ambíguos, que depois apelidei de "crise de identidade".

Do esforço de retroagir quatro séculos na história do pensamento ocidental, eu esperava obter uma espécie de catarse, capaz de tornar mais visíveis os compromissos filosóficos e éticos subjacentes à ciência econômica. Via com bons olhos a perspectiva de retomar a leitura de filósofos clássicos, com os quais havia tido um primeiro e agradável contato nos bancos escolares.

Um outro impulso me movia: acreditava na necessidade de recha-

çar a idéia, amplamente disseminada na comunidade científica pelo positivismo, de que as ciências sociais tenham realmente conseguido emancipar-se da filosofia. Mais: de que essa pretensa emancipação tenha sido benéfica. Contudo, em momento algum tive a ilusão de que a volta ao passado pudesse constituir uma solução mágica para a crise presentida. Como afirmo diversas vezes neste livro, esta tarefa não é da competência de qualquer pesquisador isolado, por melhores que sejam suas intenções.

Meus colegas de trabalho, bem como meus alunos de pós-graduação e graduação, não só aguçaram minha curiosidade em relação ao tema como colaboraram bastante em todo o processo de elaboração da tese. Ensinar-me palavras novas, indicaram bibliografia relevante, procuraram entender meu ponto de vista, tentaram persuadir-me a ser neoclássica (alguns), marxista (outros), compartilharam comigo suas dúvidas (muitos). Feliz ou infelizmente, nem sempre foram bem-sucedidos. De qualquer forma, o resultado deste intercâmbio foi tornar o esforço de um trabalho interdisciplinar mais agradável e fecundo. Sou particularmente grata àqueles que me estimularam a descobrir uma ferida que, mal ou bem, coloca em questão os próprios fundamentos da ciência e da atividade profissional a que se dedicam.

Basília Baptista Aguirre, Eleutério da Silva Prado, Elizabeth Querido Farina, Eny Elza Ceotto, Iraci del Nero Costa e Nelson Hideki Nozoe leram vários trechos da versão original da tese e deram sugestões valiosas. Consegui incorporar algumas delas e resistir galhardamente a outras tantas, seja porque não concordava com o ponto de vista que as originava, seja porque envolviam um redirecionamento da investigação indesejável, naquele momento. Tamás Szmrecsányi foi um leitor atento, de primeira e última hora.

No concurso de livre-docência, contei com o apoio sincero, nos elogios e nas críticas, de José Pastore, Aparecida Joly Gouveia, Antonio Carlos Coelho Campino, Oliveira S. Ferreira e Paulo Renato Costa Souza. O texto revisito incorpora acréscimos e alterações provenientes de seus comentários, embora o corpo do trabalho não tenha sofrido modificações de monta.

Devo ainda testemunhar que a banca examinadora não se contentou em despejar sobre a candidata todas aquelas perguntas irresponsáveis, comuns em ocasiões semelhantes: como resolver a crise atual da economia brasileira? há saída para a ciência econômica? e para a ciência em geral? Fundamentalmente, os membros da banca proporcionaram-

me a oportunidade de uma discussão aberta, descontraída, inteligente e sensível sobre várias questões suscitadas pela leitura da tese, mesmo no que se refere aos rumos da ciência e da civilização ocidentais.

Os de minha família, pais, irmãos, Egidio, Caio, Marco, Bianca, ocuparam seus postos nas trincheiras. Pude contar com seu afeto e com seu apoio durante todo o período e com sua boa vontade para contornar os problemas de abastecimento da despensa doméstica, sem maiores queixas.

Rosana Aparecida Ferreira datilografou os originais. Sílvia Teresa Ferreira Frick reviu a datilografia, discutiu pontos de ortografia e sintaxe e colaborou na montagem do índice analítico. Laura Teixeira Motta traduziu a *Fábula das abelhas* com competência.

Estou convencida de que o melhor fruto que posso esperar da divulgação deste trabalho é seu potencial de recrutamento; ou seja, a capacidade que possa revelar no sentido de alimentar a discussão em torno do tema. As lacunas, os problemas pendentes, as dúvidas expostas no último capítulo serão questões menores se o trabalho puder contribuir para suscitar novas investigações sobre a pré-história da ciência econômica e seus fundamentos metodológicos.

A. M. B.
julho de 1987

CAPÍTULO I

SINTOMAS DE CRISE NA CIÊNCIA ECONÔMICA

Não é preciso ter um saber muito profundo para descobrir a imperfeição presente das ciências. A própria multidão, de fora das portas, pode julgar, pela algazarra e pelo clamor, que as coisas não vão bem no interior.

David Hume

Investigação sobre o entendimento humano

De tempos em tempos, a ciência econômica apresenta sintomas de crise. Em tais ocasiões, os membros da comunidade científica extravasam certo grau de descontentamento em relação aos rumos tomados pela ciência e alguma inquietude quanto a sua capacidade de resolver os problemas cuja solução lhes é confiada.

Em 1791, no auge do otimismo iluminista, mas também num momento particularmente difícil para a população trabalhadora da Revolução Industrial inglesa, o filósofo Jeremy Bentham concebeu o projeto de uma prisão científica, nas montanhas do *Panopticon*. Entusiasmado pelos avanços das ciências naturais, Bentham estava ansioso por aplicar o rigor científico e as técnicas quantitativas da física e da química com idêntico sucesso às ciências sociais. Que papel teria o *Panopticon* deste particular ponto de vista? Justamente o de constituir o primeiro e único laboratório social legítimo, no qual seriam confinadas todas as vítimas do sistema: os miseráveis, os órfãos, os aleijados, os idosos, as mães solteiras, os desempregados etc. Comodamente postados em sua torre de observação, os cientistas poderiam realizar experimen-

tos controlados, que lhes trariam respostas para inúmeras perguntas que inquietavam a civilização industrial: qual a melhor maneira de aumentar a produtividade do trabalho? seriam mais eficazes métodos pedagógicos em que as crianças pudessem ver e tocar o objeto de sua investigação? quantas horas de lazer são necessárias para repor as energias humanas dispendidas no trabalho? e assim por diante.

A prisão científica de Bentham nunca chegou a ser construída. Quem sabe por isso os cientistas sociais treinados na tradição positivista periodicamente lamentam a impossibilidade de fazer experimentos para testar a validade de suas conclusões. Mas isso não é tudo: da torre de observação que construíram para si próprios fora das montanhas do *Panopticon*, os observadores sentem-se hoje desconfortáveis, quase tão prisioneiros quanto os próprios objetos de sua observação. No caso específico da ciência econômica, a teoria ortodoxa convencional tem demonstrado sérias deficiências para se desincumbir dos compromissos assumidos desde seu nascimento, no alvorecer da sociedade industrial. Ela se tem mostrado impotente para responder a muitas questões postas pelo desenvolvimento concreto do capitalismo, em suas múltiplas versões.

Não se trata apenas das crises cíclicas do capitalismo, com seus reconhecidos reflexos sobre o trabalho científico. A própria ciência parece ter sido contaminada pela doença do aparelho produtivo graças ao qual e para o qual nasceu. Ela apresenta sintomas de uma crise de virtuosismo, naquela que é considerada a mais madura das ciências sociais; crise de uma atividade conduzida em elevado nível de abstração, mas com notórias deficiências na orientação do exercício da arte econômica. Não raro, a Economia converte-se no que já foi chamado "planiométrica", um equipamento estatístico sofisticado, com pequena ressonância prática. Provar um ponto de vista, justificar a adoção de uma política, ou, pelo contrário, condenar a política adotada com base num ferramental matemático passam a ser mera questão de engenho e arte no tratamento de dados numéricos. Com alguma persistência, o profissional habilitado consegue evidências empíricas suficientes para sustentar qualquer posição política.

É importante observar que nos momentos de crise a insegurança profissional manifesta-se em várias frentes e atinge as mais diversas correntes de pensamento. Este fenômeno parece estar ocorrendo, desde o início da década de 1970, em vários núcleos tradicionais de produção de conhecimento econômico. Manifestações mais ou menos agudas e

repetidas de insatisfação têm espocado em diferentes ambientes, através do mundo. Há divergências quanto à extensão da crise, sua natureza e o tipo de solução divisada para ela. Não poucos profissionais, porém, têm publicamente confessado sua inquietude em relação aos rumos assumidos pela ciência. Está configurado um clima que Thomas Kuhn (1970) consideraria como de alerta em relação às anomalias da teoria convencional, e qualificaria como necessário (embora não suficiente) para a rejeição e substituição do paradigma em vigor.

Não se pode dizer que a percepção da crise seja consensual, seu reconhecimento generalizado e amplamente visível. Mas é certo que o descontentamento em relação ao estado das artes acomete tanto ardorosos defensores da livre iniciativa e da sociedade de mercado quanto, no outro extremo, economistas autodenominados radicais, empenhados em afrontar a tradição neoclássica. Neste contexto, os programas de pesquisa degeneraram e se vêem enfraquecidos nas recomendações políticas que deles emanam, bem como em sua retórica e poder de convencimento. A própria multidão fora das portas conclui que as coisas não vão bem no interior da comunidade científica, como diria Hume.

Há três anos, a autora deste estudo definia o fenômeno em questão como uma *crise de identidade*. Em poucas palavras, o termo designa um estado de dúvida e incerteza em face de sua própria auto-imagem, um sentimento de desgosto perante seu reflexo. Em tom coloquial:

Pessoalmente, tenho a seguinte sensação: a) a criança já disse que o rei está nu; b) a comunidade olhou e admitiu a nudez real; c) entretanto, boa parte dela ainda reluta em admiti-lo abertamente; d) uma boa explicação para esta relutância é o problema sucessório, o conflito entre os herdeiros potenciais, assunto predileto nos corredores, mas que muitos ainda não aceitam expor em público (Bianchi 1983: 81).

No momento em que o artigo do qual provém esse excerto estava sendo elaborado, a economia brasileira vivia os penúltimos estertores de uma profunda crise de recessão e desemprego, sem precedentes na história brasileira recente. A associação entre os dois fenômenos — crise da economia, crise da ciência que a estuda — é feita numa versão modificada do mesmo artigo (Bianchi 1984.) Ao que tudo indica, o compromisso prescritivo assumido pela Economia ao nascer, a cobrar incessantemente de seus profissionais recomendações de política, aumenta sua suscetibilidade às crises no funcionamento do sistema econômico. Mesmo porque a crise pode ser precipitada pelo aconselhamento inadequado.

Contudo, não se pretendia então, como não se pretende agora, estabelecer uma relação mecânica entre os dois fenômenos. Muito menos pretender que a resolução da crise da economia passe pela resolução da crise da ciência econômica; dito de outra forma, que esta última constitua uma chave para a solução da primeira.

Entende-se que, ao se manifestar em diferentes planos, a crise propicia uma oportunidade ímpar para a revisão dos pressupostos a partir dos quais a Economia se vem consolidando como ciência e os especialistas na área passaram a integrar uma comunidade com interesses próprios, hierarquia definida (a sua "ordem de bicadas"), funções políticas e responsabilidades sociais específicas na sociedade moderna. Das torres erguidas para a observação do comportamento humano, diminuiu o fosso que separa observadores e observados, o cientista que planeja a ação e o homem comum que sofre suas consequências. Acometidos por uma espécie de claustrofobia, os cientistas questionam a possibilidade de uma solução estritamente técnica para os males sociais.

Antes de rever os pressupostos da ciência econômica em gestação desde os primeiros séculos da Idade Moderna, parece conveniente sintetizar aqui algumas manifestações de descontentamento oriundas de diferentes membros da comunidade de economistas, desde o início da década de 1970. O objetivo desta empreitada é localizar os principais focos de descontentamento e pontos de atrito. Pretende-se expor à luz do dia as feridas mais visíveis, para conhecer onde se localizam e que chances de cicatrização oferecem. Nas manifestações resumidas nas seções que seguem, fala-se em quatro aspectos básicos da crise de identidade, a saber: 1) a revolução formalista e seus enigmas; 2) a crise de abstração; 3) crise e revolução científica; e 4) as lacunas de uma concepção da economia comandada pela oferta.

1.1 A revolução formalista e seus enigmas

Em 1972, Benjamin Ward, professor da Universidade da Califórnia, Berkeley, publica um livro cujo tom provocativo transparece no próprio título: *O que há de errado com a Economia?* (Ward 1975; na edição brasileira). Vale a pena aqui transcrever de forma sucinta algumas das inquietações expressas nesta obra. A referência à existência de uma crise científica é feita expressamente no terceiro capítulo, cujo título também adota a forma interrogativa: "Uma ciência em crise?"

Inspirado na metodologia de Kuhn, Ward focaliza dois processos

seqüenciais na história do pensamento econômico: a revolução keynesiana e a revolução formalista. A primeira surge de anomalias detectadas pela comunidade científica na teoria monetária e na teoria do capital. Do ponto de vista do ambiente externo propício à percepção de tais anomalias, o autor atribui um papel decisivo à persistência do desemprego maciço, que coloca em xeque os pressupostos da teoria neoclássica. Keynes reunia condições excepcionais para a tarefa envolvida na solução de tal problema. Destarte, a revolução por ele desencadeada trouxe para o centro da arena de debates a análise de variações no nível da produção agregada e, por conseguinte, a teoria macroeconômica.

Contudo, a mudança de *status* da macroeconomia impulsionada por Keynes não é suficiente para permitir sua plena integração no corpo principal da teoria. Microeconomia e macroeconomia continuaram como corpos teóricos estanques, de tal forma que se torna difícil, senão impossível, compatibilizar logicamente as proposições geradas por ambas. Talvez por isso, admite Ward, "revolução seja uma palavra muito forte para se aplicar ao impacto keynesiano nas economias e constituições políticas ocidentais" (*ibidem* 39).

No pós-guerra, verifica-se uma mudança significativa entre os economistas da vertente predominante, sob inspiração dos norte-americanos. Esse movimento pode ser designado de revolução formalista. Ao contrário do teórico do período entreguerras, cujo treinamento matemático era precário, e cuja formação era essencialmente verbalista, o teórico contemporâneo típico vê na matemática o meio natural de expressão do raciocínio. "A prova substitui o argumento" (*ibidem* 39).

Ward conjectura sobre a possibilidade de tal revolução no estilo de trabalho acadêmico dever-se a uma consciência crescente do fracasso de conciliar teoria e prática. O reconhecimento deste fracasso leva alguns críticos a acusarem a Economia de uma lamentável devoção à tarefa de construir "caixas vazias". No pós-guerra, graças à difusão da revolução formalista, este tipo de crítica arrefece e há um sensível aprimoramento do sistema de comunicação no meio profissional. Um novo grupo de formalistas, trabalhando de forma cooperativa em Cambridge, Mass., desde fins da década de 1940, bem como em Chicago, Ill., na década seguinte, difunde com êxito os novos padrões de trabalho científico. O fruto dessa mudança pode ser aquilatado pelo fato de, já em meados da década de 1960, a maioria dos departamentos de Economia haver sido contaminada pela revolução formalista. A persuasão, conclui, é exercida com pleno sucesso.

Ora, há uma característica insólita nesse processo, admite o autor. A revolução formalista em curso é essencialmente "metodológica" e não substantiva.

O grande enigma metodológico da Economia é saber porque uma grande revolução metodológica deveria fazer uma diferença substantiva tão pequena (*ibidem* 42).

As alterações desencadeadas pela revolução formalista não são suficientes, porém, para encobrir os sintomas de uma crise em gestação. Ward chega a aventar a hipótese de um estado de revolução permanente. Neste, a ciência consegue ser aprovada nos testes kuhnianos de uma ciência normal, mas, paradoxalmente, as tensões emergentes de problemas não solucionados infiltram-se de forma insidiosa e marginal. Um dos enigmas mais patentes da revolução formalista seria o malogro na integração entre macroeconomia e microeconomia, que sobrevive às teses keynesianas. O segundo "escândalo" decorre da incapacidade de compatibilizar a estrutura de equilíbrio geral com a ausência de condições de concorrência perfeita. Um terceiro e importante enigma diz respeito ao impacto do conhecimento e da informação sobre o comportamento econômico. Finalmente, Ward ressalta um dos problemas nevrálgicos pendentes, que é a questão da distribuição,

na qual a moderna Ciência Econômica permanece inquietamente calada, tendo transcendido, por um lado, a norma positivista de evitar julgamentos de valor e, por outro, incapaz de pensar em algo interessante, de natureza "positiva", para dizer (*ibidem* 46).

Pode-se enxergar neste último enigma apontado por Ward um reflexo direto do compromisso assumido pela ciência econômica com a psicologia e a filosofia liberais. Este é incompatível, argumenta Ward, com um mundo em que o liberalismo é crescentemente contestado.

Ward interpreta a rápida ascensão dos economistas institucionalistas e dos economistas políticos radicais como manifestações contínuas de descontentamento. Contudo, não se mostra plenamente convencido da viabilidade da proposta destes. Em relação aos marxistas, aos quais dedica toda a segunda parte do livro, caracteriza sua perspectiva como sujeita a um estado de "confusão criativa". O marxismo continua sendo, por excelência, uma crítica das sociedades existentes. A seu ver, ele está muito aquém da teoria neoclássica em termos dos testes kuhnianos necessários para definir uma ciência como tal: presença de um colégio invisível; disposição para resolver problemas, basicamente

problemas de detalhes; concordância quanto à natureza de tais problemas; crítica intersubjetiva restrita aos colegas de profissão; sistemas de problemas interessantes e passíveis de solução. Acresça-se a tais definições que, tanto quanto os neoclássicos, os marxistas apresentam teorias pouco desenvolvidas e implausíveis em sua estrutura conceitual básica (*ibidem* 75-77 e 173).

A mensagem central do livro de Ward pode ser resumida na necessidade de uma discussão metodológica sobre a ciência econômica. A crítica metodológica, afirma, é vital no preparo das fundações de uma ciência. Sua função é abrir os espíritos quanto à possibilidade de êxito de uma pesquisa feita num território mais amplo do que o habitualmente percorrido pelos cientistas. Em decorrência disso, tanto pode revelar novos enigmas como, ao contrário, excluir velhos enigmas do campo de preocupação dos cientistas.

Cinco anos depois de Ward, cabe a Hutchinson, na Inglaterra, extravasar sua insatisfação quanto aos rumos da ciência econômica.

1.2 Crise de abstração

Todo o quarto capítulo do livro de T. W. Hutchinson sobre *Knowledge & Ignorance in Economics* (Hutchinson 1977), é dedicado à análise da crise da década de 1970, que, já no título do capítulo é definida como crise de abstração.*

No período preparatório às comemorações do bicentenário de *A riqueza das nações*, o autor observa rumores de inquietude e dissidência entre seus colegas de profissão, aliados a manifestações de ceticismo quanto às possibilidades de desenvolvimento da ciência. Críticas à sua posição são lançadas por figuras de proa da comunidade científica, como o presidente da Royal Economic Society e o diretor do National Institute for Social and Economic Research, ambos da Inglaterra. Também expressam preocupações semelhantes dois prêmios Nobel de Economia, Frisch e Leontief. As críticas giram em torno de três temas: 1) o excessivo volume de trabalho científico realizado num nível injusti-

* Em 1938, Hutchinson havia publicado *The Significance and Basic Postulates of Economic Theory*. O livro foi encarado como uma crítica velada a Lionel Robbins, inspirada na metodologia popperiana, embora o autor não mencionasse explicitamente nenhum dos dois. De qualquer forma, suas idéias lhe valeram a acusação de "ultra-empirista", por parte de Machlup, e deram origem a uma polémica entre ambos que é bem documentada por Blaug (1980) e Caldwell (1982).

ficável de abstração; 2) a falta de contribuição efetiva à solução de problemas prementes do mundo real; 3) a urgência de mudanças curriculares no curso básico de Economia, pelas quais se desse maior destaque à história e às disciplinas congêneres.

Ao reconstituir a história recente do pensamento econômico em seu país, Hutchinson refere-se, em primeiro lugar, à revolução keynesiana. Esta é aplicada, com bastante sucesso, na Grã-Bretanha, tanto no período das guerras mundiais quanto no que o sucede. Seu êxito é particularmente notável no final da década de 1950 e início da década de 1960. O desenvolvimento da quantificação e da Economia Matemática, importada da América, propiciam uma revolução científica, graças à qual a ciência alcança um grau de exatidão comparável ao das ciências naturais. Ocorre um aumento na demanda por formação universitária em Economia, um significativo incremento do emprego de economistas no setor público e, por conseguinte, um maior engajamento dos profissionais do setor no desempenho efetivo de suas habilidades, seja no mundo dos negócios, seja no governo.

No início da década de 1970, porém, prossegue Hutchinson, assiste-se à emergência de vários protestos e queixas. Mais uma vez, fatores internos e externos somam-se para produzir as condições favoráveis a tais manifestações. Entre os primeiros, destaca-se o esgotamento da proposta keynesiana, diante de sua aparente incapacidade de resolver a nova crise econômica em curso. Frente a essas críticas, Hutchinson inspira-se na metodologia popperiana e preconiza a importância do teste empírico das proposições de uma teoria. Em defesa de seu ponto de vista, invoca o testemunho de vários colegas de profissão, dentre os quais Phelps Brown, Leontief, Kaldor, Robinson e Frisch. Cabe a este último criar o termo "playométrica" para referir-se a uma maquinaria estatística maciça e sofisticada, cujos resultados práticos são desprezíveis. Seria algo semelhante a estudos absolutamente bizantinos, como o formato das fechaduras da Islândia no século XIII.

As críticas de Hutchinson dirigem-se ainda à superficialidade dos argumentos correntes postos em defesa de abstrações altamente simplificadoras. Algum grau de abstração é imprescindível ao trabalho científico, admite. Mas não se pode deduzir desse princípio que qualquer grau ou tipo de abstração seja tolerável. Não é possível considerar que tudo se resume a uma mera questão de temperamento do economista, sem qualquer ônus do ponto de vista epistemológico. Outro argumento inadmissível apóia-se no raciocínio, muito difundido, segundo o

qual os pressupostos das teorias são irrelevantes, independentemente de seu irrealismo; clara referência à célebre tese de Friedman, exposta em seu artigo sobre a metodologia da Economia Positiva (Friedman 1953).

O autor refuta a existência de qualquer erro intrínseco na tarefa de refinar modelos abstratos. Tampouco se deve acusar os acadêmicos por não justificarem seu trabalho de acordo com critérios práticos ou politicamente orientados. Apenas deve-se ter suficiente lucidez na interpretação de resultados obtidos em testes realizados para explicar o mundo real e fazer sugestões de política. O erro primordial reside em atribuir significância prática a exercícios acadêmicos que não a possuem de fato, diz Hutchinson.

Uma das providências mais enfatizadas por Hutchinson, no equacionamento da crise, é a definição mais clara da extensão da ignorância humana no campo da Economia. Nas atuais circunstâncias, tal definição é essencial para estabelecer os limites do conhecimento econômico. Do ponto de vista didático, é possível que se esteja oferecendo aos estudantes um corpo de noções excessivamente abstratas. Isso envolve riscos para os que têm por objetivo aplicar em sua vida profissional os conhecimentos adquiridos durante o curso. Assim, na formação das futuras gerações de economistas, observa-se uma exagerada preocupação com o treinamento técnico e matemático, em detrimento da história e das peculiaridades do próprio tema de estudo. Mais e mais engajam-se os cientistas na tarefa de encontrar números que significam cada vez menos, acrescenta o autor.

Ao concluir o capítulo, Hutchinson declara sua confiança no paradigma vigente na ciência econômica. Declara que, embora a teoria ortodoxa esteja cheia de defeitos, inadequações e desvantagens, as alternativas disponíveis estão ainda mais repletas deles. Termina com uma profissão de fé na livre iniciativa, sem a qual a Economia não poderia sobreviver como ciência:

Se as livres sociedades devem continuar a existir, possa ou não a economia contribuir muito para trazer à tona políticas econômicas mais bem-sucedidas, os praticantes da área têm uma significativa contribuição a fazer, altamente necessária, na manutenção dos padrões de livre discussão, baseada numa dose pelo menos módica de argumento e crítica livres e racionais, sem os quais a livre sociedade soçobrará (*ibidem* 97). *

* Nesta, como em outras citações transcritas de originais estrangeiros, ao longo deste livro, a tradução é de responsabilidade da autora.

A idéia de uma revolução científica em marcha, com condições de solucionar a crise advinda da ruptura do consenso, é tema da coletânea de Bell e Kristol.

1.3 Uma revolução científica em marcha?

Numa proposta de inspiração kuhniana, como acima exposta, Bell e Kristol reúnem doze articulistas numa coletânea intitulada *The Crisis in Economic Theory*, dada a público em 1981 (Bell e Kristol 1981). O que amalgama os autores é a idéia de uma ruptura no consenso anterior da ciência econômica, definido basicamente em termos do sistema teórico keynesiano. Norte-americanos, como os organizadores da coletânea, ingleses, como Frank Hahn; um canadense, como James W. Dean; e um austríaco, como Peter Drucker, além de um profissional com grande vivência prática no mundo das finanças, que é Mark Willes, são unanimemente em detectar sintomas de dissensão dentro da comunidade acadêmica. Os articulistas divergem, no mais, em relação a vários aspectos: 1. Quanto às áreas que consideram problemáticas, no conjunto da teoria econômica; 2. Quanto ao vulto que dão ao problema; 3. Quanto ao otimismo com que visualizam uma possibilidade de solução.

O termo "crise" é empregado de forma diferenciada, em cada caso. A maioria dos autores adota uma perspectiva kuhniana e, nessa medida, reconhece estar diante de um ponto de inflexão na história do pensamento econômico. Mas há os que falam de forma condicional: "Se existe uma crise..."; ou ainda "Parece haver uma crise". Há também os que, prudentemente, preferem falar de uma situação *crisis-like*.

Alguns dos colaboradores da coletânea localizam os sintomas de crise em ramos específicos da teoria econômica. É o caso de Leibenstein, que fala da microeconomia. O autor afirma que, se não existe crise nesta área, decerto deveria haver!

Já para Edward Nell, da New School, o problema está localizado na teoria do valor.*

De uma maneira geral, os articulistas consideram que a crise incide sobre a teoria keynesiana e seus desdobramentos ulteriores. Autores como Hahn e Willes enxergam a saída — e, portanto, o caminho da re-

* Leibenstein é autor de *Beyond Economic Man*, onde propõe novos fundamentos para a microeconomia. O homem econômico racional seria encarado como caso extremo do homem "seletivamente racional".

volução científica — na teoria das expectativas racionais. Outros, como Dean e Arrow são mais céticos em relação a tal proposta. Alguns, como Drucker, sonham com uma reconcialiação entre macroeconomia e microeconomia. Em Nell, a simpatia pela teoria do valor marxista é notória. Para que se possa ter uma idéia mais precisa da problemática focalizada, sob diferentes ângulos, é pertinente fazer um breve resumo de alguns dos artigos incluídos na coletânea.

A ruptura do consenso keynesiano é objeto do artigo de Dean. Revolucionários, evolucionários e reacionários configuram os três grandes agrupamentos que, em seu entendimento, alimentam essa divergência, desde a década de 1950. No final da década seguinte, o grupo de reacionários sedimenta-se em torno do monetarismo, que tem em Friedman seu principal expoente. Em síntese, a dissolução do consenso keynesiano é vista pelo autor como decorrência da crescente desilusão perante o avanço do setor público na economia. O consenso é rompido, não por causa de monetaristas ou pós-keynesianos, mas porque economistas de todos os matizes contestam as fundações microeconômicas da macroeconomia. É notório, hoje, um conservantismo crescente, associado a um pragmatismo acentuado, que passa ao largo dos temas filosóficos mais candentes. Nos keynesianos evolucionários, em cujo seio se abrigam nomes como os de Clower e Leijonhufvud, Dean enxerga alguma perspectiva de superação da divergência. No mais, conclui, o desafio teórico desta década é explicar porque o mercado, a nível agregado, não garante emprego a todos que o demandam.

Bell, professor da Harvard University e um dos organizadores da coletânea, localiza a "idade de ouro" da ciência econômica entre 1947 e 1973. Durante esse período, há uma confluência da teoria com o empirismo, diz ele. Desde então, porém, duas grandes falácias ameaçam a ciência e prejudicam o entendimento dos movimentos de ascensão e queda das atividades econômicas registrados no último decênio. A primeira delas decorre do fato de que a teoria econômica não é uma generalização sobre o comportamento humano. Ao contrário, ela está apoiada no tipo-ideal de uma conduta lógica, que representa uma parcela minoritária das condutas economicamente significativas. Por outro lado, o inverso do comportamento racional é o comportamento irracional, e não o não-racional. Ora, para obter maior consistência neste campo, é mister recorrer à sociologia. A teoria econômica em vigor é impotente, por si só, para responder porque o capitalismo foi bem-sucedido num país como o Japão, que manteve as relações tradicionais,

ênfatuou o sentido de comunidade e deu estabilidade de emprego a seus trabalhadores. No modelo newtoniano e positivista clássico, a crença em um sistema fechado, imune a mudanças estruturais, dificulta esse tipo de entendimento. Como solução para o impasse, Bell sugere uma teoria "interpretativa", apta a fundir a sociologia, a prática política e a história.

A defesa da corrente neoclássica é feita por Kirzner, professor da New York University. O autor, cautelosamente, fala numa situação *crisis-like*. A teoria neoclássica tem grandes virtudes. O que se exige é que seus *insights* fundamentais sejam explorados com uma dose de modestia bem superior à que tem informado a elaboração de modelos sofisticados. Com isso, ela poderia examinar a influência sobre as decisões individuais da percepção do erro, da incerteza, bem como da dimensão de "futuridade" que qualquer decisão encerra. Tal empreitada de reconstrução da ciência deve ser feita de tal forma que se reconheça, a cada passo, a maneira pela qual mudanças nos fenômenos externos, filtradas pela mente humana, modificam a atividade econômica.

Hahn, também colaborador da coletânea, reitera a defesa da teoria tradicional, que constitui a tônica de seu artigo de 1973, citado por Hutchinson. Em particular, o autor destaca as vantagens da teoria do equilíbrio geral. Declara enfaticamente que não existe razão alguma para supor que a nova teoria, a arvorar-se em paradigmática, seja a "de um finado economista do século XIX"! Ou, alternativamente, que assume a forma de identidades lineares. Por certo, admite, a nova teoria não deverá tampouco dar seu beneplácito àqueles que orientam os políticos com base numa leitura apressada dos livros-texto neoclássicos vulgares. Hahn encara com bons olhos alguns desenvolvimentos teóricos em torno de conceitos de equilíbrio não-walrasianos, como os modelos de expectativas racionais.

A associação entre crise na ciência e crise na economia é feita por Paul Davidson, renomado economista de formação keynesiana. "Parece haver uma crise na teoria econômica", anuncia. Mas parece também haver uma crise no mundo real, estreitamente atrelada à primeira, uma vez que é precipitada pelo aconselhamento político inadequado. Em particular, o autor atribui à síntese neoclássica o aborto da revolução keynesiana, antes mesmo que esta pudesse fincar profundamente suas raízes no meio acadêmico. Como solução, soma-se ao coro dos pós-keynesianos que defendem a construção de modelos fundados nas se-

guintes proposições: 1) a economia é um processo histórico; 2) num mundo onde a incerteza e a surpresa são inevitáveis, as expectativas têm um impacto indiscutível sobre os resultados econômicos; 3) as instituições econômicas e políticas desempenham um papel crucial na moldagem dos eventos econômicos.

Um dos pontos mais interessantes do artigo de Davidson é o quadro apresentado à página 154. Neste, o autor identifica cinco escolas básicas, num espectro que vai da extrema esquerda à extrema direita: socialistas-radical, nekeynesianos, keynesianos, síntese neoclássica e monetaristas-neoclássicos. Para cada escola, define sinteticamente: sua posição política, teoria monetária, sobre distribuição de renda e taxa de salários; teoria do capital; teoria do emprego; conceito de inflação; e principais representantes. A si próprio, enquadra na coluna do centro, entre os keynesianos propriamente ditos, ao lado de Harrod, Shackle, Weintraub e Minsky.

No último artigo da coletânea, Kristol faz uma síntese da discussão precedente. Sua mensagem central prende-se à importância de se estudar a história do pensamento econômico, desde seus primórdios. Garantir-se-ia assim que cada cientista, ao invés de recomeçar seu trabalho da estaca zero, possa "subir nos ombros" daqueles que o precederam.

Como disciplina intelectual, diz Kristol, a Economia emerge juntamente com o mundo moderno, nos séculos XVII e XVIII. Ela faz parte da revolução filosófica na qual os ensinamentos tradicionais da cristandade, como o amor ao próximo, ainda que não totalmente repudiados, são encarados como inaplicáveis às atividades comerciais. Nesses termos é coerente com um mundo onde economizar amor é moralmente permissível, pelo menos em determinadas circunstâncias. Em seu nascedouro, a teoria econômica preocupa-se com a interação de homens econômicos em situações de mercado. Não é por acaso que Aristóteles, São Tomás ou Marx nunca escreveram um livro sobre teoria econômica clássica. Em suas sociedades ideais havia certamente espaço para a sabedoria econômica, no sentido de uma administração cuidadosa dos negócios; mas não para o desenvolvimento de uma teoria econômica propriamente dita, que requer uma economia de mercado. "Não há teoria econômica não-capitalista", arremata.

Kristol prossegue defendendo o ponto de vista de que a revolução keynesiana não chega a afetar a concepção básica da ciência econômica, tal como expressa, por exemplo, na clássica definição de Lionel

Robbins. Nos últimos quinze anos, três tipos principais de dissensão emergem, num espectro que vai da direita à esquerda: a escola neo-austriaca; a pós-keynesiana; e a economia radical humanística. Ainda que se concorde quanto às críticas à teoria tradicional, suas propostas não convencem. Não há argumentos suficientemente sólidos para acreditar que os pós-keynesianos, com seu modelo cibernético, possam ter mais êxito do que os seus precursores, com seu modelo newtoniano. A seu turno, os neo-austriacos insistem num mundo anárquico e claramente utópico, povoado de seres racionalistas e utilitários, cuja busca de auto-interesse não é perturbada por qualquer instituição externa. Quanto aos radicais, Kristol refere-se especificamente a Lutz e Lux, autores de *The Challenge of Humanistic Economics*. Sua visão da economia, diz ele, é absolutamente romântica e utópica.

Dois anos depois, do centro da própria fortaleza positivista e liberal da ciência econômica, outra voz se ergue para contestar a ortodoxia. Trata-se de Lester Thurow, conceituado professor do Massachusetts Institute of Technology.

1.4 *Lacunas numa concepção de economia comandada pela oferta*

O mínimo que se pode dizer do livro de Thurow, *Dangerous Currents*, é que se trata de uma obra altamente provocativa. O ferrenho crítico da política econômica norte-americana de *The Zero-Sum Society* volta-se, com grande argúcia e fina ironia, contra a própria ciência que informa essa prática política. Ele o faz, de ponta a ponta, numa linguagem náutica, com imagens extraídas da arte da navegação. Seus comentários ferinos atingem um amplo espectro de áreas específicas ou ramos da ciência econômica, dentre os quais: a teoria do capital humano; a teoria quantitativa da moeda; a microeconomia, enquanto suporte da macroeconomia; a econometria; a economia do trabalho; e a teoria das expectativas racionais, em sua opinião, novo e decantado modismo.

O cerne da sua crítica dirige-se à economia *supply-side*, tão fortemente enraizada nos princípios que norteiam a administração Reagan, nos EUA, e contra o modelo *price-auction* que lhe serve de alicerce.*

* *Price-auction* pode ser entendido como pregão de preços, no sentido de ajustes walrasianos capazes de equilibrar oferta e demanda. Por economia *supply-side*, o autor designa uma economia comandada pela oferta, em contraposição à concepção keynesiana, de uma economia comandada pela demanda efetiva.

O livro torna-se tanto mais interessante por exibir, ao longo de toda a discussão teórica, um referencial empírico voltado para a realidade norte-americana, mas com pontos de identidade com outras formas de capitalismo. A cada capítulo o autor procura demonstrar a íntima associação entre pressupostos centrais da concepção econômica predominante e medidas políticas sugeridas e efetivamente implementadas durante um período que se estende da administração Kennedy, em princípios da década de 1960, à reaganonomia de 1980. Vale a pena expor algumas das principais teses de Thurow, senão como preâmbulo para uma leitura mais cuidadosa do próprio livro, pelo menos como demonstração de descontentamento em relação à situação atual de sua ciência e de sua profissão.

A exemplo de Hutchinson, Bell e outros economistas aqui citados, Thurow localiza a idade de ouro da ciência econômica e de seus profissionais na primeira metade da década de 1960. Nesse intervalo de tempo, os economistas parecem conhecer as respostas para os problemas conjunturais enfrentados. São bem-sucedidos em suas previsões e suas recomendações de política funcionam. Assim, durante um período que se estende até o início da década seguinte, a aceitação pública dos profissionais do ramo é ampla e praticamente irrestrita. A todo momento, os jornais apresentam artigos escritos por economistas, que se aventuram a falar sobre crime, casamento, suicídio e outros assuntos até então considerados fora de sua alçada. Um segundo indicador da popularidade da profissão é localizável na composição da equipe de assessores de Jimmy Carter: em 1976, dos dezesseis membros de seu gabinete, cinco são Ph.ds. em Economia, em flagrante contraste com a predominância de indivíduos com formação jurídica em administrações anteriores. Paralelamente, praticamente todas as associações médicas e jurídicas contam com a assessoria de economistas, que assumem múltiplas e importantes funções.

Esse quadro daria os primeiros sinais de reversão no início da década de 1970. Com o primeiro choque do petróleo, os índices de inflação ascendem a 11% anuais. Aumenta o preço da gasolina, o que cria constrangimentos até então inéditos para a população, pois contrariam frontalmente um dos mais caros ingredientes do *american way of life*. Em vão tentam as autoridades e os meios de comunicação persuadir a grande massa a alterar seus hábitos de consumo e moderar suas aspirações. A divulgação de motes como "*Small is beautiful*" não surte o efeito esperado. O pequeno pode ser belo, observa Thurow, "mas se

esta frase significava um padrão de vida mais baixo, o americano médio considerava-a um pesadelo" (*ibidem* 35).

Assim, contra tudo o que a teoria ensinava sobre a incompatibilidade entre inflação, crescimento lento e desemprego galopante, instala-se o fenômeno da estagflação. Esta soa como uma palavra de mau gosto e como uma acusação à ciência econômica, tão dedicada a suas curvas de Phillips, tão irresponsavelmente confiante no sucesso de suas previsões.

No início da década de 1980 — ponto em que Thurow interrompe sua análise —, dá-se a reedição de um fenômeno ocorrido vinte anos antes. Com Reagan, um novo grupo de economistas, fortemente influenciado pela teoria da economia comandada pela oferta, ascende ao poder. Promovem-se grandes cortes nos impostos e nos programas de bem-estar social, ao mesmo tempo que se destinam maiores dotações orçamentárias a despesas com armamentos e se adotam políticas monetárias severas. Na prática, a versão da economia *supply-side* recomendada por Arthur Laffer, endossada por Milton Friedman e praticada por Reagan é uma decorrência natural da visão de mundo de preços em leilão (*ibidem* 125). Neste modelo, os problemas de oferta são capazes de cuidar de si mesmos. Deixada à sua própria sorte, a concorrência leva a economia à maior eficiência. Se essa política é acertada, comenta Thurow, seja porque a sorte está a seu lado, seja porque seus fundamentos teóricos estão corretos, o tempo dirá. De qualquer forma, a conclusão a que ela leva é uma só: se está havendo um mau desempenho do sistema, é porque alguma coisa está interferindo nos bem azeitados mecanismos da economia de mercado. E quem, senão o governo, poderia ser o grande vilão dessa história? — arremata o autor ironicamente.

Na verdade, e essa é uma das principais teses do autor, a teoria ortodoxa não distingue o *homo sapiens* do *homo oeconomicus*. O interesse é um motivo poderoso da conduta humana mas não é, de forma alguma, seu único móvel. Não seria possível a sobrevivência de sociedades em que os indivíduos não estivessem, em alguma medida, dispostos à cooperação voluntária. Tampouco as instituições, como os sindicatos, são imperfeições do mercado, passíveis de ser ignoradas ou deixadas em segundo plano. Para uma visão mais satisfatória da interação entre indivíduo e sociedade, esta última não pode ser vista como mera agregação estatística de indivíduos engajados em trocas voluntárias.

O que dizer das refutações empíricas, e de seu papel no contexto

da prova? Nas ciências físicas, observações factuais podem servir para falsear hipóteses e teorias. Segundo o autor, seria inconcebível alegar que um planeta observado ao telescópio configura uma "imperfeição planetária" simplesmente porque não se integra ao sistema concebido pelo astrônomo. Na Economia, porém, é praticamente impossível encontrar um experimento crucial cujos resultados sejam decisivos para refutar um sistema teórico. Mais ainda, é muito difícil encontrar um experimento cujos resultados sejam convincentes tanto para os adversários da teoria de que decorre quanto para seus adeptos. Na Economia, apenas uma teoria mais persuasiva pode vencer a concorrência contra a teoria dominante, arremata Thurow.

No que toca à Econometria, Thurow recorre à metáfora de um navio quebra-gelo encailhado no próprio gelo. Em princípio, os modelos econométricos são concebidos como testes de validade da teoria. Entretanto, como esta não especifica exatamente que variáveis secundárias devem ser incluídas na *ceteris paribus*, ou que formas funcionais devem ser utilizadas, e como o analista é freqüentemente obrigado a empregar indicadores não totalmente satisfatórios para seus conceitos, a praxe consiste em estimar as equações repetidas vezes. Por ensaio e erro, o analista lança-se à caça de um conjunto de variáveis, formas funcionais e *proxies* que lhe permitam obter a "melhor equação". Ora, o que se entende por melhor equação? Trata-se daquela que melhor se ajusta a suas expectativas anteriores. Parte do problema advém da própria dinâmica dos fatos econômicos, admite o autor. É difícil construir funções sólidas e permanentes simplesmente porque as preferências individuais não se mantêm constantes no tempo. Assim,

[...] diante da falência dos modelos em termos de previsão, a econometria deixou de ser um instrumento para testar teorias, para converter-se num mostruário para exibí-las (*ibidem* 117).

Thurow conclui que os problemas apontados não devem ser vistos como uma condenação à Econometria. Antes, funcionam como um alerta quanto ao grau de confiança que se pode depositar em suas previsões e como uma exortação a maior humildade na aplicação dos resultados. Não se pode dar crédito excessivo às conclusões dos testes econométricos, sem uma crítica intersubjetiva: em outras palavras, sem que um número significativo de economistas, utilizando técnicas diversas, diferentes variáveis de controle, modelos e indicadores, num período de tempo razoavelmente longo, cheguem a resultados semelhantes.

No final de seu livro, Thurow admite que já existem contrariedades em formação no seio da comunidade científica. E expressa sua esperança de que as idéias expostas possam estimular os membros da profissão a recorrer aos pressupostos simplificadores necessários à teorização; porém, de forma compatível com a situação enfrentada em cada caso concreto. O que, acrescenta, só é possível com o auxílio de pesquisas empíricas sobre o mundo como ele é, e não como os livros-texto afirmam que deve ser (*ibidem* 237).

1.5 Balanço preliminar

No sentido de recapitular o conteúdo básico das críticas à teoria econômica que foram objeto deste capítulo, apresentadas na ordem cronológica em que as obras que as veicularam foram dadas a público, pode-se dizer que elas incidem principalmente sobre cinco pontos:

- 1) O papel da evidência empírica na construção da teoria econômica, seja no contexto da descoberta, seja no da verificação ou teste. Consta-se o excessivo grau de abstração observado em alguns desdobramentos teóricos, que desprezitam a complexidade empírica e parecem culpar a realidade por não se ajustar aos modelos;
- 2) A falta de integração entre os diferentes campos da teoria econômica, particularmente macroeconomia e microeconomia;
- 3) O não reconhecimento claro da extensão da ignorância humana no campo da Economia, que impede uma clara circunscrição dos limites do conhecimento científico e leva o profissional a exorbitar suas funções e seu potencial;
- 4) A conversão de um ferramental – a matemática, a economia – num objetivo em si mesmo;
- 5) A inexistência de sistemas teóricos concorrentes capazes de dar conta dos problemas pendentes no paradigma neoclássico e conquistar a anuência da comunidade científica.

No que se refere ao primeiro ponto assinalado, algumas reflexões de caráter metodológico podem ser aqui apresentadas. Em primeiro lugar, na concepção de programas de pesquisa proposta por Lakatos, a refutação empírica de uma única teoria não deve ser encarada como um teste decisivo, determinante necessário de sua rejeição. É necessário enxergar cada teoria como parte integrante de uma série de teorias, elaboradas ao longo de um período de tempo mais prolongado. Nesse sen-

tido, seria preciso mais do que um falseamento parcial – e, portanto, evidências contrárias persistentes obtidas num período razoavelmente extenso – para justificar o descarte de uma teoria.

Outro ponto importante é a importância da retórica na Economia, bem como em outras ciências particulares. A ela se refere McCloskey, em excelente artigo de 1983. Segundo este autor, raramente as contravérsias importantes na teoria econômica se resolvem pelo confronto direto com as evidências empíricas, como preconiza a metodologia “modernista”. É preciso mais do que isso. Nesses termos, os economistas devem desenvolver uma retórica adequada, entendida não como mera verborragia, tentativa de convencimento sem apoio no conteúdo dos argumentos. Mas, antes, como conversa disciplinada, capaz de persuadir e conquistar adeptos pela solidez dos argumentos apresentados.

Um elo comum à análise de Thurow, Drucker, Dean e outros nomes aqui mencionados é o fato de enfatizarem a presença de grandes tensões entre a microeconomia e a macroeconomia. Thurow adota um ponto de vista peculiar, a esse respeito. Ele considera que os ensinamentos da microeconomia convencional, segundo os quais os mercados funcionam a partir de pregões de preço, são incompatíveis com os da teoria macroeconômica, que se debruça sobre fenômenos característicos de mercados permanentemente sujeitos ao desequilíbrio. Nesse sentido, sua proposta de reformular a microeconomia repousa na necessidade de encontrar uma teoria capaz de explicar porque os salários não caem quando o desemprego aumenta; e disposta a encarar o desemprego e a rigidez nos salários não como imperfeições do mercado, mas como partes integrantes de seu funcionamento efetivo.

As obras aqui mencionadas e sintetizadas, várias outras poderiam ser acrescidas. Já em meados da década de 1950, Schoeffler (1955) faz uma crítica contundente à Economia, em *The Failure of Economics*. É conhecida também a obra de Hicks (1974) de crítica à teoria keynesiana. No ano seguinte, Hollis e Nell lançam uma crítica filosófica aos pressupostos da economia neoclássica, em *O homem econômico racional*. Na trilha da anti-psiquiatria e da anti-sociologia, Atali e Guillaume (1975) prescrevem a antieconomia, que seria uma espécie de ciência econômica humanizada. Lutz e Lux, citados por Kristol, aderem à proposta de seus colegas europeus e somam-se ao coro dos radicais. Numa perspectiva pós-keynesiana, Wilber e Jameson (1980) procuram resgatar a proposta institucionalista.

Dentre as obras de cunho metodológico, Blaug (1980) endossa a metodologia popperiana e denuncia a teoria econômica do século XX como um falsificacionismo inócuo. Katouzian (1980), ao relatar a transformação da Economia Política em Economia Positiva, define esta última como produto de uma fusão entre o positivismo lógico e a teoria neoclássica. Caldwell (1982) admite a dificuldade de uma adoção da metodologia popperiana na Economia e sugere, como saída para o impasse, o pluralismo metodológico, que tem na proliferação de teorias rivais seu ponto de apoio.

Antes disso, porém, a percepção de anomalias vinha ocorrendo, há algum tempo, entre economistas dedicados à teoria do desenvolvimento. Nomes como os de Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, Raul Prebisch, Donald Seers, Celso Furtado e outros, designam os primeiros economistas a verificarem a incompatibilidade entre os pressupostos da teoria e a realidade dos países do Terceiro Mundo à qual procuram ajustá-la. Não é por acaso que Myrdal chama um de seus livros de *Contra a corrente*, como indicador de sua persistente (e, por vezes, desastrosa) falta de sintonia com as teorias dominantes em cada época (Myrdal 1977). Adicionalmente, pode-se citar quase uma centena de artigos que, com maior ou menor veemência, apontam sintomas de crise na ciência econômica.*

1.6 Uma proposta de estudo

Não caberia aqui entrar no mérito de muitas das críticas expostas. Ainda que se concorde com o sentido geral das mesmas, enunciadas nos pontos acima, em alguns momentos elas parecem excessivamente radicais. Em outros, parecem aplicar-se mais à arte econômica, ou seja, ao engenho com que as implicações da teoria são adequadas a circunstâncias específicas, sempre cambiantes. De qualquer forma, a inclusão desse tema num capítulo introdutório pretendeu mostrar que não se trata de críticas isoladas, no tempo ou no espaço. Parece igualmente importante reiterar que os sinais de descontentamento surgem tanto entre economistas radicais quanto entre ardorosos partidários da livre iniciativa e da sociedade de mercado.

* Uma leitura recomendada, nesta área, é o artigo de Persio Arida: "A Economia e seus descontentes". Em artigo recente, outro conterrâneo, Duílio Berni, afirma: "Que a ciência econômica se encontra em crise é uma constatação tão velha como essa ciência bicentenária" (Berni 1986).

Na verdade, a "eterna discordância" entre os economistas, a que se refere Thurow, não é mais intensa ou mais eterna do que a observada em outras ciências humanas. A sociologia, a ciência política, a antropologia e a psicologia se têm mostrado pródigas em dissensões, a tal ponto que por vezes se é tentado a indagar se já superaram o estágio de pré-ciência. Talvez a discordância entre os economistas nem mesmo seja maior do que a registrada nas ciências físicas, em relação às quais há indícios, ocasionais mas significativos, de um grau de coesão inferior ao que transparece publicamente.

Nesse ponto, qualquer tentativa de reconciliação, tal como a empreendida por Neville Keynes no final do século passado (Neville Keynes 1917) parece prematura e inoperante. O que importa, antes, é reconhecer que a crítica ao paradigma em vigor e a insatisfação resultante podem ser salutares, em seus efeitos sobre a comunidade científica. Conduzida sem histeria, num clima propício ao embate de idéias, essa crítica pode criar condições favoráveis para a proliferação de teorias, de que decorra o desenvolvimento de um paradigma concorrente, com condições de ser entronizado. Não é inconcebível, mesmo, que o efeito da troca de idéias seja fortalecer a convicção de que o paradigma neoclássico ainda tem fôlego suficiente para resistir, seja do ponto de vista teórico-conceitual, seja como ponto de apoio para prescrições de política econômica.

Como dar seqüência à discussão sugerida de forma profícua? À primeira vista, haveria dois caminhos a trilhar. De um lado, o estudo sistemático de metodologia científica parece uma estratégia salutar para o aprofundamento de questões descuidadas ou tratadas de forma epidémica. Seria conveniente conduzir a reflexão metodológica no contexto característico dos problemas enfrentados pela ciência econômica e pelas ciências sociais, em geral. Não se deveria esperar dessa estratégia a obtenção de critérios definitivos de escolha entre sistemas teóricos, tarefa que, de resto, não cabe à metodologia ou à filosofia da ciência. Mas alguma coisa pode ficar mais clara, por esta via.

O segundo caminho consiste na retomada da história do pensamento econômico. Esta oferece uma boa oportunidade para uma reflexão sobre as marcas de nascente da ciência econômica, cruciais em sua configuração atual e, quem sabe, fonte primeira de alguns dos focos de insatisfação mencionados. Não se vislumbra apenas a oportunidade de um retorno aos economistas clássicos, ou mesmo de uma volta aos fisiocratas e mercantilistas. É possível esticar mais para trás o fio da

meada, com o intuito de alcançar a verdadeira revolução intelectual e filosófica ocorrida no mundo ocidental cristão, desde as primeiras manifestações da Renascença. Pois foi graças a esse movimento, que se propagou pela teoria do conhecimento, pela ética e pela visão de mundo em seu sentido mais pleno, que se criou um ambiente propício à emergência de uma ciência econômica. Sem que se tenha clareza quanto à pujança deste movimento, fica difícil conceber a constituição de uma ciência que reivindicava para si própria a possibilidade de uma leitura econômica dos fatos.

Este foi o caminho escolhido pela autora, no estudo aqui apresentado. Se é incapaz, por si só, de fornecer uma resposta satisfatória à crise de identidade de que se falou até aqui, nem por isso é menos fecundo. Envolve um profundo mergulho na pré-história de uma ciência que só pôde florescer ao soltar as amarras de um conjunto de idéias sobre o mundo e sobre o homem característico da sociedade tradicional. Ao mesmo tempo que o econômico só adquiriu o *status* de um fenômeno passível de ser apreendido por si mesmo quando essa dimensão da atividade humana conseguiu descolar-se do conjunto que a enclausurava até fins da Idade Média. É importante salientar que o caminho escolhido não é incompatível com a crítica metodológica. Pelo contrário: em princípio, questões metodológicas se aclararam com incursões sobre a maneira de construir a ciência, a cada momento histórico.

A retomada de um período que se inaugura nas primeiras manifestações da Renascença, aqui rotulado de "pré-história da economia", é objeto dos capítulos seguintes. O capítulo 2 defende a conveniência do esforço empreendido, a partir das sugestões de Louis Dumont e Albert Hirschman, bem como à luz de alguns conceitos extraídos da sociologia do conhecimento. Discutem-se algumas características da revolução intelectual e de valores observada na transição para a sociedade moderna.

Nos capítulos restantes, mantém-se fidelidade à cronologia das obras produzidas por alguns dos principais pensadores da Idade Moderna, considerados precursores da Economia. O capítulo 3 analisa a contribuição de Maquiavel, Bacon, Hobbes, Spinoza e Descartes, no sentido de uma nova maneira de enxergar o homem, suas leis naturais, sua forma de interagir com seus semelhantes, sua capacidade de conhecer e usar a razão para dominar o mundo.

O capítulo 4 é dedicado aos pensadores iluministas, de John Locke aos filósofos moralistas. Na reconstituição de sua trajetória inte-

lectual, busca-se averiguar que configuração assume a revolução intelectual da Idade Moderna nas condições peculiares do século XVIII.

O quinto capítulo é voltado para a análise da obra de Adam Smith, considerado pai da Economia Política. Depois de uma breve referência à influência dos fisiocratas em sua obra, o foco de atenção se desloca para uma análise comparativa de duas de suas obras, *A teoria dos sentimentos morais* e *A riqueza das nações*.

Finalmente, o sexto capítulo sintetiza as principais conclusões dos capítulos anteriores e propõe novas perguntas, como pistas para a continuidade da discussão.

CAPÍTULO 2

EM BUSCA DO PASSADO

Imaculada Conceição? Ilusão de cientistas que não pararam para pensar sobre a origem dos seus próprios pensamentos.

RUBEM ALVES
Filosofia da ciência

Existe hoje uma consciência difusa em economistas de diferentes tendências quanto à crise de identidade que ronda sua ciência, a aumen-
tar o estado de alerta em relação às anomalias não explicadas pelo
paradigma e a desviar os especialistas de seus quebra-cabeças conven-
cionais. Como enfrentar essa crise, sem soçobrar? A retomada da his-
tória do pensamento, à maneira como sugeriria a psicanálise, pode ser
uma excelente oportunidade para aquecer a memória e refletir sobre
certas marcas de nascença exibidas pela ciência econômica, traumáticas
do ponto de vista da mentalidade reinante à época de sua erupção, bem
como da complexidade das transformações sofridas pela humanidade
nos últimos dois séculos.

Não se espera dessa incursão pelo passado a catarse plena, capaz
de liberar totalmente as tensões acumuladas desde o nascimento da
ciência econômica – responsáveis pelo clima de insegurança profissional
de que se ressentem os membros da comunidade científica; ou capaz de
reconciliar a economia com sua auto-imagem, congregando seus ex-
poentes em torno de uma matriz disciplinar, nova ou antiga. Mas algu-

ma coisa deve ficar mais clara, no meio do caminho, e este pode ser um resultado estimulante para novas incursões, que aprofundem aspectos aqui apenas esboçados.

Procurar as causas que permitiram ao fenômeno econômico des-tacar-se como elemento isolado em relação ao fenômeno político, moral, religioso, passível de ser objeto de uma ciência especial, requer que se retroajam pelo menos quatro séculos na história do pensamento ocidental. Para atingir o âmago do processo que deu à ciência econômica sua atual configuração, é mister relembrar alguns ingredientes básicos da verdadeira revolução de valores ocorrida no Ocidente cristão, da Renascença à Revolução Industrial. Cabe lembrar certos elos deste processo, que não se esgota em fisiocratas e mercantilistas, apontados pela maioria dos manuais como precursores da Economia Política.

Não se trata apenas de recuperar, como o faz Schumpeter, certas noções econômicas esparsas desde a Antiguidade, às quais faltaria um caráter sistêmico. Não é só porque o pensamento científico não tenha penetrado com a profundidade necessária no campo da vida econômica; porque o esquema de análise adotado por um Aristóteles seja de "surpreendente indigência" (Schumpeter 1968: 13); ou ainda porque falte aos pensadores mercantilistas a noção de ciclo econômico (*ibidem* 45). A lacuna é mais funda. É preciso cavar mais para localizar no passado os elos da trajetória percorrida pela ciência, em seu conjunto, ao emancipar-se da Teologia e da Filosofia. Nessa trajetória, as ciências sociais constituíram-se como tais e concretizaram sua ruptura com a matriz filosófica. Um pouco mais adiante, elas vieram a admitir, a contragosto, às vezes, sua divisão interna em ramos especiais: economia, sociologia, política, antropologia. Ora, para que tal percurso fosse possível, não bastava a sistematização das descobertas emergentes em cada área, ou a pura e simples adoção de uma perspectiva científica. Foi necessária, mais, uma drástica transformação no ideário social, em termos de uma visão de mundo reformulada e amplamente acatada, uma nova concepção do homem, uma nova teoria do conhecimento e uma mudança nos valores éticos dominantes.

A preocupação de reconstituir o passado e rere os clássicos do pensamento ocidental torna-se mais pertinente quanto mais se observa que o paradigma vigente na ciência econômica, hoje praticada e ensinada, tende a retirar da memória o processo de evolução do pensamento. Deliberadamente ou não, ele se torna cúmplice do mito de uma imaculada concepção da economia, uma espécie de geração espontânea de fi-

lho emancipado. Os clássicos são tratados pela minoria que integra o colégio invisível da ciência e pela maioria que se mantém silenciosa, como pensadores cuja contribuição, crucial em seu devido tempo, foi sendo sobrepujada à medida que o "edifício" da ciência alçava-se em direção aos céus. Numa visão linear, o nascimento enquanto fato é posto em segundo plano. Chega-se assim à concepção de um presente eterno, sacramentado, pertencente à categoria daquilo que já nasceu feito e como tal permanecerá para sempre.

Tolipan bem mostra que o ensino da história do pensamento frequentemente assume características de celebração póstuma de grandes nomes. Converte-se desta forma numa espécie de trabalho de carpe diem, relato enciclopédico e erudito, em geral confiado aos economistas mais idosos. Entretanto, diz ele, o desprezo em relação ao passado não é apanágio desta categoria de cientistas, mas contamina a comunidade científica em seu conjunto:

A ciência é portanto um discurso que tem a forte tendência de se exprimir como resultado e não como processo. É com grande desconfiança que cada situação atual deste discurso aceita olhar seu passado (Tolipan 1982: 4).

Para os que enxergam na ciência econômica um produto definitivo, pronto, liberto de ingerências metafísicas, preocupações normativas ou juízos de valor, revolver as raízes parece um passatempo acadêmico digno de dias chuvosos. Para os que, ao contrário: 1) vêem na ciência muito mais uma intenção do que um resultado, uma proposta do que uma solução; 2) acreditam que seu edifício progride tanto por acumulação quanto por destruição; 3) confiam na utilidade das revisões periódicas que, ao tirar o pó do passado, tiram-lhe também o caráter de peso morto; a tarefa promete frutos auspiciosos.

2.1 Revolução de valores

Louis Dumont, antropólogo francês convidado para ministrar um curso na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, condensou suas palestras no livro *From Mandeville to Marx*, que aborda a revolução de valores em curso no Ocidente a partir do século XVII (Dumont 1977). A transformação do pensamento ocidental cristão, graças à qual a ciência econômica conquistou objeto próprio e método específico, é desdobrada pelo autor em três momentos distintos: 1) a emancipação do econômico em relação ao político, focalizada do ponto de vista da

contribuição de John Locke; 2) o advento do *Tableau Économique*, do Dr. Quesnay, primeiro quadro do domínio econômico como um todo consistente, composto mediante a concepção da ordenação do universo, que se projeta no plano econômico; 3) finalmente, a emancipação do econômico em relação à moralidade predominante, ilustrada pela figura de Bernard Mandeville e sua *Fábula das abelhas*.

O autor admite que a passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna deu-se em termos de um excepcional desenvolvimento da ciência, da tecnologia e do capitalismo. Mas investiga, principalmente, suas implicações no plano da história das idéias. Na sociedade tradicional, diz ele, as relações de poder que prevaleciam entre os homens eram mais importantes do que as que se estabeleciam entre homens e coisas. Distingue, nesse ponto, a riqueza imobilizada — expressa na propriedade, basicamente terra — e os bens móveis — dinheiro e seus equivalentes. A primeira forma detinha flagrante predominância sobre a segunda: pois era por meio da propriedade, sobretudo a terra, que um núcleo reduzido de homens adquirira domínio sobre grandes grupos. Na sociedade moderna, o vínculo foi rompido, a riqueza móvel assumiu um caráter autônomo e determinante e, com ela, o domínio que o indivíduo se mostrasse capaz de exercer sobre as coisas. Estavam criadas as condições para a emergência de uma ciência voltada para a investigação do fenômeno econômico. “O objeto”, afirma Dumont, “é a economia — uma construção, e a disciplina particular que o constrói não pode dizer como ela o faz, pois parte do pressuposto básico de que existe isoladamente” (Dumont 1977: 25).

De humilde serva da política, a economia converte-se assim em sua poderosa rival e despótica mãe. Nessa inversão, verifica-se também uma mudança no fundamento da supremacia. Na situação originária, a subordinação da economia à política era questão de hierarquia e de teleologia; na nova situação, a primazia do econômico passa a ser concebida como factual. A peculiaridade da Idade Moderna reside, pois, na segregação da dimensão econômica dos fenômenos, no sacrossanto papel reservado ao mercado e nas concepções liberais, tão em voga no século XIX e princípio do século XX. É a tal ideologia que o autor atribui o totalitarismo persistente em nossa sociedade. O totalitarismo é uma doença oriunda de um conflito de valores, que acomete os homens em situações onde se procura sublimar um individualismo profundamente arraigado. Trata-se de uma consequência involuntária do igualitarismo, assim como a segregação racial, assim como a violência sem prece-

dentos de nossa civilização.

Em livro recente, Dumont (1985) torna mais explícitas as afirmações anteriores. Com o intuito de esclarecer melhor esse conflito entre individualismo e holismo, numa sociedade impregnada pelo primeiro, pode-se recorrer ao exemplo predileto do autor, que é a ideologia nazista. O caráter fundamentalmente racista dessa ideologia procede, diz Dumont, da ruptura da representação holista pelo individualismo moderno. Este, em sua versão hitlerista, enxerga como essência da vida humana a luta de todos contra todos. Hitler vê nos judeus agentes de destruição individualistas imbuídos de todas as características que rejeitava na modernidade, do dinheiro usurário ao marxismo e ao bolchevismo. Ora, o *führer* está irremediavelmente contaminado pelo veneno, contra o qual procura inocular sua pátria. Na verdade, o esforço de exterminar os judeus afigura-se como uma tentativa violenta e desesperada para livrar-se de uma contradição que é a sua própria. Inconscientemente, talvez, ele projeta nos judeus o individualismo que o impregna. É nesse sentido que qualquer pretensão de retorno ao holismo, no plano da nação moderna, “aparece de imediato como um empreendimento de mentira e opressão” (Dumont 1985: 29).

Dumont estabelece ainda um contraponto interessante entre a situação da ciência econômica e da antropologia, outra integrante das ciências sociais. Esta última mantém-se, por princípio, refratária à fragmentação de seu objeto, que define como o homem (do grego *ánthropos*) em sua totalidade.* O autor considera que o próprio Marx, a despeito de sua orientação sociológica e de seu discurso coletivista, teria incorrido nessa fragmentação. Marx teria sido cúmplice de tal processo ao abandonar a visão holística dos românticos alemães e de Rousseau e, nessa medida, contribuído para o estabelecimento de uma dicotomia entre infra-estrutura e superestrutura. Dumont considera que a segregação dessas duas esferas serve a propósitos claramente ideológicos. Assim, diz ele, a maioria de nossos contemporâneos enxerga o real polarizado em dois extremos: num deles a vida material e as relações de subsistência, que têm caráter predominante; no outro, as

* Em seu desenvolvimento efetivo, através da história, porém, a antropologia dedicou-se tradicionalmente à descrição e análise do homem primitivo. Sua ênfase em temas contemporâneos é mais recente.

relações sociais, a religião, a arte e a ideologia em geral (Dumont 1977: capítulo 2).*

Outro componente indissolúvel da transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna, de que Dumont se dá conta, como já foi visto, é o individualismo. É voz corrente que o indivíduo, mais tarde associado ao Robinson Crusó que Defoe converteu em personagem central de seu romance, representa o ponto de partida do sistema de idéias montado pela ciência econômica. A frugalidade do célebre náfrago, sua engenhosidade na administração de recursos escassos para a satisfação de suas necessidades, convertem-se em elementos cruciais na definição do objeto da ciência econômica que privilegia a adequação entre meios e fins, tão difundida pelos manuais. Esse reducionismo permite ver a sociedade como uma soma de "robinsons" diariamente empenhados em maximizar seus ganhos. Ademais, a reunião dessas empreitadas solitárias conduz, por mecanismo jamais elucidado, à promoção do bem-estar da coletividade. Fala-se, aqui, do indivíduo enquanto unidade isolada e autocontida, do ser biológico individual, personagem de proa da ciência econômica desde seu alvorecer.

É conveniente destacar, nesse ponto, a digressão de Dumont sobre a distinção que a antropologia institui entre indivíduo e pessoa. O primeiro conceito capta aquilo que distingue cada elemento do conjunto, tornando-o único e especial. Nessa concepção, a parte é mais importante do que o todo. O conceito de pessoa, ao contrário, remete o particular ao geral, pois exprime a amostra indivisível do conjunto que o vocábulo embute. A língua alemã apercebe-se dessa distinção e reserva dois termos diversos para os conceitos: *das Individuum*, no primeiro caso, e *der einzeln*, no segundo. Infelizmente, o tradutor inglês, francês, espanhol ou português não tem recursos lingüísticos para expressar essa diferença. Dumont observa que os próprios autores alemães frequentemente agregam os dois significados sob um único rótulo, de *individuum*, reservando *der einzeln* para circunstâncias excepcionais. Ele atribui a tais sutilezas da língua alemã as dificuldades de interpretação do pen-

* O fato de se concordar com Dumont quanto ao caráter artificial dessa dicotomia não implica aceitar integralmente sua crítica a Marx. Em resposta à crítica de Dumont, pode-se retrucar que o fator determinante em Marx não é o econômico *tout court*, mas sim as relações sociais que se estabelecem no processo de produção de mercadorias. A discussão é longa e foge aos objetivos deste estudo. Para uma boa crítica, v. Fausto (1983).

samento de Karl Marx e, por conseguinte, as controvérsias que se instauram a respeito. O problema se reproduz em outros conceitos-chave, como o de sociedade. Mas o importante a reter, aqui, é que o individualismo característico da sociedade moderna privilegia o primeiro significado do conceito. Sim, os homens nascem livres e iguais, proclama a Declaração dos Direitos do Homem. Mas essa igualdade é uma igualdade perante a lei, a isonomia que legitima a liberdade máxima de cada indivíduo e seu direito à propriedade, tornando-o auto-suficiente. É por esse caminho que as revoluções liberais contestam a desigualdade da sociedade tradicional. Elas a repudiam por seu caráter prescrito, herdado, em contraste com a desigualdade consentida ou conquistada. Na concepção individualista, a desigualdade só é legítima quando se apóia na supremacia dos mais capazes, aqueles que se mostram mais indivíduos do que os outros, melhor dotados pela natureza para revelar as características únicas, especiais, que os distinguem da grande massa.

A preocupação com a revolução de valores ocorrida na sociedade ocidental no alvorecer da Idade Moderna é um dos pilares do pensamento de Max Weber. Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, ele instaura um longo e profícuo processo de investigação sobre as raízes morais do capitalismo, ao perguntar: "Como é que uma atitude que era, na melhor das hipóteses, eticamente tolerada, transformou-se em uma vocação, no sentido de Benjamin Franklin?" (Weber 1967: 49).

O esforço de encontrar respostas para esta questão levou Weber a pesquisar o conteúdo da Reforma Protestante, especialmente em sua vertente calvinista. Não lhe foi difícil demonstrar, com uma profusão de exemplos empíricos incomum num pensador do início do século, que, sob a égide do protestantismo, ocorreu uma mudança ética significativa. O trabalho passou a ser encarado como uma vocação divina e o sucesso profissional como um indicio seguro de que o indivíduo estava predeterminado à salvação. A atitude mental impulsionada pela racionalidade econômica encontrou sua lídima expressão no empreendimento capitalista; em contrapartida, a empresa assim constituída derivou sua força propulsora do espírito do capitalismo, estabelecendo-se entre ambos uma relação de adequação.

Evidentemente, a contribuição de Weber deve ser interpretada à luz de seu método. Deste, sobressaem: 1) a intenção de uma abordagem compreensiva da conduta humana, uma vez que só o significado

de que esta conduta se reveste para o agente pode fornecer a chave de seu entendimento; 2) uma concepção peculiar de causalidade, vinculada à noção de uma realidade infinita, em que a escolha do ponto de partida do investigador é irremediavelmente arbitrária; 3) a autonomia relativa das esferas, que permite a Weber conferir à esfera das motivações religiosas um papel determinante em relação à conduta econômica; 4) a preocupação em captar os traços mais típicos de cada fenômeno, encerrando-os em tipos-ideais. Em *Economia e sociedade*, sua obra de mais fôlego, Weber retoma o tema da influência da Reforma sobre a sistematização da ação humana, a racionalização do comportamento e, em última análise, o processo de desencantamento do mundo. O "sentido de vida" do protestantismo, como o da religião de Zaratustra ou o da profecia judaica, representa uma tentativa de dar caráter sistêmico ao conjunto de comportamentos humanos. Assim, qualquer que seja a forma assumida, a nostalgia da salvação acarreta desdobramentos práticos efetivos, do ponto de vista de uma sistematização da vida cotidiana. Mas, ao ascetismo negador do mundo, a Reforma Protestante contrapõe o ascetismo intramundano. Para o asceta, as ordens do mundo convertem-se numa vocação; um chamado divino, que deve racionalmente atender. O protestantismo ascético, diz Weber (não sem uma ponta de tristeza), acabou com a magia, com a busca da salvação apoiada na negação do mundo, ou com a iluminação contemplativa em sua forma mais elevada. O autor retrata sua repercussão no meio intelectual:

Quanto mais rechaça o intelectualismo a crença da magia, "desencantando" assim os processos do mundo, e estes perdem seu sentido mágico e somente "são" e "acontecem", mas nada "significam", tanto mais urgente se torna a exigência de que o mundo e o "estilo de vida" abriguem, em sua totalidade, um sentido e possuam uma ordem (Weber 1964: 403-404).

Retomando a indagação de Max Weber, o economista contemporâneo Albert Hirschman dispôs-se a estudar o processo pelo qual o mundo viveu, desde a Renascença, "uma surpreendente transformação da cena ideológica e moral" (Hirschman 1979: 21). O produto de tal processo foi destruir o ideal heróico da Idade Média e substituí-lo por um novo código moral, que correspondia, não por mero acaso, aos interesses da burguesia ascendente. Durante o século XVII, diz Hirschman, disseminou-se a convicção de que era impossível controlar as paixões "destrutivas" inerentes à natureza humana pela exortação moralista ou pela ameaça de danação eterna. Seria imprescindível encontrar novas formas de controle, o que requereria, antes de mais nada, uma

profunda e exaustiva dissecação das características da natureza humana, tal como se apresentava historicamente.

Num primeiro tempo, a preocupação com a conduta adequada ensejou a tentativa de se utilizar a força para reprimir as paixões humanas. Tal foi a estratégia adotada por Santo Agostinho e Calvino, com seu apelo ao poder de coerção exercido sobre os impulsos espontâneos do indivíduo. Mas a solução do problema mediante uma estratégia coercitiva foi questionada pela discussão intensa das paixões humanas que teve lugar no século XVII. No segundo tempo, a sociedade percebeu que era mais razoável mobilizar as paixões, ao invés de tentar a todo custo impedir que aflorassem. O artifício criado para resolver o problema era engenhoso: paixões consideradas menos pecaminosas, ou moralmente mais toleráveis, seriam usadas para fazer frente a paixões mais perigosas e avassaladoras em seus efeitos. Assim, na medida em que se mostravam capazes de domar os impulsos humanos, imprimindo-lhes nova direção, Estado e sociedade seriam veículos de mudança das instituições sociais. Tratava-se de enfrentar fogo com fogo, utilizando-se recursos de calibre semelhante ao das paixões que se fazia mister controlar.

Nesse quadro, que se construiu a partir do que Hirschman denomina de "princípio da paixão equivalente contrária", o interesse, o amor ao ganho, o desejo de obter vantagens econômicas enfim, passaram a figurar como paixões "razoáveis". O adjetivo exprime sua conformidade à Razão, erigida em valor supremo no *ethos* renascentista, destinada a tomar a história nas mãos e moldá-la a seu bel-prazer. Na concepção da época, o grupo de paixões ligadas ao interesse econômico adquiriu cotação suficientemente alta para ser considerado um adversário à altura de paixões mais arrebatadoras, que, estas sim, determinavam perda de autocontrole e ameaçavam a paz e o bem-estar social.

Quais seriam as vantagens de um mundo governado pelo interesse? Basicamente duas, aponta Hirschman: constância e previsibilidade. O comportamento humano guiado por motivações de natureza interestessera configuraria, na interpretação dada pelo autor ao pensamento dos séculos XVII e XVIII, uma forte teia de relações interdependentes. Esta geraria uma situação de relativo equilíbrio e estabilidade, em que todos seriam beneficiados. Por esse caminho, a sociedade ocidental passou a admitir que persistência e constância eram qualidade inerentes à paixão pelo dinheiro. Por paradoxal que pudesse soar à primeira vista, tais qualidades decorreriam da própria insaciabilidade da *auri sacra*

fames, a ambição sem limites.*

À sua explicação "de como os interesses foram convocados para contrabalançar as paixões", Hirschman acrescenta dois ingredientes. Em primeiro lugar, traça a evolução semântica do vocábulo "interesse". Na França, na Inglaterra e em outras potências européias do século XVII, o interesse converteu-se num autêntico modismo, ou paradigma. Sua conotação deslocou-se do interesse do governante (*il razione di Stato*), para o dos governados (o bem-estar geral), popularizando-se o aforismo segundo o qual "*Interest will not lie*". O uso do termo denotava sempre um elemento de cálculo e reflexão sobre o modo pelo qual o homem luta para satisfazer suas aspirações. Tal sentido é reiterado na máxima do duque de Rohan, estadista huguenote envolvido nas polémicas em torno das dissensões religiosas na França: "*Les princes commandent aux peuples et l'intérêt commande aux princes*". Em poucas palavras, haveria um conjunto de aspirações nacionais, nos países da Europa, que se firmavam como tais; essas aspirações não seriam arbitrárias e caprichosas, mas permitiriam ao príncipe impor-se à sociedade civil, de forma a extrair benefícios mutuamente vantajosos.

Paralelamente, o vocábulo "interesse" teve seu significado econômico progressivamente reforçado durante o período em questão. Seu conteúdo mais amplo — interesse *latu sensu*, enquanto um conjunto de motivações gerais — foi aos poucos cedendo lugar a um conteúdo mais ligado a vantagens materiais, conforto e prosperidade. É oportuno chamar a atenção, nesse ponto, para o significado do termo na língua inglesa e francesa, desde o início imbricado com o termo juro, nos empréstimos a dinheiro.

Dumont também esbarra nessa questão, ao tratar das condições de emergência da categoria econômica. Mostra assim que, em contraste com o pensamento mercantilista, numa sociedade tradicional como a da Índia, o interesse persistiu como atributo do rei. Mais ainda, persistiu ligado ao fato de que a única forma de riqueza reconhecida era a riqueza imóvel, associada ao poder sobre os homens. Ao contrário, na Itália sequiosa de unificação, na Inglaterra reformada ou na França dos Bourbons, é notória a mudança de significado do termo para abrigar também as necessidade e anseios dos governados (Dumont 1977).

* A própria literatura retrata essa mudança de atitude. É o caso de Meffisto, personagem do *Fausto*, de Goethe, que define a si próprio como uma força que deseja o mal, mas que, paradoxalmente, acaba levando ao bem.

O segundo ingrediente acrescentado por Hirschman a sua explicação é a mudança de atitude em relação à atividade comercial e à própria atividade de ganhar dinheiro. No decorrer do período mercantil, a tais atividades foram imputadas qualidades como *douceur* — doçura, calma, boas maneiras. O autor mostra como a expressão *the polished nations* popularizou-se na Grã-Bretanha por volta de meados do século XVIII, para designar os países em que o mercantilismo estava em franco desenvolvimento. O último passo no processo de retirada do estigma foi o reconhecimento do caráter inofensivo das atividades em questão.

Entretanto, para que essa radical mudança nos valores fosse convincente, e para efetuar uma suspensão temporária de padrões de pensamento e de julgamento profundamente enraizados, foi necessário dotar o 'obstinado' desejo de ganho de uma qualidade adicional: a inofensividade (Hirschman 1979: 56).

A propósito, Hirschman recorda ao leitor a justa indignação de Marx, diante da violência com que se deu a acumulação primitiva, suas pilhagens, saques e atos de pirataria. Desde as cruzadas, os que aportavam nas novas terras davam por nulo o direito de soberania dos gentios, sobre a riqueza mobiliária bem como imobiliária. Contra o que Marx, com propriedade, insurgiu-se: "*Das ist der doux commerce!*"

2.2 *As eclusas do espírito*

Não é propósito imediato deste estudo discutir os fundamentos sócio-históricos do processo de transformação do pensamento ocidental durante a Idade Moderna. É claro que não se pretende negar a existência de uma vinculação orgânica entre conhecimentos, idéias, valores e os demais fatores existenciais da sociedade, da economia e da cultura. Embora as discussões em torno desse ponto não se tenham em absoluto esgotado, e as soluções sugeridas conquistado o beneplácito da comunidade científica, parece desnecessário repetir que é inconcebível pensar numa história do pensamento que paire no ar, acima das profundas transformações políticas, econômicas e sociais que o mundo viveu no período analisado. Como tantos outros fenômenos em tela, a valorização do indivíduo no período em questão é condizente com uma sociedade que oferece oportunidades para empreendedores habilidosos, estrategicamente situados do ponto de vista de desfrutarem das vantagens da economia em expansão. Em tese, as oportunidades estavam abertas para todos: abolida a configuração estamental do período medieval, fatores

de nascimento haviam cedido lugar ao talento e ao esforço individuais, como critérios de estratificação social e definidores do *status* social do indivíduo. Na prática, enriqueceram e ascenderam política e socialmente os indivíduos que puderam usufruir as chances disponíveis e transformar-se em verdadeiras pessoas, dotadas de características únicas, especiais, que os distinguiram da massa amorfa.

De maneira semelhante, é possível demonstrar que o naturalismo da Idade Moderna, seu antropocentrismo, é condizente com o surgimento da burguesia no cenário econômico, social e político. Contudo, não é ainda o momento de expor a compatibilidade entre a emergência do capitalismo como sistema econômico, em sua vertente mercantil e posteriormente industrial, e a história do pensamento ocidental em igual período. Em linhas gerais, o tema será tratado no início dos capítulos seguintes, com a intenção de retratar o contexto mais amplo em que se dá a revolução de valores aqui focalizada. Agora, para firmar posição, basta invocar algumas diretrizes da sociologia do conhecimento de Max Scheler.

Scheler nos dá conta de que os fatores existenciais não criam nem determinam o conteúdo das idéias, mas, isto sim, instituem uma diferença entre sua potencialidade e a maneira como se efetivam na prática. A "fatalidade modificável" da história real não determina o núcleo de sentido contido nas obras do espírito. Antes, ela põe ou retira obstáculos à sua realização, retardando-a ou acelerando-a. Na imagem do autor, a história possui um dom especial: ela "abre ou fecha, de uma forma e numa seqüência determinadas, as eclusas da corrente do espírito" (Scheler 1947: 37).

Scheler proclama a existência de uma relação de interação entre as idéias e os demais fatores existenciais. As primeiras interagem com os últimos no papel de agências de seleção, de forma a ampliar a ressonância efetiva que as idéias em potência atingem ou, ao contrário, a frustrar-lhes a divulgação. No século XVI, o surgimento do pensamento mecanicista, que sobrepuja o organicismo do passado, é inseparável do individualismo que marca a época, bem como do predomínio da máquina a vapor sobre a ferramenta manual, da transformação da comunidade em sociedade, da produção para o mercado, do estabelecimento do princípio da competência como valor a ser cultivado, e assim por diante. Todos os processos são definidos como "identidades estruturais" pelas quais se designam pressupostos comuns de conhecimento

ou crença, bem como de estrutura social, econômica e política.*

O filósofo alemão alega que, quando o espírito institui fins que colidem com a conexão causal dos fatores reais – sejam eles relações de poder, fatores econômicos, características da população ou fatores geográficos e geopolíticos –, sua realização prática torna-se tão improvável quanto o ato de morder pedra. Por aí se explicam as utopias que se vieram contrariadas pelo curso real dos acontecimentos, como a economia plenamente planificada, o Estado universal, os projetos de eugenia e purificação racial. Em contrapartida, o conteúdo significativo da religião, filosofia, ciência ou direito não pode ser automaticamente inferido das relações reais. O exemplo citado é de Rafael: ele precisa de um pinel para expressar-se artisticamente; tampouco pode prescindir de um público, bem situado socialmente, cujos anseios possa personificar em sua pintura e que possa subvencionar sua dedicação às artes. Contudo, a riqueza da produção artística de Rafael vai muito além desses fatores singelos.

A adoção das diretrizes de Max Scheler permite adiantar, para que fique mais clara a postura aqui assumida, que é indiscutível a localização social das idéias. Deve ser rejeitada, sim, uma subordinação simplista da chamada "superestrutura" à chamada "infra-estrutura". A própria dicotomia é questionável, como já foi dito, uma vez que a ordem econômica e social é produto humano, realidade construída pela atividade conjunta dos homens, cuja percepção está irremediavelmente comprometida com esse caráter inicial. Fica portanto rechaçada, de antemão, a "coisicidade" que Durkheim imputa ao fato social. Este é coisa, sim, no sentido de ser exterior ao indivíduo. Mas o significado básico que assume, a cada momento, é determinado pelo universo de significados que este indivíduo compartilha com seus pares e com os que o antecederam na história.

À luz dessa postura, não foi por mero acaso que pensadores como More, Maquiavel, Mandeville, Hobbes e Spinoza suscitaram violentas celeumas na época em que sua obra veio a público. Também não foi ocasional o fato de terem imprimido sua marca à posteridade. Num ou noutro momento, as idéias por eles difundidas mostraram-se conve-

* Já não é possível concordar com Scheler quanto ao fato de tais identidades estruturais advirem da "estrutura de impulsos" da elite. Igualmente discutíveis são outros pontos de sua concepção, tais como a inclusão do "sangue" – leia-se da etnia – entre três fatores reais importantes.

nientes do ponto de vista do processo de mudança em curso na sociedade; em suas múltiplas dimensões. Nesse movimento, não foi de menor ressonância a contribuição de Locke, ao abrandar a concepção hobbesiana de um Estado todo-poderoso; ou a de Shaftesbury, ao dar um tom moral à mensagem de Mandeville, mostrando como interesses individuais podem reconciliar-se com o bem-estar social. Esses pontos serão retomados mais adiante.

Outra maneira de entender a revolução filosófica que afetou a sociedade ocidental durante a Idade Moderna, compatível com a proposta deste estudo, é pensar numa relação dialética entre o conhecimento e sua "base" social, num sentido amplo. À luz da sociologia de Peter Berger e Thomas Luckmann, pode-se afirmar que o conhecimento é simultaneamente um produto social e um fator de transformação da sociedade (Berger e Luckmann 1974). A dialética que se estabelece entre a produção intelectual de um determinado período histórico e o contexto que a viabiliza pressupõe um universo de significados compartilhado pela coletividade. Desta forma, o conhecimento objetivo do mundo por meio da linguagem e concebe os canais através dos quais sua exteriorização "produz" a ordem social, de forma compatível com a sociedade que o gerou.

Ora, dizem os autores, a autonomia relativa do conhecimento — entendido de forma ampla, conhecimento do intelectual, conhecimento do homem comum — depende de um grande número de circunstâncias. Ela varia em função da maior ou menor urgência dos interesses sociais em jogo, da utilidade prática que este conhecimento assume, da capacidade de reação daqueles que eventualmente se sintam prejudicados por sua disseminação. Mas há um outro aspecto importante a ser considerado: enquanto, nas sociedades tradicionais, a tarefa do conhecimento não é delegada a segmentos específicos, na sociedade moderna, ela é incumbência de especialistas, com toda uma engrenagem dedicada a isolá-los dos leigos. Nos séculos aqui analisados, este fenômeno estava em processo, com a paulatina separação entre a religião, a filosofia e a ciência. Como bem mostra Nogueira (1978), é característica da sociedade moderna a mudança na forma da atividade intelectual, que de difusa se converte em especializada. Definem-se papéis sociais que implicam atividade predominantemente intelectual, reservados a um segmento particular da sociedade.

2.3 O fato econômico como categoria isolada

Uma discussão correlata, que não será por enquanto levada às últimas consequências, refere-se à tese de Dumont sobre o processo mediante o qual o econômico pôde constituir-se como categoria à parte, objeto de estudo de uma ciência particular. No momento, é suficiente a hipótese de que a segmentação do objeto das ciências humanas, posterior à autonomia conquistada pela ciência em relação à filosofia e à religião, tenha tido origem na própria realidade. Isso colocaria o compartimentar das ciências, no plural, como decorrência de um processo histórico mais amplo, e não como sua causa. Vale dizer, a premissa assumida pela dimensão econômica dos fenômenos durante a expansão do capitalismo é que teria propiciado o desenvolvimento de uma ciência especificamente voltada para a sua análise e não vice-versa. Se isso é verdade, por que não adotar a seqüência contrária?

Antes de mais nada, convém dizer que não há fenômeno econômico, político ou social em si mesmo. Há uma leitura econômica, política ou sociológica de cada fenômeno. É a partir dessas leituras comparimentadas que se define como econômico um movimento como o das *enclosures*, na Inglaterra do século XVIII. Se este foi um fator crucial na reestruturação das relações de trabalho, se ensejou o surgimento de novas classes sociais, foi também uma revolução no campo do Direito. E, mais ainda, envolveu uma reformulação radical na maneira de pensar a terra como mercadoria, passível de exploração produtiva, arrendamento ou alienação. Sob esse prisma, toda e qualquer partilha da realidade social, quando se perde de vista o todo de que se partiu, será sempre um atentado à sua complexidade.

Em defesa do ponto de vista aqui empregado, é possível ainda utilizar o clássico argumento, tão a gosto de Max Weber: que de algum lado se deveria começar a atacar o problema, e o fato de se ter começado pela história das idéias não prejudica as conclusões a que porventura se chegue, desde que estas sejam encaradas como estímulo para novos estudos, e não como ponto final da cadeia de raciocínio (Weber 1967: 132).

Também o argumento de Polanyi (1980), que sensibilizou Dumont, pode ser invocado em defesa da opção feita neste estudo. Em sua brilhante crítica ao liberalismo econômico, o autor considera que a sociedade moderna confere à relação econômica um caráter excepcional. Em qualquer outra forma de sociedade, aquilo que os modernos deno-

minam de fato econômico está inserido no tecido social. São os homens modernos, e somente estes, que dão vida própria à relação econômica, e a erigem em sistema distinto. Mas não o fazem gratuitamente, ou por capricho. A dimensão econômica autonomiza-se em relação àquilo que se considera "real" e, com ela, a ciência que a reflete, auxiliando-a em sua emancipação. As relações entre os homens tornam-se impessoais, de mercado, tais como as do vendedor com o comprador, ou do assalariado com o detentor do comando sobre os fatores de produção.

Um raciocínio de natureza semelhante é desenvolvido por Beluzzo (1975). Segundo o autor, o nascimento da Economia Política está virtualmente comprometido, não apenas com as transformações "materiais" em curso no século XVIII, como também com as transformações ocorridas no plano da consciência dos povos. A nova ciência, diz Beluzzo, surge como tentativa de compreender e explicar um mundo abarrotado de mercadorias, onde os indivíduos trocam seus produtos, não para consumir, senão para voltar a trocá-los no dia seguinte. Quando Adam Smith assume a cátedra de Filosofia Moral em Glasgow, já se havia cristalizado a dicotomia entre a esfera moral e as outras dimensões — religiosa, econômica, política — da vida humana. Ao privilegiar a esfera da produção material no contexto da sociedade civil, o fundador da ciência econômica localiza no processo de produção de mercadorias o âmago da sociedade civil.

2.4 A volta aos clássicos

Este estudo segue a trilha aberta por Louis Dumont e Albert Hirschman. Seu objetivo primário é reconstituir a pré-história do pensamento econômico, por meio da análise da obra de alguns dos mais brilhantes pensadores da Idade Moderna. Sua contribuição ao advento da Economia Política será estudada a partir do exame de seu papel específico na revolução ética e intelectual de que se tem falado, sob diferentes aspectos. Considera-se que essa contribuição foi crucial para que, em 1776, Adam Smith pudesse assinar o atestado de nascimento da ciência econômica, com a publicação de *A riqueza das nações*.

Dois esclarecimentos se fazem necessários antes de enunciar os pensadores cuja obra será objeto de análise nos próximos capítulos. Em primeiro lugar, é evidente que se fez uma leitura seletiva. Ela o foi duplamente: em relação aos nomes incluídos na retrospectiva, bem como em relação ao conjunto de sua produção intelectual. De um lado, o rol

de pensadores que tiveram influência decisiva na mudança de cenário propiciadora do surgimento da ciência econômica é reconhecidamente extenso. Isso requer que se faça cortes e os torna inevitavelmente arbitrários, no sentido de que sempre restarão nomes cuja colaboração foi negligenciada. De outro lado, seria impraticável levar em conta toda a obra dos autores selecionados: haveria o risco de se perder o fio da meada, tantos e tão atraentes os atalhos do caminho. Não se tinha em mente recuperar todos os meandros filosóficos das posições de cada autor em particular, mas, antes arrumá-las de uma forma tal que despertasse o interesse pelo assunto numa platéia mais ampla, constituída basicamente por economistas e cientistas sociais em geral.

O segundo esclarecimento que se faz necessário é o fato de se ter procurado ler os originais das obras selecionadas, em sua mais antiga edição disponível na biblioteca da Instituição.* Buscou-se com isso uma maior fidelidade às intenções primeiras de cada autor, no sentido de minimizar a distorção acarretada por diferentes intérpretes e reconstituir a informação em sua forma mais pura, ou menos filtrada por leituras sucessivas. Evidentemente, isso não foi fácil. Não é simples distinguir a visão peculiar de religião em Spinoza, mergulhada em seu profundo e indistigável misticismo; associar os sonhos de Hobbes às aspirações da política *whig*, compreendendo o real sentido de sua exaltação ao poder do Estado; ou ainda resgatar a herança hobbesiana e baconiana no estilo cauteloso de John Locke. Aqui e ali, a leitura de obras de interpretação foi crucial para um melhor entendimento de certas passagens dos originais, revolucionárias na época em que vieram à luz, mas atenuadas por eufemismos em função dos preconceitos dos leitores potenciais. Neste particular, não foi desprezada a contribuição de alguns analistas que dedicaram grande esforço à compilação dos clássicos, tais como Jacob Viner e E. Cannan, no caso de Adam Smith.

Dentre os clássicos da Idade Moderna que exerceram um papel importante como precursores da Economia Política, serão aqui analisados: 1) Nicolau Maquiavel, que realçou o caráter instrumental do comportamento e revolucionou o conhecimento disponível à época, no sentido de uma percepção mais realista da natureza humana; 2) Francis Ba-

* Isso só não foi feito em relação a Mandeville, cuja *Fábula das abelhas* não foi localizada nas principais bibliotecas e livrarias de São Paulo, e em relação a alguns dos filósofos éticos do século XVIII. Nesse caso, foram lidos exertos publicados por outros autores.

con, pai do positivismo anglo-saxônico, cuja principal contribuição à causa analisada residiu em sua insistência para que se sacudisse o jugo metafísico e teológico que tolhia maneiras alternativas de enxergar os fenômenos da natureza; 3) Thomas Hobbes, com sua análise da conjunção de forças que faz do Estado um "deus visível", obra e graça de um pacto estabelecido entre indivíduos amedrontados, egoístas e belicosos; 4) Baruch Spinoza, seu intento de submeter as Sagradas Escrituras ao crivo da razão, sua adesão ao racionalismo e ao liberalismo político; 5) John Locke, último precursor do liberalismo econômico, por sua concepção de um Estado baseado no assentimento e sua defesa do direito de propriedade; 6) Claude-Adrien Helvétius e seu universo regido pelo interesse; 7) os filósofos moralistas do século XVIII, em cujo seio abrigou-se Adam Smith, que inauguraram uma moral utilitarista e conceberam a possibilidade de reconciliar paixões egoístas e amor ao próximo. O ciclo encerra-se, assim, em Smith, pai e grande clássico da Economia Política.

Antes de passar à análise mais detida dos diferentes elos do processo que se pretende reconstruir, cumpre esclarecer os critérios adotados na definição da lista acima. É preciso reconhecer que foram cortados da mesma autores importantes na conexão que se procura estabelecer, dentre os quais Vico, Holbach, Rohan, La Rochefoucauld, Voltaire, Montesquieu e Rousseau, cuja obra já havia sido dada a público, parcial ou integralmente, antes da primeira edição de *A riqueza das nações*. Contudo, como já foi dito, seria difícil fazer justiça a todos os pensadores que deram alguma contribuição ao processo em foco, sem correr o risco de uma leitura excessivamente simplificadora e apressada de sua obra. Com esta restrição quantitativa em mente, procurou-se conciliar quantidade com qualidade e selecionar, dentre os autores representativos de cada momento histórico, para os quais se dispusesse de material bibliográfico original, alguns dos que seriam considerados típicos do ponto de vista analisado. A etapa seguinte foi encadeá-los numa seqüência lógica e cronológica. A listagem mais extensa dos autores a partir da qual se fez a triagem foi obtida com base nas sugestões dos escritos que inspiraram este estudo, a saber, Dumont e Hirschman. Uma terceira fonte importante foi o próprio Adam Smith. Pode-se dizer que praticamente todos os pensadores analisados nos capítulos que seguem são nominalmente citados pelo fundador da Economia Política, que conviveu pessoalmente com alguns deles. Não houve tempo para aprofundar a análise de pensadores iluministas extremamente fecundos,

como Voltaire e Montesquieu, que Smith cita textualmente. A despeito dessas lacunas, porém, a lista selecionada é coerente do ponto de vista do processo de transformação do pensamento ocidental, aqui retratado.

Antes de introduzir o clima da Renascença, objeto do capítulo 3 deste estudo, a seção seguinte discute o papel dos filósofos cristãos da Baixa Idade Média e início da Idade Moderna nas mudanças assinaladas.

2.5 A nova era na idade da crença

Como todo corte histórico e qualquer esquema classificatório, os que aqui se adotam ressentem-se das deficiências comuns aos esforços dessa natureza. A necessidade de estebelecer cortes abruptos, que sirvam de divisores de águas, é uma dessas mais notórias deficiências. Nesse sentido, não poucos analistas incluíam na relação acima, para uma reconstituição mais fidedigna do caminho perseguido, os filósofos cristãos da Baixa Idade Média e início da Renascença. Dentre os que questionaram o escolasticismo como verdade oficial da Igreja, três nomes merecem destaque: William de Occam e sua mente de navalha; Thomas Moré e sua *via nova*; Erasmo de Roterdã e seu elogio à loucura.

Com base na lei da parcimônia (ou princípio de economia) de Aristóteles, o monge franciscano William de Occam (1300-1349) contradiu frontalmente a posição tomista. Sua posição crítica em relação a vários conceitos introduzidos pela escolástica valeu-lhe a alcunha de "mente de navalha". Occam negou o indivíduo universalizado da filosofia escolástica e proclamou que só os indivíduos, no plural, têm existência de fato. Segundo ele, o objeto da pesquisa científica é necessariamente e sempre o fenômeno individual, que antecede o próprio ato de percepção. Ao contrário, a natureza divina não é inteligível ao ser humano. Infere-se que não pode haver coincidência entre o objeto da ciência e o objeto da fé. O autor admitia, inclusive, a possibilidade de ser uma determinada proposição verdadeira do ponto de vista teológico, mas falsa filosoficamente. Em suas palavras:

Se a humanidade fosse algo diferente dos indivíduos particulares e parte de sua essência, uma e a mesma coisa invariável estaria em muitos indivíduos, e assim esta mesma coisa numericamente uma e invariável estaria em diferentes locais, o que é falso... Para concluir, digo que não há nada que seja universal, intrinsecamente presente nas coisas às quais é comum. Nenhum universal, exceto o que se torna assim por acordo, existe de alguma forma

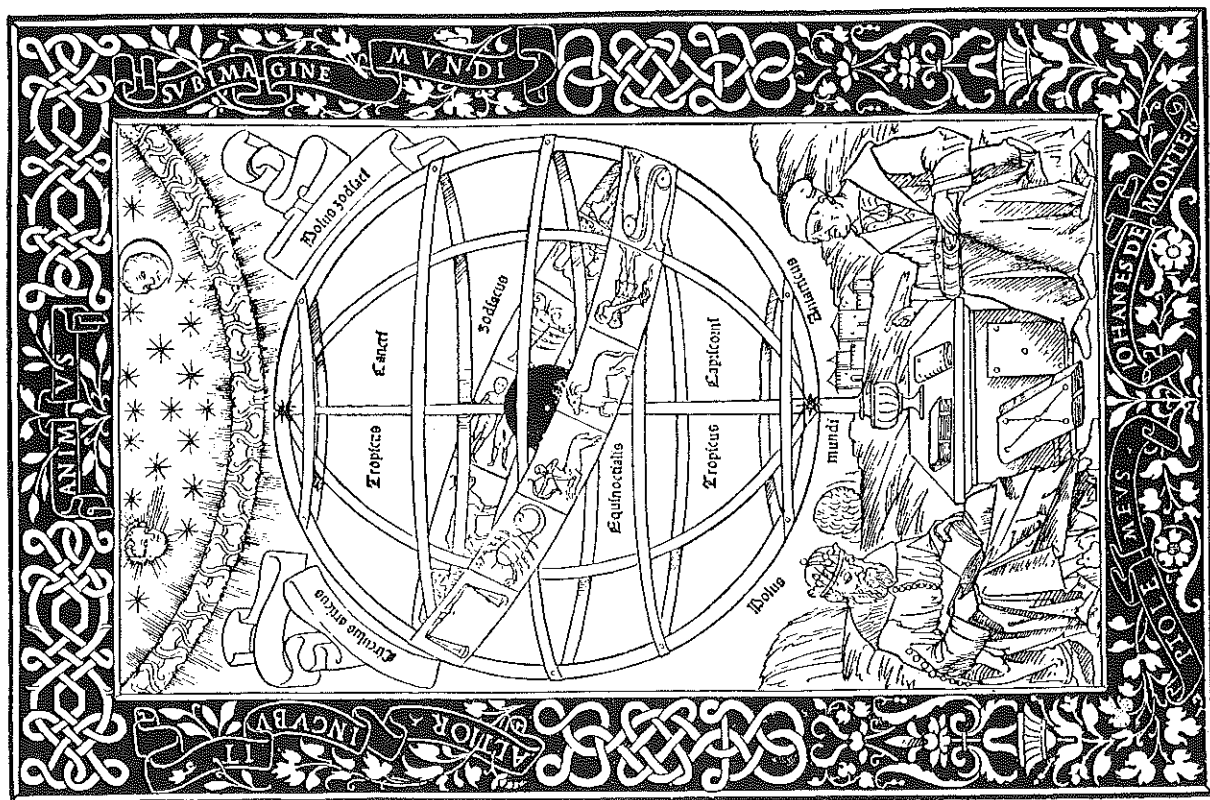
fora da alma, mas tudo que pode ser predicado de muitas coisas está pela sua natureza na mente, psicológica ou logicamente (Occam 1954: 209).

O agnosticismo e o nominalismo latentes em passagens como a acima ensejaram uma excomunhão temporária do pensador, no exato momento em que a doutrina da pobreza absoluta, propugnada pela ordem franciscana, foi considerada herética por João XXII. Occam foi ainda mais contundente em suas posições: combateu a participação da Igreja nos negócios mundanos e defendeu o fortalecimento das igrejas nacionais, em detrimento do comando centralizado do papa. Sua importância no advento da *via nova* na teologia cristã é considerada decisiva. Nesse movimento, que se coloca como oposição à escolástica de São Tomás de Aquino, considera-se que dogmas como o da Santíssima Trindade e o da Encarnação, sem falar na própria existência de Deus, estão fora do escopo da razão. É significativo o fato de Lutero, iniciador da Reforma Protestante, ter sido educado por occamistas. Por suas posições, Occam é considerado precursor da visão de mundo matemático-mecânica difundida por Newton e Descartes no século XVI.

Se William de Occam conseguiu ser liberado da excomunhão, vindo a morrer de peste negra, o fim de Thomas More (1478-1535) foi ainda mais trágico: suas convicções pessoais levaram-no à prisão na Torre de Londres e a morrer decapitado! Amigo de Erasmo, crítico mordaz do sistema capitalista nascente e da propriedade privada, More foi um dos maiores entusiastas e propulsores da *via nova*.

A religião de More baseava-se na razão e na natureza. Na imaginária ilha de *Utopia*, concebeu ele um estado de igualdade política, econômica e social entre os homens. Estes trabalhavam apenas seis horas por dia para seu sustento, e dedicavam o tempo restante a tarefas de cunho intelectual. Elegiam seus representantes na Assembléia, inclusive magistrados locais e o rei, que tinham direito de destituir caso manifestassem atitudes despóticas. Em *Utopia*, toda a população tinha acesso à educação; tratados simples com países vizinhos asseguravam a manutenção da paz; as cidades eram planejadas de tal forma a criar um ambiente aprazível e propício ao labor intelectual; e havia um clima de perfeita tolerância religiosa.

Igualmente humanista em seus princípios religiosos foi Desidério Erasmo de Roterdá (1469-1536). Erasmo exaltava a religião interior e propugnava a vida virtuosa. Desprezava assim os aparatos exteriores da religião, como as imagens, a música, as festas eclesiásticas, as indulgên-



Uma das primeiras reproduções da esfera armilar. *Apud* Jacob Burckhardt, *La cultura del Renascimento in Italia*, Editorial Losada, Buenos Aires, segunda edición, 1944.

cias e os próprios sacramentos.* Contestando a doutrina agostiniana de pecado original, ainda que sem romper com a Igreja, como o faz Lutero, reafirmou a fé na bondade fundamental do homem. Suas críticas atingiram também a instituição monárquica, na pompa e exibição que os príncipes cultivavam às expensas do povo. Aliás, a posição contestatória de Erasmo pode ser depreendida do próprio título de sua obra-prima. *O elogio à loucura* é uma sátira ambígua à tolice humana. Em pleno século XVI, como podia um filósofo, amigo da sabedoria por excelência, exaltar a loucura, antípoda da razão?

A filosofia política defendida por Erasmo também merece uma breve referência. Pacifista, o filósofo insistia em manter a política como ramo da ética; proclamava que a pior paz era preferível à melhor guerra. A despeito de ter elogiado as instituições republicanas, mostrava, como Lutero, certa desconfiança em relação às massas. Concordava com este em que a tirania do príncipe acabava sendo um mal menor do que a anarquia das multidões entregues à sua própria sorte. Mas, diversamente de Maquiavel, para o qual a *virtù* do príncipe provém de sua habilidade de defender o Estado e sua condição pessoal de comando, o príncipe de Erasmo deve seguir os princípios da moral cristã, ou renunciar a seu posto. Pois grande parte da autoridade dos mandatários, diz o filósofo de Roterdã, procede do povo, cujo consentimento cria o poder dos reis. Nesse particular, Erasmo prenuncia a concepção política amplamente compartilhada pelos iluministas do século XVIII.

Conceda-se que a Idade Média terminou muito mais como uma lamúria do que com um golpe, como já disse T. S. Eliot. Qualificada como idade da crença na história da filosofia, por oposição à idade da razão que a sucedeu, sua superação se deu por um processo de corrosão interno e externo. As forças responsáveis pelo mesmo manifestaram-se inclusive no interior da própria Igreja, que não logrou manter seu caráter monolítico. Não é lícito supor uma mudança repentina e radical, que tivesse convulsionado o tranquilo mundo medieval e, num passe de mágica, dado vez às tormentas do período renascentista. Na verdade, o caminho vinha sendo preparado há muito, dentro da própria Igreja e por parte de seus próprios próceres. A reforma protestante nada mais é senão um subproduto desse processo de gestação.

* Foi acusado de negar o dogma da transubstanciação, que proclama a conversão do pão e do vinho no corpo e no sangue de Jesus, durante a Missa.

A escuridão da "Idade das Trevas" afigura-se como uma qualidade que lhe imputam pensadores típicos de um período cujas eclusas fecharam-se definitivamente para a visão de mundo dos escolásticos.

Por paradoxal que essa afirmação possa soar, tem-se uma espécie de "escuridão enxergada" pelos que encontram canais adequados para a difusão de uma nova maneira de conceber o homem e a natureza, novos valores a disseminar. Os mesmos pensadores que chamaram o século XVIII de "século das luzes", ao proclamar, em alto e bom som, sua confiança na nova ordem social.

No capítulo seguinte, focalizam-se os pensadores renascentistas que tiveram um papel decisivo no período embrionário da ciência econômica, à luz dos critérios definidos.

CAPÍTULO 3

A RENASCENÇA E O HOMEM COMO ELE REALMENTE É

Existe, porém, um outro momento: o momento em que qualquer ordem existente é destruída, porque esgotou já e realizou completamente as suas potencialidades.

G. W. F. HEGEL
A fenomenologia do espírito

Durante a Renascença consuma-se enfim o processo de ruptura da unidade doutrinária que, por um longo tempo, manteve o Ocidente sob a tutela da Igreja. Alçado ao centro do universo, o homem é incorporado à natureza, ela mesma objeto de um culto que iria prolongar-se durante séculos. Sai de cena a criatura descarnada, talhada à imagem e semelhança de Deus, que se conforma em buscar no além-túmulo sua realização pessoal. Vai-se o repúdio monástico ao apelo dos sentidos, de que toda a civilização sofrera o impacto. Reduz-se o espaço do indivíduo que via a si próprio como membro de uma comunidade de fiéis, julgando-se à mercê de uma providência que, em seus desígnios impondo deráveis, dispunha sobre toda a sorte de intempéries: um Deus das pestes, das colheitas, das secas, dos incêndios, senhor de baração e cutelo, da felicidade individual e coletiva.

Na nova era, desfaz-se o universo mental peculiar ao homem da Idade Média. Não é mais a Igreja a detentora do saber, seu patrolhamento estendendo-se da determinação do preço justo ao conteúdo do pensamento filosófico e científico, passando pelas formas de encarar e tratar a pobreza. Saem de moda a canção de gesta, a moral cavalhei-

resca que leva Rolando a sacrificar sua vida, o ascetismo guerreiro, o culto da Honra.* Quebra-se também a visão estamental da sociedade, cujas distintas ordens (nobreza, clero, servos) eram até então vistas como componentes de um todo orgânico, dentro do qual desempenhavam funções específicas e desfrutavam (ou não) de privilégios inmutáveis.

Como alternativa, o movimento intelectual a que se convencionou chamar de "Renasença" propõe o homem pensante, sujeito a um sem-número de paixões, dotado de vontade própria e apto a conhecer a realidade por meio de seus sentidos. Mais ainda, concebe um ser capaz de impor-se à natureza inanimada e domar a história por intermédio da razão. No processo de decomposição interna e externa da hegemonia da Igreja, a religião torna-se mais pessoal, mais intimista, menos sujeita à ingerência das autoridades. Contra a tirania dos textos sagrados, contra os labirintos das bibliotecas onde os mosteiros enclausuravam a sabedoria, monopolizando sua disseminação, insurgem-se os humanistas da Renasença. Estes reivindicam a autonomia da razão e a possibilidade de considerar as questões que lhe são afetas à parte das questões de fé. O afã de construir uma nova visão do mundo resgata o humanismo da filosofia grega, perpassa os filtros que lhe haviam colocado os escolásticos, chega enfim a Epicuro e aos últimos estoicos: Marco Aurélio, Sêneca, Epicteto. Contra a intolerância religiosa, reformadores e dissidentes defendem a livre interpretação das Escrituras. Reconhece-se a existência, até então ignorada, de uma linha divisória entre a filosofia propriamente dita e aquilo que veio a ser conhecido como "filosofia natural", posteriormente ciência. Nesta, um papel crucial é reservado à matemática e à mecânica. "O livro da natureza está escrito em caracteres matemáticos", diz Galileu, afirmação que quase lhe custaria a vida nos tribunais da Inquisição. Outra mudança semântica ocorre paralelamente ao processo de consolidação dos estados modernos: o latim, que no século XVI ainda figura como língua oficial, é no século seguinte destronado pelo inglês, pelo francês e por outras línguas nacionais.

A historiografia contemporânea tem questionado o nível de consciência dos pensadores renascentistas em relação à revolução cultural que ajudaram a promover. (A concepção de Idade Média como das tre-

* Oldenbourg (1968) faz uma vívida descrição do homem e da sociedade medievais. Para uma análise da organização estamental da sociedade, v. Freyer (1978).

vas, por exemplo, parece ser muito mais fruto do Iluminismo, tal como discutido na última seção do capítulo 2). De qualquer forma, é inegável que o período vê a si mesmo como uma renasença. A era moderna instaura-se com ousadia suficiente para pôr por terra o sistema feudal de organização social, política, cultural e econômica, em múltiplos planos. Desprezando-se as proibições eclesiásticas, dissecam-se cadáveres para obter um conhecimento mais adequado do organismo animal, com a substituição da exegese pela observação. Inventam-se relógios e difundem-se seu uso para fracionar o tempo, de forma a acelerar o ritmo da atividade humana e imprimir-lhe maior dinamismo. Na astronomia, como se sabe à fartura, a mudança de eixo é notória: rejeita-se o sistema cosmológico tradicional, gradualmente modificado pela concepção heliocêntrica de Copérnico. Na mineração, na metalurgia e na química, novas técnicas são rapidamente geradas, a aumentar o domínio humano sobre a natureza.

As grandes navegações da Idade Moderna constituem uma aplicação prática consciente dos avanços da astronomia, da mecânica e da geografia, colocados a serviço de uma burguesia mercantil em ascensão. Esta aprende a medir a terra e definir seus contornos para melhor calcular suas oportunidades de lucro. Mais: com a descoberta de novos mundos, desvenda-se a presença de povos e culturas de que a Igreja até então jamais suspeitara, e para cujos costumes não havia preparado o espírito de seus adeptos.

Em lugar da metafísica negadora do mundo do medievo, instaura-se o entusiasmo da filosofia natural, empenhada em lançar-se à descoberta do mundo e a singrar, na imaginação criadora e na prática, mares nunca dantes navegados. Nesse processo — como constataria com pesar Scheler (1947) —, uma ética de fins toma o lugar de uma ética de valores. Bem e mal são convertidos em cálculos puramente técnicos, realizados em função de fins pré-determinados pela sociedade ou pelo indivíduo em particular.

De que forma todo esse movimento cultural, político, econômico, social enfim, repercute sobre o período embrionário da ciência econômica? Que traços peculiares descreve sobre a gênese dessa disciplina? Na conexão que se pretende aqui estabelecer, quatro nomes serão destacados como representativos do período que se estende da Renasença até meados do século XVIII: Maquiavel, Bacon, Hobbes e Spinoza.

3.1 Maquiavel, realismo político e moral teleológica.

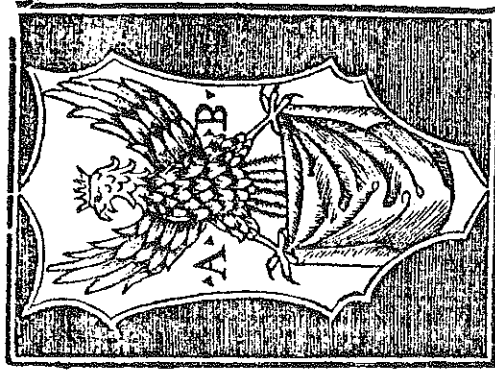
A par de sua contribuição para o advento e a consolidação da ciência política, Nicolau Maquiavel (1469-1527) deu um passo decisivo na direção aqui investigada ao acentuar o conteúdo positivo das ciências humanas em geral (Hirschman 1986: 120). Conquanto apresentada sob a forma de recomendações práticas para o exercício do poder, sua obra é indiscutivelmente revolucionária em relação ao tom normativo que os filósofos da época e dos séculos anteriores adotavam na abordagem do fenômeno político. Em *O príncipe*, Maquiavel substitui as repúblicas imaginárias à la Platão pelas repúblicas reais, o príncipe idealizado pelo príncipe de carne e osso, o homem como deveria ser – ou como se pensava que devesse ser – pelo homem como ele realmente era – ou como o autor o enxergava. Em suas próprias palavras:

E muita gente imaginou repúblicas e príncipes que nunca se viram nem já mais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo porque se deveria viver, que quem se preocupar com o que deveria ser feito em vez do que se faz, aprende antes a ruína própria do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer a profissão de bondade, é mui natural que se arruine, entre tantos que são perversos (Maquiavel s/d: 89).

Para produzir o contexto em que se “abriram as eclusas” para o ideário de Maquiavel, destaca-se, no plano pessoal, a condição de exilado, que o faz dedicar sua obra-prima a Lourenço, príncipe de Urbino, de origem Médici, cujas boas graças para sua precária situação procurou conquistar. No plano político mais amplo, somam-se a essa condição pessoal elementos ligados ao clima da Itália renascentista, numa situação política cheia de incógnitas, entre dissensões internas e a rivalidade de outras potências européias. Com *O príncipe*, Maquiavel pretendeu definir as qualidades essenciais a um autocrata capaz de ter êxito na tarefa de constituir uma nação coesa e poderosa. Influenciado pelo naturalismo da Idade Moderna, compara o Estado a um organismo que, como qualquer organismo vivo, nasce, cresce, padece de seus males e morre, se não lhe forem aplicados remédios adequados.

Uma das premissas básicas que sustenta os argumentos e as recomendações de Maquiavel é o caráter fundamentalmente egoísta da natureza humana. Desse dado crucial advém a necessidade de um governo forte e centralizado, pelo qual atingir-se-ia a redenção da península italiana. A concepção de que o egoísmo é inerente ao homem é reiterada em

DISCORSI DI NICOLO MACHIAVELLI
CITTADINO, ET SEGRETARIO
FIORENTINO, SOPRA LA PRIMA
MADECA DI TITOLIVIO,
AZANOBI BVONDEL.
MONTI, ET A COSI-
MORVCELLAI.



Con Gratia, & Privilégi di N. S. Clemente
VII. & altri Principi, che intra il termino di X.
Anni non se Stampino, ne Stampati si vendino:
sotto le pene, che in essi si contengono.
M. D. X X X I.

Frontispício da primeira edição de *O Príncipe*, de Maquiavel.

5552

BIBLIOTECA GERAL

Faculdade de Economia, Administração e

Contabilidade - Universidade Federal do Rio de Janeiro

sucessivas passagens:

(o príncipe) deve, principalmente, abster-se de aproveitar os bens alheios, pois os homens olvidam mais rapidamente a morte do pai do que a perda do patrimônio (*ibidem* 99).

É que os homens são geralmente ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro e, enquanto lhes fizeres benefícios, estarão todos contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos, como antes disse, desde que estejas longe de necessitares de tudo isto (*ibidem* 98).

Se todos os homens fossem bons, tal preceito seria mau. Mas, considerando que são pérfidos, e não a guardariam (a palavra dada) a teu respeito, também não estás obrigado a cumpri-la para com eles (*ibidem* 104).

A mesma imagem dos homens como seres pérfidos, cuja natural baixeza de caráter mal se dissimula sob o verniz social, é expressa por Maquiavel em *Mandrágora*, comédia que focaliza de forma crítica a sociedade renascentista.* Idéias semelhantes, ainda que expostas de forma menos contundente, são reiteradas nos *Discursos sobre Tito Lívio*. Nestes, afirma o autor, o exame dos acontecimentos ligados à República Romana evidencia que desejos e disposições similares prevalecem em povos diversamente situados no espaço e no tempo. Trata-se de uma concepção importante no contexto da época, pois traz atrás de si a noção de constância e previsibilidade na natureza humana. É com base nessa convicção que o autor se permite generalizar a partir de observações históricas particulares. Em última análise, como já foi dito, o estudo científico do comportamento humano é considerado legítimo porque se admite a recorrência de certos traços essenciais.

As passagens acima revelam também um outro traço comumente apontado na leitura de *O príncipe*, que é o individualismo. Este deve ser entendido como expressão de confiança na energia e na capacidade do homem, apto a interferir nos acontecimentos, traduzindo em ato seus desejos (Faria s/d). Não se fala aqui de uma vontade arbitrária e caprichosa, mas sim de uma atitude inteligentemente comprometida com as possibilidades concretas que o curso dos acontecimentos oferece, as ocasiões que a "fortuna" apresenta ao indivíduo. Trata-se do individualismo como manifestação de *virtù* e como pré-condição de eficácia

* Nesta comédia de cinco atos, que inspiraria uma fábula de La Fontaine, um aventureiro sem escrúpulos consegue ludibriar um marido ingênuo mediante uma série de artimanhas. Conta, para isso, com a cumplicidade de vários outros personagens, inclusive o confessor da esposa infiel.

no comando. Trata-se, também, na medida em que disto depende o progresso da nação, de um pré-requisito indispensável ao bem-estar dos súditos:

Deste modo, tendo ficado como sem vida, guarda a Itália aquele que lhe possa curar as feridas e dê fim ao saque da Lombardia, aos tributos do reino de Nápoles, da Toscana, e que cure as suas chagas já há muito tempo apodrecidas (*ibidem* 150).

Na verdade, Maquiavel repudia o individualismo tal como se manifesta no tirano da sofística grega, ou seja, aquele individualismo no qual, em benefício do simples desfrute da vida, interesses pessoais são egoisticamente defendidos. A fragilidade do poder do Estado leva os homens, em seus instintos mais primários, à destruição mútua, tese que seria enfaticamente reiterada por Hobbes mais adiante. Os estados fortes e poderosos, sejam eles de tipo monárquico ou republicano, são os únicos capazes de fazer com que governantes e governados dominem os caprichos femininos da "fortuna". É assim que o autor constrói o paradigma em torno do qual gravitariam tantos intelectos e tantas vontades no decorrer do processo de formação dos estados nacionais. Tem-se aí claramente formulada a concepção do Estado-empendedor, que se sobrepõe à ingerência da Igreja sobre os negócios temporais, tanto quanto às corporações de ofício e à aristocracia; Estado que é, em última análise, capaz de sobreviver à pessoa e à personalidade do príncipe.

O esforço de Maquiavel em traçar um quadro mais realista da natureza humana não implica, em si mesmo, juízo de valor, nem deve ser como tal avaliado. Em outras palavras, não cabe postular, simplisticamente, que o pensador renascentista aprova os "defeitos" que enxerga no homem, ou concorda com as "crueldades bem praticadas" que sugere ao príncipe. Na verdade, Maquiavel filia-se a uma corrente da Ética que pode ser qualificada de "teleológica", em contraste com a corrente designada "deontológica". Os deontologistas instituem princípios básicos que distinguem o certo do errado, e admitem como moralmente adequada apenas a conduta que se conforma com tais princípios. As Tábuas da Lei, confiadas por Deus a Moisés, seriam um exemplo concreto de uma definição de princípios morais feita a partir desse tipo de perspectiva.

Na corrente teleológica, ao contrário, o julgamento da conduta é feito em função das finalidades ou propósitos (τέλος) que as ações pretendem cumprir, ou, alternativamente, em função de suas consequências práticas. É sob essa ótica que, embora os preceitos de Maquiavel

vel afrontem a moralidade (e a hipocrisia) da época em que foram enunciados, não pode se afirmar que sejam amorais em si mesmos. Aliás, a ética ali contida é precursora de concepções que tiveram um profundo impacto sobre o desenvolvimento da Economia Política, tais como o utilitarismo de Jeremy Bentham, compartilhado por Stuart Mill.*

Está implícita nessa concepção uma perspectiva "técnica" da conduta, com o objetivo de responder à seguinte questão: atende ou não ao fim visado? A pergunta contém, automaticamente, um elemento de cálculo. Em sua proposta exprime-se um desejo de eficiência e de domínio da situação política. Para fundar grandes estados, à moda europeia, Maquiavel considera importante que os príncipes analisem realidades e criteriosamente as condições com que se defrontam. No caso dos principados hereditários, por exemplo, sua conservação requer apenas fidelidade aos procedimentos tradicionais e sabedoria para acomodar situações novas. Os principados mistos - territórios ocupados que se agregam a um estado hereditário - apresentam uma situação mais complexa. Sua boa administração exige do conquistador, de um lado, que mantenha o sistema tarifário e o sistema legal, desde que adequados; de outro, que extinga a linhagem dos antigos príncipes. Esta última recomendação deve ser tomada em seu sentido literal, sem subterfúgios. Analogamente, o autor sugere que a colonização dos territórios conquistados é um recurso inteligente, pois prejudica apenas uma minoria da população (os cidadãos privados de seus campos) e, pelo medo, tende a manter o restante submisso. Mais uma vez, as idéias são expressas sem meias palavras:

Note-se que os homens devem ser mimados ou destruídos, pois podem vangloriar-se de ofensas leves, porém não o podem das graves. Deste modo, a ofensa que se faça deve ser tal, que não se precise temer a vingança (Maquiavel s/d: 20).

As exortações de *O príncipe* prendem-se, portanto, a questões de fato. Têm em mente a conduta a ser efetivamente seguida por um príncipe disposto a conquistar o poder; se deve ser parcimonioso ou liberal

* Em obra recente, Hirschman defende a idéia de que o choque moral que propiciou o surgimento da ciência econômica teria entrado numa fase de "rendimento decrescente". Quem sabe, prossigam, não seria o momento de reabilitar os bons sentimentos, no sentido moral tradicional? (Hirschman 1986). O tema é recorrente neste estudo, e será retomado nos próximos capítulos.

em seus gastos; se deve ou não manter a palavra empenhada, e, em caso positivo, sob que condições; como conquistador, como, quando e com que intensidade deve executar as ofensas necessárias à consolidação de seu poderio; de que forma, independentemente de convicções pessoais, manter uma aparência de piedade perante súditos profundamente religiosos; se deve ser impetuoso ou circunspeto; se deve contratar mercenários ou usar milícias próprias; e assim por diante.

Para o príncipe, é melhor ser amado ou ser temido? — é uma das mais conhecidas perguntas de Maquiavel. Bem, responde ele, a primeira alternativa é a ideal, sobretudo quando está associada ao respeito por parte dos súditos. Mas... ser temido é mais seguro! Um príncipe, argumenta o autor, sobretudo um príncipe novo, não pode seguir todos os preceitos a que são obrigados os homens considerados de bem. Deve saber enveredar pela trilha do mal, se isso lhe for conveniente, ainda que sem esquecer de manter as aparências. Existem “crueldades bem praticadas”; por exemplo, aquelas ofensas que o conquistador manda executar no preciso momento em que assume o poder, todas de uma só vez. De forma análoga, seriam bem praticadas as bondades feitas aos poucos, nesse mesmo contexto, desde que não valham ao príncipe o desprezo popular ou a pecha de excessivamente liberal em seus gastos. Acrescenta o autor:

Creio que seja isto consequência de as crueldades serem mal ou bem praticadas. Bem utilizadas podem ser chamadas aquelas (se bem se pode dizer do mal) feitas de uma vez só, pela necessidade de prover alguém sua própria segurança, e depois são relegadas à margem, tornando-se o mais possível em vantagens para os súditos. Mal utilizadas são as que, se bem sejam a princípio poucas, não se extinguem mas crescem com o tempo. Aqueles que seguem a primeira destas linhas de conduta podem, com o auxílio de Deus e dos homens, achar remédio às suas consequências, como sucedeu a Agátocles. Aos outros é impossível manter-se (*ibidem* 55-56).

E mesmo que não lhe importe (ao príncipe) a pecha de ter certos defeitos, sem os quais dificilmente salvaria o governo, porque, se se considerar bem tudo, achar-se-ão coisas que parecem virtudes e, se praticadas, lhe proporcionarão a ruína e outras que parecerão vícios e que, seguidas, trazem bem-estar e tranquilidade ao governo (*ibidem* 91).

A prudência está exatamente em saber conhecer a natureza dos inconvenientes e adotar o que for menos prejudicial como sendo bom (*ibidem* 131).

Em conselhos como os expostos, sobressai uma visão realista das “fraquezas” humanas. A tal ponto que Maquiavel tem sido acusado de ingenuidade política ao exprimi-las de forma tão clara, numa circunfância em que o feitiço acabou virando contra o feiticeiro e manchando

su reputação. No discurso convencional da Idade Média, esses traços, tão comumente observados na conduta dos homens, seriam no mínimo omitidos, no máximo encarados como pecaminosos e condenados. Na nova concepção, ganha ênfase o caráter instrumental da conduta, sua racionalidade do ponto de vista de adequação entre fins a atingir e meios necessários para tanto. Para a conquista e preservação do poder, o príncipe precisa de um conjunto de meios: a espezteza da raposa para evitar os laços, a força do leão para amedrontar os ursos, o talento para a dissimulação, a piedade convenientemente dosada, o domínio da arte da guerra, as grandes obras que dão popularidade a seu executor etc.

É exatamente esse instrumentalismo que se encontra embuído no termo “maquiavélico”, na linguagem vulgar associado a pérfido, mau. Na ética de orientação teleológica adotada e difundida pelo pensador florentino, as noções convencionais de bem e mal perdem realce em favor das noções de útil e de eficaz. Muda-se o prisma: o homem não é nem santo, nem demônio, nem inteiramente mau, nem inteiramente bom. Pode-se assim falar em crueldades bem ou mal praticadas, tanto quanto em caridades bem ou mal utilizadas. No novo contexto, a eficácia da moral tradicional é colocada em xeque. Passa a interessar o objetivo da conduta, seu efeito concreto em termos de uma meta mais elevada, que é a razão de Estado.

3.2 Bacon e a valorização do conhecimento empírico

A vasta obra do filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626) inclui um *Ensaio sobre a usura*. Nele, o autor engrossa o coro dos pensadores do século XVII que se insurgem contra a ameaça de retomada dos preceitos restritivos que a Igreja colocava para os empréstimos a dinheiro, no intuito de melhor esclarecer a natureza dos mesmos. A usura, diz Bacon, é uma *concessum propter duritiam cordis*, o que significa, textualmente, uma concessão à dureza do coração humano. Como os empréstimos são necessários à vida econômica e, ademais, como os homens não são suficientemente altruístas para concedê-los espontaneamente, sem nada exigir em troca, deve-se permitir a cobrança de juros. Em plena expansão do sistema mercantilista, a coibição da usura seria contraproducente em termos do ideal de um Estado forte e soberano, apto a intervir nas várias esferas da sociedade. Um dos mais ardorosos defensores do direito divino dos reis, autor de opúsculos onde aconselha Elisabeth I sobre como tratar o problema das dissensões religiosas,

é em nome do fortalecimento do estado monárquico na Grã-Bretanha que Bacon defende publicamente sua tese. Toma, assim, partido na controvérsia que se estabeleceu a respeito da cobrança de juros no século XVII.*

Bacon é considerado o filósofo da monarquia Tudor, do desenvolvimento da manufatura e da ciência da Inglaterra, sob os auspícios da corte e da aristocracia. Assim como Locke seria considerado, no final do século, o filósofo da Revolução Gloriosa, de cunho burguês. É na mais conhecida obra do primeiro, *Novum Organum*, que se encontra o elo vital do processo de transformação de valores aqui analisado. O próprio autor enuncia o caráter revolucionário de sua obra, em relação às obras que a antecederam:

Os que se dedicaram às ciências foram ou empíricos ou dogmáticos. Os empíricos, à maneira das formigas, acumulam e usam as provisões; os racionalistas, à maneira das aranhas, de si mesmos extraem o que lhes serve de teia (Bacon 1973: 3).

Os escolásticos haviam proposto um sistema de “causas finais” que não poderia submeter-se – nem teria sentido fazê-lo – ao crivo da experiência. No mais, porém, concordariam com Bacon quanto ao fato de que o conhecimento humano começa com a experiência, constituindo os sentidos a porta de entrada de dados que farão parte integrante do sistema cognitivo. O que há de novo na proposta baconiana? Sem dúvida, o fato de substituir a especulação, ou a ortodoxia teológica da Idade Média, pela investigação científica. A filosofia natural, cujo núcleo seria dado pela física, com base na experiência sensorial, passa a ser, para Bacon, a única filosofia cuja verdade pode ser demonstrada. Destarte, estabelecer o intercâmbio do homem com a natureza, a fim de restabelecer seu domínio sobre a mesma, representa, para o filósofo, a meta suprema de toda a atividade científica.

Francis Bacon compartilha o naturalismo dominante em sua época, configurando-se em pai do positivismo que tão fundo se gravaria no pensamento anglo-saxônico. Preconiza: 1) que a ciência é a principal via de acesso ao saber; 2) que as observações empíricas, sobretudo quando

* É interessante registrar que a barreira legal sobre os empréstimos a juros só foi abolida oficialmente na Inglaterra em 1571, quando o filósofo tinha dez anos de idade. Nesta ocasião, as teorias sobre taxas de juro estavam sendo objeto de intensas discussões, que se arrastaram pelo século XVII a dentro, merecendo igualmente a manifestação pública de Locke (Bowley 1973: cap. 1).

conduzem a evidências negativas, são o fundamento e a prova de fogo das teorias pretensamente científicas; 3) que o conhecimento científico afasta-se tanto do dogmatismo, onde noções apriorísticas são aceitas e difundidas, quanto do mero acúmulo de dados “não-digeridos”; 4) que o restabelecimento do domínio humano sobre a natureza é o objetivo virtual de toda a ciência.

O mundo é comparado por Bacon a um vasto labirinto, cuja chave encontra-se no método indutivo. Só este é verdadeiramente criativo, enquanto o raciocínio dedutivo serve apenas para garantir o rigor lógico do pensamento. A natureza só pode ser conquistada quando o cientista concorda em submeter-se a ela, obedecendo-a. Contra os perigos do *wistful thinking*, do saber normativo transmitido de geração em geração e paralisador do intelecto, o pensador alardeia a necessidade de remover os antolhos legados por gregos e escolásticos, que impediam o homem de raciocinar intuitivamente. Bacon não esconde sua simpatia pelos filósofos pré-socráticos, cujo naturalismo o entusiasma, ao mesmo tempo que combate Aristóteles e qualifica a Idade Média de “época infeliz” do ponto de vista do desenvolvimento da ciência. Coloca-se, assim, como paladino da ciência experimental moderna, cujas invenções, tais como a imprensa, a pólvora e a bússola, são creditadas à natureza.

Os gregos, afirma Bacon, não conheceram as regiões africanas além da Etiópia setentrional, nem a Ásia além do Ganges, muito menos ainda as províncias do Novo Mundo. Tampouco a Idade Média e seus intelectuais produziram uma obra que possa merecer o epíteto de científica. Numa alusão à *República* de Platão, o autor exorta seus contemporâneos a repudiarem os vários tipos de “ídolos” que bloqueiam o intelecto humano e sua capacidade de raciocinar por si mesmo. São estes: 1) os ídolos da tribo, que advêm da confiança cega na capacidade dos sentidos de reproduzirem fielmente a realidade; 2) os ídolos da caverna, perturbações mentais que crescem na “caverna” particular de cada indivíduo; 3) os ídolos do fórum, que consistem em hábitos semânticos errôneos, ilusões criadas pela vida em sociedade; 4) finalmente, os ídolos do teatro, concepções sem base científica advindas do pensamento filosófico dominante. Em conjunto, tais ídolos encerram falsas noções, maneiras preconceituosas e equivocadas de conceber a natureza, bastante prejudiciais à possibilidade do domínio humano sobre a mesma. Nas palavras de Bacon:

O intelecto humano, quando assente em uma convicção (ou por já bem aceita e acreditada ou porque o agrada), tudo arrasta para seu apoio e acor-

do. E, ainda que em maior número, não observa a força das instâncias contrárias, despreza-as, ou, recorrendo a distinções, põe-nas de parte e rejeita, não sem grande e pernicioso prejuízo. Graças a isso, a autoridade daquelas primeiras afirmações permanece inviolada (Bacon 1973: 29).

Vale ressaltar aqui o papel exercido pelo filósofo inglês na difusão do empirismo que dominou e ainda domina vários ramos da ciência, sobretudo aqueles em que o pensamento anglo-saxônico predominou de forma mais acentuada. Tampouco se pode ignorar o imenso problema ou "chaga" do intuitivismo, ferida em que Hume viria a colocar o dedo várias décadas depois: a possibilidade de generalizar com base num número finito de observações. O salto lógico envolvido no raciocínio indutivo, pelo qual de todos os casos observados infere-se uma conclusão de caráter determinístico ou probabilístico, válida para todos os casos, permanece até hoje como o principal problema desse tipo de raciocínio.*

Contudo, seria injusto imputar a Bacon uma visão ingênua da capacidade humana de captar o real através dos sentidos. O autor admite a falácia destes, sua capacidade de gerar ilusões, equivalente à dos preconceitos e outros hábitos mentais arraigados pela educação, que combate. É por esse motivo que preconiza, em seu *Novum Organum*, o controle sistemático do processo de observação da realidade. A coleta de dados empíricos deveria ser feita metodicamente por meio de "tábuas" de essência e presença, de exclusão e de comparação.

Um exemplo concreto ajuda a compreender melhor o caminho trilhado pelo cientista inglês e proposto como paradigma da ciência. Assim, parte o autor da necessidade de conhecer certas formas do calor, ou seja, suas propriedades físicas gerais, cuja identificação permitiria reproduzir o fenômeno em condições de laboratório. Definidas certas formas do calor - violento, irregular, produzido pelo movimento de partículas etc. - o domínio da situação torna-se acessível ao cientista. Nesse processo de reconhecimento de terreno, Bacon constrói inicialmente uma "tábua" com quatorze "instâncias de rejeição", onde alinhava todas as condições que não estão presentes em conjugação com o fenômeno. Especificamente, o autor de *Novum Organum* observa que o fato de alguns corpos se aquecerem sem sofrer qualquer alteração

* Em termos da lógica formal, no processo indutivo as conclusões são apenas plausíveis. Não há, como na dedução, um vínculo necessário entre a verdade da conclusão e a verdade das premissas.

mais significativa ou violenta leva a excluir a natureza destrutiva como inerente ao calor. (A importância conferida a essas instâncias de exclusão ou rejeição é comparável, bem mais tarde na história da ciência, ao papel que Karl Popper reserva aos contra-exemplos ou evidências negativas no avanço da investigação.)

Bacon monta em seguida uma "tábua de essência ou presença" na qual alinhava vinte e oito instâncias conformes ou convenientes do ponto de vista do fenômeno investigado. Por comparações sucessivas, busca então identificar a verdadeira forma do calor, que permitiria, como já foi visto, não apenas determinar sua natureza como, principalmente, reproduzi-lo em condições experimentais.

É claro que o que importa aqui não é o resultado concreto obtido por Bacon. Este é obviamente pobre em termos do que a ciência contemporânea conhece sobre o fenômeno. Da mesma forma, não se pode dizer que pensador inglês tenha construído um "sistema" explicativo da natureza amplamente satisfatório. Deve-se mesmo concordar com Marx quanto ao fato do método baconiano "pular com inconsistências importadas da teologia", que denotam a dificuldade de um autor do século XVI em desprender-se de toda sua formação anterior.

Mas interessa, sobretudo, o processo de pesquisa sistemática em bases indutivas, essencial no desenvolvimento ulterior das ciências empíricas em todo o mundo ocidental. A tal processo devem ser tributadas invenções cruciais da Idade Moderna, acima mencionadas. Mais do que isso, é no interesse pelo novo, no inconformismo em relação aos conhecimentos sedimentados, tão visível em *Novum Organum*, que reside a principal contribuição de Bacon à mudança de mentalidade ocorrida no período. Mudança que permitiria, dois séculos após o nascimento de seu precursor, a constituição da Economia Política como ramo especial do conhecimento científico, claramente disposta a observar de modo metódico a realidade circundante e a intervir sobre a mesma.

3.3 *Hobbes e o Estado como Deus Mortal*

Nascido às portas do século XVII, em cuja primeira metade viveu grande parte de sua vida, Thomas Hobbes (1588-1679) associou-se a Maquiavel na construção de uma imagem mais realista da natureza humana. O "apóstolo de Malmesbury", como ficou conhecido, é comumente identificado com os pensadores que o precederam, muito mais do que com John Locke, por exemplo, nascido trinta e quatro anos de-

pois. A explicação é simples: além do pessimismo hobbesiano contrastar com o otimismo de Locke, o primeiro é encarado como porta-voz de interesses ligados ao fortalecimento dos estados modernos, enquanto o último é qualificado como precursor do liberalismo político e econômico. Aceita-se aqui tal divisor de águas na história do pensamento, embora, na análise específica da contribuição de ambos, procure-se problematizar um pouco a classificação adotada.

Que pontos de identidade ligariam Hobbes a um pensador tipicamente renascentista, como Maquiavel? Em primeiro lugar, a atribuição ao "animal humano" de características como o egoísmo e a avareza, que coloca em xeque a concepção tradicional de um ser moldado à imagem e semelhança de Deus. O segundo ponto é o fato de Hobbes, tal como seu predecessor, defender a necessidade de um governo forte, capaz de domar a natureza irrequieta e belicosa do homem, acomodando os interesses gerais.* Na dedicatória de seu *Leviatã*, publicado em 1651, Hobbes declina sua pretensão de contribuir para o fortalecimento do Estado. A influência de Galileu, a quem a obra foi dedicada, transparece desde logo, no estabelecimento de um paralelo com os conceitos físicos. São recorrentes, ao longo do livro, as comparações dos fatos humanos e sociais com fenômenos de natureza biológica, de forma bem mais explícita do que transparece em *O príncipe*.

Hobbes dedica a primeira parte do livro, com doze capítulos, à análise da natureza humana. Distingue dois tipos de movimento no homem: os movimentos vitais, como circulação do sangue, digestão e respiração, e os movimentos voluntários. Estes últimos seriam comuns a toda a espécie animal, cabendo-lhes a responsabilidade pela formação de apetites, desejos e aversões (Hobbes 1964).

Alguns apetites são inatos, prossegue o autor, ao passo que outros advêm da experiência. E arremata: as coisas e seres vivos que são objeto do apetite humano, são pelo homem designados de bem; em contrapartida, os objetos de seu ódio ou aversão, ele os denomina mal. Nota-se aqui, nas primeiras páginas do *Leviatã*, a reversão de preceitos amplamente acatados à época. Bem e Mal não são entendidos como princípios absolutos, escritos com letras maiúsculas. Não são ditados por Deus e interpretados pela Igreja, como propugnaria uma ética

* Ribeiro (1984) mostra como Hobbes conseguiu escapar ao dilema renascentista nas relações entre príncipes e súditos (ser amado ou temido?), substituindo a figura do pai pela do soberano representativo.



Frontispício da primeira edição do *Leviatã*, de Hobbes.

deontológica. Ao contrário, adquirem um significado eminentemente relativo, posto que condicionado à reação humana individual frente às coisas:

Mas aquilo que é objeto de qualquer apetite ou desejo humano é de sua parte chamado Bem; e o objeto de seu Ódio e Aversão, Mal... Pois essas palavras, Bem e Mal, são sempre usadas do ponto de vista da pessoa que as utilizou, nada havendo que lhes seja equivalente, de forma simples ou absoluta; nem qualquer regra comum de Bem e Mal, decorrente da natureza dos objetos em si mesmos (Hobbes 1964: 31).

As seções seguintes do *Leviatã* trazem uma descrição minuciosa das paixões em que se enquadram todos os movimentos voluntários do homem, sejam eles de atração, repulsa ou indiferença. O rol das paixões descritas e analisadas é extenso: esperança, aversão, medo, coragem, confiança em si, raiva, caridade, desejo de riqueza, luxúria, inveja etc. Da frugalidade, por exemplo, diz Hobbes que, embora constitua uma virtude num homem pobre, é um defeito nos demais, por diminuir sua diligência e devoção ao trabalho (*ibidem* 67).

Fundamental do ponto de vista do conteúdo básico da obra, o capítulo 13 dá a guinada na direção da análise do poder político, ao estabelecer uma ponte entre esta e a análise da natureza humana. Os homens nascem livres e iguais, afirma Hobbes. Assim, se dois homens desejam a mesma coisa ao mesmo tempo, tornam-se inimigos. Da natureza, decorrem três principais fontes de discórdia entre os homens; o espírito de competição, a desconfiança que cada indivíduo nutre em relação a cada um de seus semelhantes e o desejo de glória. Isso converte o estado natural numa situação belicosa por excelência e introduz uma lei das selvas que ocasiona "uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens". Nessas condições, não há qualquer possibilidade de progresso para a humanidade, cuja sobrevivência fica ameaçada:

...não há lugar para o trabalho, pois seus frutos são incertos; consequentemente, não há lugar para o cultivo da terra, a navegação, o uso de mercadorias que podem ser importadas pelo mar; nem para construções confortáveis, instrumentos que possam ajudar a deslocar objetos que exigem muita força, conhecimento da face da Terra, contagem do tempo, artes, letras. E, o que é pior, há constante medo e perigo de morte violenta. E a vida humana torna-se solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta (*ibidem* 85).

O trecho citado bem mostra que aquilo denominado por Hobbes de "estado natural" constitui uma ameaça às grandes conquistas da Idade Moderna, suas invenções, seu comércio, sua organização do tempo, seu desenvolvimento cultural, a valorização do trabalho, a expansão ul-

tramarina, a vida confortável e assim por diante. Desse ângulo, a segurança estabelecida no *Leviatã* não é, em absoluto, fortuita. Pois é a partir da investigação da natureza humana que o autor se permite analisar o que constitui e define o Estado.* Em sua visão, como mais adiante na de Locke e outros liberais, o individual precede o coletivo, de tal forma que o governo organizado só tem sentido porque o conjunto de indivíduos concorda em constituí-lo.

Que fatores possibilitam ao homem a superação do estado natural? Fundamentalmente, três tipos de paixão: 1) o medo, que é "a paixão com a qual se pode contar"; 2) o desejo daquilo que é necessário para uma vida confortável (*commodities*); 3) a esperança de obter tais benefícios através do trabalho. Nesse contexto, o Estado emerge como um "Deus mortal", pois expressa, em sua essência, uma convenção entre os homens, um pacto social firmado em nome da paz.

Hobbes admite, como já o fizera Maquiavel, que a conduta conforme à razão é a que melhor conduz à satisfação das vontades e fins almejados pelo homem. Ao introduzir restrições sobre sua própria pessoa, transferindo direitos para outrem, o indivíduo obtém sua preservação física, bem como uma vida mais condigna. Pois a lei do Evangelho ("Faz aos outros o que queres que façam a ti") é contrária às paixões naturais e não seria obedecida sem um poder de coerção externo. O pacto hobbesiano permite domar a ambição, a avareza, a cólera e as demais paixões que convertem o homem em "lobo do homem". Possibilita-lhe assim realizar sua vontade, que não é apenas viver, mas viver com conforto. (A que distância se está, no século XVII, de um Santo Agostinho, que via na auto-negação e no refreamento dos impulsos a fonte de virtude!)

Concebido para a proteção física do indivíduo, o grande *Leviatã* de Hobbes é um homem artificial, maior e mais forte que o homem natural. Estabelece-se no Estado um contrato mediante o qual os indiví-

* Hobbes utiliza o termo *Commonwealth*, traduzido como "Estado". Na verdade, o termo assume vários significados na língua inglesa: o bem-estar público ou a "riqueza comum"; numa tradução literal; a comunidade de nações integrantes do Império Britânico, então numa fase inicial de constituição; o Estado, ou o poder civil, em geral quando configurado pela vontade popular. A etimologia do termo remete ao período da história da Grã-Bretanha compreendido entre 1649 (morte de Carlos I, ascensão de Cromwell, como Primeiro Ministro) e 1660 (Restauração), de que o autor é testemunha ocular e participante ativo.

duos mutuamente abdicam de seu poder de matar, escravizar e roubar uns aos outros. Como representante e mandatário, deverão erigir um monarca absoluto - de preferência -, ou uma Assembléia - o Senado Romano e o Parlamento inglês são os exemplos citados. Ao soberano caberá tratar com mão de ferro qualquer dissensão, inclusive a dissensão religiosa, "doença" que estava esfacelando a Inglaterra e outros países da Europa à época.

A esse respeito, Hobbes admite que o corpo político está permanentemente sujeito a enfermidades e doenças. Arruela, além da guerra civil: o crescimento desmesurado de algumas cidades; o poder excessivo das corporações de ofício, prejudicial tanto aos interesses monárquicos quanto aos da burguesia ascendente; a situação privilegiada de certos súditos reais, em que se inserem os monopólios privados etc. Isso quer dizer que o autor reconhece a incapacidade da terapêutica preconizada para debelar completamente a doença e afastar para sempre o espectro da guerra civil.

Mais de um biógrafo de Hobbes atribui o indifereçável pessimismo com que retrata a situação da Grã-Bretanha ao fato de haver nascido num momento de pânico - ameaçada em sua hegemonia marítima, a nação aguardava o ataque da Invencível Armada espanhola (Randal 1964; Gooch 1950; Ribeiro 1984). Não é secundário, do ponto de vista de sua postura filosófica, o fato de haver convivido com grandes perturbações, das guerras entre facções religiosas à oscilação entre monarquia e parlamentarismo.

A análise do fenômeno político empreendida por Hobbes foi considerada herética, no século XVII. Como em seguida Spinoza, o autor foi tomado por uma espécie de monstro ateu. Todo o tipo de ceticismo e livre-pensamento surgidos em seu país, daí para a frente e durante um longo período, seriam qualificados como "hobbismo" (Gooch 1950).

Já a discussão da mente humana como uma manifestação do mecanismo físico era suficientemente chocante para a moralidade em vigor. O problema acentua-se quando as noções de bem e mal são associadas a movimentos voluntários do corpo, opções livremente exercidas pelo indivíduo. Apesar de sua exaltação à concentração do poder, que o tornaria alvo das críticas dos liberais, os próprios monarquistas ingleses sentiram-se incomodados com o tom pessimista das teses hobbesianas. Paralelamente, os anglicanos reagiram com violência à idéia de subordinar seus negócios ao poder civil, apregoada por Hobbes, por força de

suas raízes religiosas erasmianas. O clima hostil estende-se à própria França, que lhe dá a guarida necessária à redação do *Leviatã*: católicos, seus anfitriões deploraram as críticas que o exilado dirigiu às atitudes despóticas da Igreja Romana. De volta à Inglaterra da Restauração, não obstante tivesse amigos na Corte e destrufasse do respeito de seu pupilo Carlos II, a designação de um comitê para examinar o *Leviatã* levou o autor a queimar parte de seus escritos.

As idéias de Hobbes, tais como as de Maquiavel no início do século, foram repudiadas como imorais e agnósticas. Elas chocavam-se com as certezas da época, inclusive pela concepção de uma soberania exercida, não porque assegurada pela vontade divina, mas porque os homens assim convencionaram. Seu pessimismo foi considerado inconveniente, a tal ponto que se negligenciou a conjunção medo/esperança presente em sua obra:

O hobbista sucedeu ao maquiavélico – na galeria que mais tarde incluiria o nihilista – num imaginário corrente que associa uma filosofia à perversão, mostrando a que vilanias leva a razão desassistida da autoridade religiosa, o pensamento sem a Igreja; designando-se como ateu um pensamento que é leigo não por rejeitar Deus, mas por libertar-se da instituição eclesástica (Ribeiro 1984: 40).

Caberia aos pensadores românticos do século XIX e, mais tarde, aos comunistas e outros adeptos do fortalecimento do poder do Estado, redimir a beleza de seu estilo e, sobretudo, a força de seu ideário.

3.4 Spinoza, liberalismo e a ética à moda dos *geômetras*

Se Hobbes foi uma figura essencialmente controversa, dentre os atores cujo desempenho foi crucial para o nascimento da ciência econômica, Baruch Spinoza (1632-1677) não o foi menos. Na biografia do pensador, Dujovne (1941/3) relata as inúmeras peripécias que marcaram sua vida e sua trajetória intelectual. Expulso da sinagoga aos vinte e quatro anos, pelo Colégio de Rabinos de Amsterdã, Baruch converteu-se num “cristão novo”, assumindo o prenome de Benedict. Enquanto se entretinha com o polimento e a confecção de lentes para instrumentos óticos, o pensador ocupou-se em refletir sobre filosofia, ciência, política, ética e outros temas candentes de seu tempo. Durante um certo período, Spinoza pôde contar com a proteção de John Wirth, influente líder calvinista inglês. Logo após a morte deste, porém, foi

proibida a edição do *Tratado teológico-político*.^{*} Um fenômeno semelhante ocorreria com sua *Ética*, que nem chegou a ser publicada, qualificada pela Igreja Calvinista como “obra engendradora no inferno, por um judeu renegado e o diabo” (*apud* Dujovne 1941/3: vol.I). Spinoza permaneceu praticamente ignorado pela opinião pública durante mais de um século após sua morte. Mas em fins do século XVIII, uma curiosa reversão converteu-o num dos mais fortes êmulos do pensamento religioso ocidental (*ibidem* vol.I, apresentação).

Que fenômenos explicam a execração pública, em pleno século XVII europeu, de um autor cujo misticismo e religiosidade eram tão visíveis que lhe valeram a alcunha de “príncipe dos ateus”, ou, na expressão mais benevolente de Novalis, “homem intoxicado de Deus”? Na verdade, a reação societária pode ser vista como apenas um episódio do conflito entre religião e ciência, Estado e Igreja, fé e razão. Tal conflito tornou-se indissociável nas disputas religiosas que dominaram o século XVII, reproduzindo-se nos episódios da condenação de Galileu, ou no repúdio público ao *Leviatã*.

No caso específico, é possível alinhar alguns aspectos do método espinoziano que explicam o eventual desconforto provocado pela divulgação de suas idéias: 1) a defesa intransigente da liberdade de pensamento, em questões de fé, bem como na política; 2) uma posição crítica em relação aos resquícios da filosofia escolástica presentes em Descartes; 3) sua concepção de natureza divina, supostamente impregnada de panteísmo; 4) sua ética de orientação teleológica, de que decorrem noções de bem e mal contrárias à moralidade dominante, que aqueles que se julgavam intérpretes do pensamento oficial insistiam em resguardar.

Os pontos assinalados merecem uma análise mais detida. No *Tratado teológico-político*, Spinoza admite, como Hobbes um pouco antes, que a *civitas* constituiu-se graças à cessão de direitos feita pelo somatório de indivíduos a uma autoridade suprema, definida como poder civil. Dentre todas as formas de governo, a democrática é a mais desejável, acrescenta, posto que mais representativa. Isso porque o poder político tem suas limitações. Ele não pode subjugar aquilo que ocasiona a indignação popular e, em última instância, pode gerar movi-

* Por força desse tipo de circunstâncias, os livros de Spinoza acabaram recebendo títulos variados, sendo submetidos a edições clandestinas.

mentos de conspiração contra o próprio governo (Spinoza 1973: 234). *Right is might* é o mote do autor. A expressão deve ser lida num duplo sentido. O direito (*right*) sustenta o poder (*might*), mas este, por seu turno, deve zelar pela manutenção da lei. Compete ao Estado assim constituído definir o pecado, desobediência que só se caracteriza como tal numa sociedade organizada, suscetível de punição em virtude do direito de cidadania. Desta maneira, estará assegurado o bem-estar coletivo.

Adepto do liberalismo também em questões de fé, Spinoza combate a intolerância demonstrada pelo clero calvinista no que se refere à interpretação das Escrituras e textos sagrados. Fica implícita, aqui, sua censura ao uso da força para reprimir as dissensões religiosas que grassavam nas principais potências europeias de seu tempo, entre judeus e cristãos, católicos e protestantes, denominações protestantes etc.

No *Tratado da correção do intelecto*, Spinoza expõe uma teoria do conhecimento sob certos aspectos bastante assemelhada à de Bacon. Tal como o pai do positivismo inglês, defende a importância da observação e da experiência como fontes de conhecimento. Saber é poder, ou seja, o conhecimento que consegue ultrapassar o nível da mera opinião é capaz de, pelo uso da razão, apreender as leis que regem o universo. É também capaz, num estágio ulterior, de chegar à suprema forma de conhecimento, que é a intuição da ordem universal (Spinoza 1973: 58). (A possibilidade e aplicação prática do conhecimento científico é testada pelo autor em sua atividade profissional, ao realizar experimentos à luz dos princípios da física e da química newtonianas.) Na base dessa teoria do conhecimento repousa a convicção de que a realidade humana tem estrutura racional, que a torna passível de ser captada pela razão humana. Admite-se, ainda, que o entendimento das leis do universo natural pode ser aperfeiçoado através das formulações matemáticas.

Com efeito, Spinoza ergue sua voz em defesa da matemática, na qual enxerga o verdadeiro paradigma da ciência moderna. Sua admiração leva-o a figurar ações e apetites humanos como linhas, superfícies e volumes, como se verá na citação transcrita mais adiante. A própria *Ética* é construída em seqüências de proposições, demonstrações, corolários e escólios, na medida que passível de demonstração, “à maneira dos geômetras”.

Quanto ao panteísmo de Spinoza, que tantas críticas lhe valeu, ele está associado ao fato de o autor conceber o conjunto da realidade,

humana e divina, como um cosmos organicamente estruturado, onde nada ocorre ao acaso. Da unidade entre Deus e a Natureza (*Deus sive natura*) – escrita esta última sempre em letras maiúsculas – infere-se a íntima unidade entre corpo e alma, pensamento e vontade. Esta maneira de pensar é claramente contrária à manifestação por Descartes, como indicam as afirmações abaixo:

De momento, quero voltar àqueles que preferem detestar ou ridicularizar as afecções e as ações dos homens a conhecê-las. A esses, sem dúvida, parecerá estranho que eu me proponha a tratar dos vícios dos homens e de suas inépcias à maneira dos geômetras e que queira demonstrar, por um raciocínio rigoroso, o que eles não cessam de proclamar contrário à Razão, vão, absurdo e digno de horror... Tratarei as ações e os apetites humanos como se tratasse de linhas, de superfícies ou de volumes (*ibidem* 183).

Da natureza, diz Spinoza, decorre o apetite (*cupiditas*), que o homem partilha com todos os animais. Nisto consiste sua essência, e o desejo nada mais é do que um apetite do qual se tem consciência.* Assim, o caráter teleológico da ética preconizada pelo autor está associado a sua concepção do universo, tornando-se translúcido em inúmeras passagens de sua obra:

Por bem entendo aqui todo o gênero de alegria e tudo o que, além disso, a ela conduz, e principalmente tudo o que satisfaz ao desejo, qualquer que ele seja. Por mal, ao contrário, entendo todo o gênero de tristeza e principalmente o que frustra o desejo. Com efeito, demonstramos acima que não desejamos uma coisa porque a julgamos boa, mas, ao contrário, chamamos boa à coisa que desejamos; conseqüentemente, chamamos má à coisa porque temos aversão (*ibidem* 206).
Chamamos bem ou mal àquilo que nos é útil ou prejudicial à conservação de nosso ser... isto é, o que aumenta ou diminui, favorece ou entrava a nossa potência de agir (*ibidem* 239).

É conveniente notar, porém, que Spinoza não defende a submissão passiva do homem a seus instintos. Na realidade, distingue dois tipos de sentimentos: os passivos (paixões), que são muitas vezes responsáveis pelos males da vida; e os ativos, que aceleram o ritmo da ati-

* Spinoza defende que bem e mal são modos de pensar que o homem adquire a partir de comparações. Uma única coisa pode ser simultaneamente boa, má, ou indiferente, em função das preferências individuais. E exemplifica: a música pode ser boa para o melancólico, má para o que se lamenta e indiferente para o surdo (Spinoza 1973: 236). Verificam-se, aí, os grandes pontos de convergência entre a moralidade de Maquiavel, Hobbes, Spinoza e outros pensadores renascentistas.

vidade humana e imprimem maior força à mente. O segundo tipo termina o progresso intelectual e permite ao homem superar o estágio da opinião, durante o qual ainda se encontra sob o jugo de sentimentos passivos. Assim, o autor qualifica a incapacidade de refrear as paixões como uma forma de servidão, na qual o homem não é senhor de si mesmo. Segue-se, numa perspectiva tipicamente racionalista, a exaltação à razão como instrumento capaz de controlar as paixões, unindo-se à vontade.

O “celebérrimo Descartes”, ironiza Spinoza em sua obra, onde há notórios pontos de atrito com a filosofia cartesiana. Esta divergência não reside, contudo, na confiança por ambos depositada na razão humana, ou mesmo no caráter eminentemente dedutivo da argumentação desenvolvida. Ela se prende à questão da dualidade entre corpo e alma, acima referida, bem como, sobretudo, à noção de “causas finais”, que o pensador francês incorpora da tradição escolástica. Spinoza critica a postura de Descartes, segundo a qual o curso dos eventos naturais não deve ser explicado por si mesmo, mas atribuído a fins e propósitos divinos. Repudia, em suma, aquilo que denomina de “providencialismo” na perspectiva cartesiana.

3.5 O racionalismo cartesiano

As reflexões imediatamente anteriores trazem à baila a necessidade de menção à figura de René Descartes (1596-1650). Seu papel no desenvolvimento da ciência ocidental é inquestionável, inobstante a fidelidade à religião e à ética tradicionais católicas. Considerado pai do racionalismo ocidental, constituiu o pensador francês, ao lado de Francis Bacon, uma figura de proa na fixação dos pilares da ciência moderna, em todos os seus campos e em suas principais vertentes.

Em poucas palavras, a contribuição de Descartes expressa-se no estímulo ao raciocínio analítico e dedutivo, criteriosamente montado a partir dos parâmetros da mais rigorosa lógica formal. No vértice de seu método, encontra-se a insistência na decomposição analítica do processo mediante o qual a mente humana procura conhecer a verdade. Deve-se frisar que Descartes não concede à observação empírica uma posição privilegiada na compreensão dos fenômenos naturais, como o fizeram Bacon e seus seguidores. Deste ângulo, esteve muito mais próximo de concepções apriorísticas, fundadas em argumentos construídos dedutivamente e sustentados em pressupostos tidos como auto-evi-

dentés; muito mais próximo, portanto, da maneira tradicional de pensar, contra a qual insurgiram-se os paladinos da ciência renascentista.

Uma reconstituição da temática focalizada pelo pensador francês revela também que ela pendia mais para questões de conteúdo metafísico (o “providencialismo” a que se refere Spinoza, por exemplo) do que para problemas que a nascente filosofia natural colocava em primeiro plano. Descartes manifesta uma adesão praticamente irrestrita à religião e à ética católicas, apostólicas e romanas. Em sua concepção, a essência do bem e do mal, tanto quanto as verdades eternas, dependem da livre disposição divina. Bom é o ato aprovado por Deus e condensado como tal nos livros sagrados e na doutrina eclesástica; mau é aquele desaprovado pelos mesmos.

Há, contudo, na perspectiva cartesiana, um elemento crucial do ponto de vista da gestação da ciência moderna. Trata-se da dúvida metódica, vale dizer: a dúvida não só publicamente admitida, como convertida em algo sistemático, método de chegar à verdade, caminho da ciência. Tem-se aqui uma nítida ruptura com o pensamento escolástico, uma vez que a razão não se coloca mais numa posição subordinada à revelação — esta, sim, a forma pela qual Deus daria aos fiéis o acesso à verdade. Há que se reconhecer que Descartes criou um sistema filosófico próprio, alternativo ao sistema escolástico, ainda que semelhante na forma e na busca de explicações em termos de causas finais. Nisto reside o caráter revolucionário de sua obra, em sua intenção de praticar metodicamente a dúvida para reconstruir o pensamento. Em suas próprias palavras:

...achei que seria melhor fazer exatamente o contrário, e repêlir como inteiramente falso tudo aquilo em que pudesse supor a mais ínfima dúvida, e isso para verificar se restaria, depois, algo em minha crença que fosse completamente fora de dúvida... Percebi, então, que a verdade *penso, logo existo* era tão sólida e tão exata que as mais extravagantes suposições dos cépticos não conseguiriam abalá-la (Descartes s/d: 39-40).

O legado cartesiano transparece mesmo em pensadores como Spinoza, inobstante os desacordos há pouco mencionados. Mais ainda, sua influência estende-se a Locke, transposto o canal da Mancha. Locke privou da amizade pessoal de Descartes em sua juventude, como se verá no capítulo seguinte, e lançou-se de corpo e alma à tarefa de reconciliar o empirismo baconiano com o racionalismo de seu mestre.

O capítulo 4, a seguir, é inaugurado com a exposição das idéias de Locke, no contexto do iluminismo europeu do século XVIII.

CAPÍTULO 4

O ILUMINISMO, SUA TEORIA DO CONHECIMENTO E SUA ÉTICA

*Two principles in human nature reign:
Self-love, to urge, and Reason, to restrain.*

POPE
Essay on Man

Os pensadores cuja obra e trajetória intelectual foram discutidos no capítulo anterior, de Maquiavel a Descartes, pertencem aos dois primeiros séculos da Idade Moderna. Este quarto capítulo será inaugurado com a análise das idéias de John Locke, cujas obras mais conhecidas, a saber, *Ensaio sobre o entendimento humano* e *Dois tratados sobre o governo*, vieram a público pela primeira vez em 1690, às portas do século XVIII. Como se verá a seguir, embora a influência de Bacon, Hobbes, Descartes e outros pensadores do século XVII seja notória, na maneira pela qual Locke aborda diferentes temas, o autor é frequentemente enquadrado no grupo de pensadores do Iluminismo, ou do chamado período da Ilustração européia. Locke é considerado o grande precursor do liberalismo do século XIX. Figura, outrossim, como representante por excelência dos interesses e aspirações da classe burguesa, em franco processo de ascensão no século que testemunhou a Revolução Francesa. As idéias veiculadas em sua obra filosófica e política e, ademais, o clima de extrema receptividade com que foram acolhidas em todo o continente europeu, autorizam a inclusão de seu nome no capítulo que focaliza o papel do Iluminismo na pré-história da Economia Política.

Evidentemente, a segmentação da cronologia histórica em períodos monolíticos e estanques em relação uns aos outros é sempre problemática. Fica reconhecidamente difícil precisar o exato momento em que eclodiu o movimento iluminista, como argumenta Hampson (1968), autor de uma notável análise sobre o fenômeno. Cassirer (1943), outra grande autoridade no assunto, questiona a ocorrência de uma ruptura abrupta entre o pensamento do século XVII e o do século XVIII. O que caracteriza este último, diz ele, é sobretudo uma mudança de acento, que desloca o pensamento das leis universais para os eventos particulares, dos princípios gerais para os fatos concretos. A confiança na razão como fator de progresso humano mantém-se como denominador comum dos dois períodos históricos, ao lado de outras características que serão apontadas mais adiante.

Pode-se admitir que o caráter distintivo do Iluminismo advém, principalmente, do fato de haver corporificado de forma amplamente visível e elevado à máxima potência uma série de tendências mantidas em estado mais ou menos latente desde as primeiras manifestações do movimento renascentista. O último século do Antigo Regime é, ao mesmo tempo, e quase forçosamente, aquele em que se dá o anúncio do mundo contemporâneo. Abrangente, o fenômeno da Ilustração constitui uma combinação peculiar de fatos econômicos, políticos e sociais com especulações filosóficas, discussões éticas, descobertas científicas, obras artísticas e literárias e outros produtos dessa natureza, que tiveram abertas as eclusas para sua manifestação.

Destarte, a efervescência cultural, política, econômica e social de um século que se auto-denomina "das Luzes" – e que, como corolário dessa perspectiva, imputa à Idade Média o qualificativo de "Idade das Trevas" – decorre da crença na capacidade de progresso do homem em direção a um novo e superior estágio de civilização. O otimismo inerente a tal percepção é compartilhado pelos partícipes do movimento, tais como o enciclopedista francês D'Alembert:

Mas o descobrimento e o uso de um novo método de filosofar desperta, sem dúvida, através do entusiasmo que acompanha todos os grandes descobrimentos, um incremento geral das idéias. Todas essas causas colaboraram na produção de uma viva efervescência dos espíritos... Fruto dessa efervescência geral dos espíritos, uma nova luz verte-se sobre muitos objetos e as novas obscuridades que os recobrem, tal como o fluxo e refluxo da maré depositam na orla coisas novas e consigo arrastam outras tantas (Apud Cassirer 1943: 18).

Ele contagia, de forma semelhante, os historiadores que reconstituem o movimento:

As ciências desenvolvem-se prodigiosamente e formam um edifício completo, encimado pelas ciências sociais. O homem aprende todos os dias, avança, observa, parece-lhe que as trevas recuam: é o "Século das Luzes" (Mousnier e Labrousse 1961: 9).

Gradualmente, a dúvida e a confusão foram substituídas pela auto-confiança, a crença de que o desconhecido era inerentemente o não descoberto e o pressuposto geral – sem precedentes na Era Cristã – de que o homem era, em grande medida, senhor de seu próprio destino (Hampson 1968: 35).

Hampson alega que os pensadores do século XVI que poderiam ser definidos como "radicais" enfrentavam dois tipos de obstáculos à divulgação de suas teses. No plano psíquico, era-lhes necessária uma grande dose de ousadia para sobrepor os ditames de seu próprio entendimento aos ensinamentos tradicionais da Igreja, católica ou reformada. É preciso ter em conta, a esse respeito, a pequena bagagem de investigações científicas acumuladas à época, que pudessem dar credibilidade às noções da filosofia natural. Ressalte-se, ademais, o fato de a evidência experimental não desfrutar do beneplácito geral da elite letrada, como critério de verdade. O segundo tipo de obstáculo à divulgação das novas idéias está diretamente associado ao primeiro. Ele se prende à violência da reação suscitada por teses que pudessem representar uma ameaça aos interesses estabelecidos, criteriosamente velados nos conventos e nas universidades. A probabilidade de serem consideradas heréticas era alta, e as consequências práticas da imputação de um tal estigma, ponderáveis, da condenação à morte ao ostracismo e outras formas não menos severas de punição.

A situação não se altera substancialmente no século XVII, no entendimento de Hampson. Não são menos hostis as condições a que se sujeitaram Thomas Hobbes e Baruch Spinoza, para citar apenas dois exemplos, cujos infortúnios foram sucintamente narrados no capítulo anterior. Assim, eventuais discordâncias que pensadores e cientistas tivessem em relação à verdade oficial – ainda visceralmente comprometida com a doutrina teológica em seu conjunto – dificilmente atreviam-se a estender-se além de detalhes, sob o risco de serem seus porta-vozes qualificados de imorais e ateus.* Por motivos análogos, mesmo nos

* Parece haver um certo exagero quanto a uma mudança radical de atitude em relação a novas idéias, no decorrer do século XVIII. Sem dúvida, a obra de Locke encontra boa e extensa acolhida, inclusive naquilo que herda de Hobbes.

meios letrados, a difusão de novas idéias filosóficas e científicas ocorre a um ritmo relativamente lento, dentro de um círculo bastante restrito. Ainda no século XVII, a exegese bíblica é fonte incontestada de autoridade, no tocante a problemas humanos que comportassem algum tipo de solução, como bem mostra Copleston (1964: 15). Se Descartes, ao encerrar seus *Princípios*, faz uma profissão de fé na revelação como uma verdade de caráter superior, inacessível à razão humana, Newton e Bacon não conseguem liberar-se totalmente das credências e superstições de seu tempo. O último admoesta seus discípulos e seguidores em geral sobre a influência malévola dos cometas. Quanto a Newton, o grande físico mostra-se convencido de que a teoria heliocêntrica e a lei da gravidade haviam sido desvendadas por Deus a Moisés, na travessia do deserto. Acredita, também, que é graças à mediação divina que os corpos celestes mantêm distâncias adequadas entre si e, desta forma, evitam colisões.

Na verdade, Hampson distingue dois movimentos distintos no seio do fenômeno iluminista, correspondente, cada qual, a diferentes momentos políticos: 1) o movimento verificado entre 1715 e 1740, num clima marcado por estabilidade política e tranqüilidade social em todo o continente europeu; 2) o movimento coetâneo ao período das guerras européias, entre 1740 e 1763. Neste segundo momento, estabelece-se um ambiente de inquietude social e política, visível na produção intelectual dos autores, cuja culminância se dá na Revolução Francesa. Hampson procede com extrema cautela ao estabelecer relações entre os "fatos" e as idéias, porém. Uma tarefa destas exige, segundo ele, uma análise microscópica, que fugiria ao escopo de suas pretensões. "Estou longe de sugerir que relações causais entre desenvolvimentos econômicos, atitudes sociais e especulações intelectuais não existiram. Ao contrário, tudo me parece sugerir uma tal simbiose, mas sua natureza e modo de operação é quase inconcebivelmente complexa, senão incompreensível de fato" (Hampson 1968: 12). Não é outro o sentimento que perpassa este estudo.

Mas há evidências negativas em relação a tal conjectura, especificamente na disseminação das teses de Mandeville, Helvétius e Hume, dentre os aqui focalizados. Na primeira década do século XVIII, a divulgação da *Fábula das abelhas*, de Mandeville, expõe seu autor à execração pública. A pecha de ateu foi igualmente imputada a Hume. Quanto a Helvétius, seus escritos são condenados pela Sorbonne e publicamente queimados. O tema será retomado mais adiante neste capítulo.

De um modo geral, Hampson enumera um conjunto de traços comuns aos dois movimentos componentes do Iluminismo: 1) a confiança na utilidade da razão para transformar o mundo; 2) a crença otimista no progresso da humanidade; 3) o desenvolvimento das ciências; 4) a mudança de atitude em relação à religião e seus dogmas; 5) a valorização da natureza, de leis e direitos naturais; 6) o individualismo, assente numa concepção antropocêntrica do universo, bem como na admissão da possibilidade de conciliar interesses pessoais com o interesse coletivo.

Sem dúvida, um dos pontos nevrálgicos do Iluminismo e do século XVIII em geral é a credulidade com que se encara a capacidade da razão de transformar o mundo. Essa característica, que reforça tendências antevistas desde o início da Renascença, faz da mente humana um instrumento privilegiado de atuação sobre as condições históricas. Uma atitude passiva de absorção de conhecimento e contemplação é convertida, na melhor tradição baconiana, numa postura ativa, de conquistar a verdade submetendo-se o pesquisador ao crivo da experiência empírica. É como se, por esse caminho, pudesse a espécie humana recuperar um pouco do controle sobre a natureza de que havia sido destituída pela expulsão do paraíso. O dramaturgo iluminista alemão Gotthold Lessing, autor de *Natã, o sábio*, é particularmente enfático a esse respeito. Proclama que a verdadeira força da razão reside, não na posse da verdade, mas sim em sua conquista (*apud* Cassirer 1943: 27). Assim, exceção feita a David Hume — cujo ceticismo será comentado adiante —, os cientistas do século não enxergam qualquer hiato entre o sujeito e o objeto do conhecimento, o pensamento abstrato e o fato concreto, as idéias e aquilo que constitui *matter of fact*. (*ibidem* 21-22).

É possível estabelecer um contraste básico entre a concepção da razão característica do Iluminismo e sua versão cartesiana, vigente no século XVII. Como já foi visto no capítulo anterior, a razão cartesiana é declaradamente analítica. Ela decompõe a complexidade aparente dos fenômenos em seus componentes básicos, para, num segundo momento, reconstruir a realidade. Ao assim proceder, opera pela dedução de princípios internos ao próprio sujeito do conhecimento, análogos, em alguma medida, às "idéias inatas" da escolástica. Totalmente diversa é a concepção de razão nos pensadores iluministas. Para estes, a razão não pode ser deduzida de princípios internos. Ela constitui um dom, que se potencia por intermédio da observação sensível dos objetos exteriores a si mesma. É deste ângulo que constitui a ferramenta por excelência do

exercício científico, revestida de um sentido eminentemente utilitário.

As contrapartidas práticas dessa mudança de mentalidade são notórias. Elas se exprimem no extraordinário avanço das ciências empíricas e sua compartimentalização em ramos específicos, ao longo de todo o século XVIII. A ampla disseminação da física newtoniana faz com que a natureza seja encarada como um sistema de forças plenamente articulado, passível de entendimento, mensuração e manipulação. Não se trata mais de uma configuração aleatória de fenômenos, atribuídos a uma providência cujos desígnios são imponderáveis. O paradigma da física newtoniana é aplicado às mais variadas circunstâncias e aos fenômenos os mais diversos. Para citar apenas um exemplo, o *Tableau Économique*, do Dr. Quesnay, de 1758, embora inspirado no movimento de circulação do sangue, explicita de forma inequívoca uma concepção mecanicista da economia. Num quadro de três colunas, com seis pontos de partida e chegada, o domínio econômico é apresentado como um conjunto harmônico, em que cada parte cumpre uma função insubstituível na manutenção do todo. É o universo-máquina, o universo-relogio de funcionamento impecável, decomponível em elementos de extrema complexidade, mas, em princípio, acessível aos sentidos e mensurável. Abandona-se em definitivo a pretensão medieval de conhecer essências e causas finais, ao mesmo tempo em que a matemática é mantida como a grande ferramenta de trabalho, na prática das ciências empíricas.

As novas descobertas acumulam-se e difundem-se com uma velocidade espantosa, cruzando a Europa de leste a oeste. A circulação de idéias, achados e invenções é intensa, dos salões parisienses onde se reúnem intelectuais de todo o continente, à corte de Catarina II, da Rússia. Em fins do século XVII, a invenção do microscópio serve para demonstrar que os pequenos insetos que Descartes havia descrito como organismos de extrema complexidade tinham de fato, uma constituição bem mais intrincada. Igualmente desconcertantes são os resultados de pesquisas sobre o processo de reprodução dos mamíferos, conduzidas entre 1660 e 1680, assim como a constatação de que o lagarto podia manter-se vivo mesmo depois de seccionado seu rabo, e ainda reconstruí-lo. Paralelamente, evidências da existência de seres intermediários entre o reino vegetal e o reino animal, tais como os pólipos de água doce, trouxeram uma grande contribuição ao desenvolvimento da biologia. Em 1720, a descoberta de fósseis marítimos, bem mais antigos do que o episódio do dilúvio relatado pelo Velho Testamento, a par de pes-

quisas geológicas sobre vulcões extintos na França, levam os cientistas a questionar a escala de tempo depreendida das atividades de exegese bíblica, que não ia além do ano 4.004 a.C. (Hampson 1968: 20). Contraindo-se a essa escala de tempo, o sábio Buffon estima que as primeiras etapas de resfriamento de nosso planeta remontam a alguns milhões de anos antes da presença de vida na terra. Em 1754, a invenção do pára-raios é encarada como um atestado da capacidade humana de controle sobre fenômenos que, até então, pareciam diretamente comandados pela vontade divina.

Mousnier/Labrousse (1961) e outros historiadores do movimento da Ilustração documentam, assim, como os cientistas do século XVIII abandonam suas especulações, arregaçam as mangas e saem a campo, para observar e registrar. Já a partir de meados do século anterior, organizam-se sociedades científicas em várias nações européias: a Royal Society inglesa, que a princípio desenvolve suas pesquisas em condições de semiclandestinidad; a Academia de Ciências de Paris, fundada por Colbert; a Academia de São Petersburgo, criada por Pedro, o Grande, da Rússia; a Academia Real de Estocolmo; a Academia Real de Copenhague; a Academia de Ciências de Berlim. As exaustivas atividades de classificação botânica de Lineus, entre outros, enriquecem o conhecimento da flora, assim como a importação de espécimes vegetais e animais do Novo Mundo e do continente asiático aumentam substancialmente o acervo de conhecimento acumulado na área.

Nesse particular, Hampson constata que, durante o Iluminismo, o homem europeu toma consciência efetiva de que seu mundo não é o centro do universo. Embora o ciclo das grandes navegações já se estendesse há pelo menos dois séculos, só então existe um volume tal de evidências antropológicas capaz de alterar significativamente a maneira de pensar dos colonizadores. De um lado, o contato com povos primitivos e a observação sistemática de seus costumes acarreta perplexidade, levando escritores como Voltaire, por exemplo, a valer-se de seu exemplo para questionar a concepção bíblica de pecado original. De outro lado a intensificação de contatos com civilizações orientais extremamente adiantadas, como a China da dinastia Manchu, ou mesmo a reconstrução da história de civilizações antigas, como as do Egito e da Mesopotâmia, mexem com os sentimentos europeus face a culturas, religiões e visões de mundo alternativas. Descartes invoca o exemplo da China para demonstrar a possibilidade de se alterarem os costumes sociais. É pelo recurso a evidências coletadas junto a povos não europeus

que Locke rejeita a tese das idéias inatas. Na teoria ética de Helvétius, há segundas referências ao Congo, a Angola, Madagascar e Nova Orleans, entre outros.

Um trabalho de fôlego como a *Encyclopédie*, organizada por Diderot e publicada entre 1751 e 1772, revela com nitidez a concepção do conhecimento como um conjunto uniforme e integrado de noções, típica do período. Esse extenso e abrangente compêndio, integrado por trinta e cinco volumes com a colaboração de cento e sessenta escritores, pretende reunir todo o saber acumulado à época e difundir-lo pelo grande público. Expressa, ademais, ideais que encontrariam ressonância, logo a seguir, na Revolução Francesa, em termos de contestar o absolutismo monárquico e exigir a participação da burguesia no governo nacional.

Em todo esse movimento, diz ainda Hampson, um novo princípio de vida vem substituir o já surrado princípio da Providência: o da *bien-faisance*, que pode ser traduzido como benevolência, boa vontade, tolerância, respeito aos "direitos naturais". Sob a influência de vários pensadores deístas — assim denominados por rejeitarem a religião judaico-cristã, mantendo, embora, uma postura religiosa —, a terra passa a ser concebida como algo construído para a felicidade humana. São inúmeros os exemplos citados por Hampson para comprovar essa tese. Fénelon, por exemplo, defende que a densidade da água foi precisamente calculada por Deus para favorecer a navegação, tanto quanto para facilitar o corte de uma melancia. Bernardin de St. Pierre expressa sua admiração pelo fato de Deus haver criado as pulgas pretas, de tal forma a ficarem visíveis na pele branca — incidentalmente, acrescenta Hampson, um exemplo predileto dos europeus! Clément de Boissy defende que a distância entre o céu e a terra foi rigorosamente projetada de acordo com as necessidades humanas, da mesma forma que as camadas do subsolo estão dispostas de maneira a permitir que os metais mais úteis ao homem fiquem mais próximos à superfície. Até o tufão tem seu papel como manifestação da benevolência divina, segundo o Abbé Pluche: cabe-lhe estimular a renovação periódica da armada de Amsterdã, para protegê-la dos ataques noruegueses e moscovitas. A seu turno, malgrado um certo ceticismo, Voltaire alega que as cadeias de montanhas foram concebidas por Deus como aquedutos naturais para a irrigação do solo europeu (Hampson 1968: 81-84).

A nova concepção religiosa não desvincula a piedade, a caridade e outras virtudes altruísticas do bem-estar humano, no plano individual

e no da sociedade como um todo. Pelo contrário, é no século XVIII que se assiste à proclamação pública dos direitos naturais, enfática na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa, bem como na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Os dois documentos consagram o triunfo da concepção individualista do mundo, ao fundar o Estado no consenso dos cidadãos que o compõem.* Como se verá mais adiante, os filósofos éticos do século XVIII admitem a possibilidade de conciliar atitudes e comportamentos pautados pela auto-estima, ou pelo interesse pessoal, com motivações de caráter altruísta.

Antes de passar à análise específica da contribuição de alguns dos mais eminentes pensadores do período, convém fazer uma menção, ainda que breve, ao cenário econômico, político e social mais amplo que tornou possível a manifestação e acolhida das novas idéias. No campo econômico, embora a agricultura ainda se mantenha como principal fonte de sustento da humanidade, durante todo o século XVIII, novos e decisivos fenômenos estão a caminho. Dentre eles, o mais significativo é certamente o advento da industrialização, na segunda metade do século. Um outro fenômeno relevante, do ponto de vista da localização social das idéias iluministas, é o fato de povos inteiros, como os holandeses, sobreviverem às custas da atividade comercial. Appleby (1978) relata que a expansão holandesa, notável sobretudo nas primeiras décadas do século, é um fenômeno desconcertante para a mentalidade tradicional. Sem minas ou metais preciosos, sem recursos naturais para colocar no mercado externo, sem reservas de madeira para construir suas embarcações, são os holandeses testemunhas vivas da engenhosidade humana e sua capacidade de romper barreiras, com o propósito declarado de reconquistar, ainda que precariamente, o paraíso terrestre de que o pecado de Adão havia privado os homens.

A partir de meados do século XVII e, com intensidade crescente no século seguinte, diante do aumento da pressão demográfica sobre a terra, o movimento das *enclosures* determina uma verdadeira revolução agrária na Inglaterra, a liberar mão-de-obra para a indústria nas-

* Dumont (1985:109-114) analisa o conteúdo individualista desses documentos, especialmente visível, no segundo caso, nas *Bills of Rights* de alguns estados norte-americanos, como o da Virgínia, em que se inspirou a declaração de independência dos Estados Unidos.

cente. Heilbroner (1972) associa tais fenômenos à completa monetização da economia, ou seja, à conversão do capital, em suas mais variadas formas, em uma soma abstrata de infinita flexibilidade, capaz de gerar lucros e render juros. Mais ainda, tal como Dumont (1977), o autor registra o surgimento de uma esfera isolada de atividade econômica, dentro da matriz circundante da vida social. "Era a criação de todo um aspecto da sociedade que nunca houvera antes, mas que, daí por diante, iria constituir uma faceta preponderante da existência humana" (Heilbroner 1972: 80).

No que tange ao sistema de estratificação social, é no século XVIII que a burguesia dá seu grande e decisivo "bote" em direção ao poder. Gradualmente, a nobreza fica relegada a funções de caráter ornamental, nobreza palaciana, sem maiores possibilidades de influir nas decisões políticas. O valor pessoal do indivíduo, medido pela riqueza sobre a qual detém comando, é o novo e preponderante critério de estratificação social. Ora, durante todo o período mercantil, o "Terceiro Estado"* havia montado fortes teias de dependência com as elites dominantes das nações européias, para as quais se tornara imprescindível, como financista, comerciante, arrendatário, fornecedor, jurista, conselheiro etc. Graças a tais amarras, ele se vê capaz de reivindicar, pela via revolucionária, se necessário, uma maior participação nos órgãos de poder central. A França dá o exemplo, em 1789, conferindo maior dramaticidade e participação popular ao fenômeno vivido pela Inglaterra, na Revolução Gloriosa de 1688, que corporifica a ascensão política da burguesia nacional. Pouco a pouco, num movimento que se prolonga até pelo menos meados do século XIX, outras nações européias desencadeiam suas revoluções liberais burguesas.

Finalmente, ainda no campo político, o século XVIII é o do despotismo esclarecido, que cede vez, em seu último quartel, ao regime republicano instituído pela Revolução Francesa. Pedro, o Grande e Catarina II, ambos da Rússia; José II, da Áustria; Jorge I da Inglaterra; Frederico II, da Alemanha, são soberanos "esclarecidos", posto que

* Segundo Soboul, o Terceiro Estado abrangia as classes populares do campo e das cidades. Dentre as camadas que o compunham, porém, a preponderante era a burguesia propriamente dita, composta por arrendatários, profissionais liberais, artesãos e lojistas, negociantes em geral, financistas, comerciantes, industriais e outros. Coube à burguesia, em nome do Terceiro Estado, dirigir a Revolução Francesa; dela soube extrair proveito próprio (Soboul 1974: 30-39).

guiados pelas luzes da razão e empenhados em administrar seus negócios de forma eficiente e equilibrada, em benefício de toda a população. Em nome da razão, governantes impõem a sérios reformas administrativas que antecipam o caráter burocrático do Estado moderno, com seus funcionários submetidos a treinamento específico e recrutados mediante concursos públicos. As reformas aludidas instituem também a liberdade de credo, pondo término às dissensões testemunhadas pelos filósofos do período anterior. Paralelamente, promovem uma maior subordinação das cidades e das províncias ao poder central, pela criação de tributos e fiscalização sistemática de sua cobrança.

Em todo o processo assinalado, o fenômeno iluminista não pode ser dissociado do percurso trilhado pela burguesia em direção ao poder político. A afirmação de Soboul sobre a burguesia francesa assume, nesse particular, contornos que extravasam os limites nacionais:

A burguesia francesa do século XVIII elaborara uma filosofia que correspondia a seu passado, a seu papel, a seus interesses - mas com uma tal largueza de vistas e se apoiando tão solidamente sobre a razão, que esta filosofia, que criticava o Velho Regime e contribuiu para a ruína do mesmo, revestindo-se assim de valor universal, se dirigia a todos os franceses e a todos os homens (Soboul 1974: 15-16).

4.1 Locke e o elogio ao liberalismo

A contribuição do pensador inglês John Locke (1632-1704) à evolução intelectual e de valores discutida neste estudo concretiza-se em três planos principais: 1) na trilha aberta por Francis Bacon, Locke re-puta a tese de que as idéias são inatas à mente humana e exalta o potencial dos sentidos como fonte de conhecimento; 2) como Thomas Hobbes, concebe o poder instituído como fruto de um contrato firmado entre os indivíduos; mais do que seu compatriota e predecessor, numa perspectiva que o aproxima de Spinoza, ressalta a importância de se resguardarem as liberdades individuais, contra o exercício tirânico do poder, contra a intolerância religiosa ou de qualquer índole; 3) no rol de direitos que a natureza teria reservado ao homem, entroniza o de propriedade, conceito que compreende a vida, a liberdade e os bens de cada indivíduo.

As duas mais conhecidas obras de John Locke são, sintomaticamente, publicadas no mesmo ano em que o autor regressava de um exí-

lio de quase seis anos na Holanda, 1690.* Médico de formação, Locke se afasta da Inglaterra quando seu tutor e paciente, o primeiro conde de Shaftesbury, partidário dos *whigs* (puritãos, representantes de interesses burgueses no Parlamento) é encarcerado na Torre de Londres por seus adversários *tories*, anglicanos, aliados à realeza Stuart e aos interesses da aristocracia. Como já foi dito, Locke é considerado o filósofo da Revolução Gloriosa de 1688, assim como Bacon é considerado o intelectual típico da monarquia Tudor, e Hobbes do período Stuart, do *Commonwealth* e da Restauração (Cornforth 1955).

Na introdução do *Ensaio sobre o entendimento humano*, de 1690, Locke esclarece que sua decisão de investigar o fenômeno do conhecimento foi suscitada por um impasse vivido pelo grupo de amigos com o qual se reunia sistematicamente, para trocar idéias. Este admitia-se imponente para prosseguir suas discussões sobre filosofia e ética, sem, antes, pesquisar as formas pelas quais as idéias surgem e penetram na mente humana. De onde vêm as idéias? Que critério permite estabelecer sua conformidade com o mundo dos fenômenos? As respostas encontradas por Locke a tais questões, conquanto imprecisas na terminologia com que são formuladas e, sem dúvida, insuficientes para embasar uma sólida teoria do conhecimento, seriam uma espécie de lei da gravidade para os pensadores iluministas. A alusão à revolução científica desencadeada por Newton não é fortuita. O grande físico do século XVII faz parte do círculo de amigos a que se refere Locke. Além disso, havia consciência de que se estava diante de um grande salto qualitativo na história do pensamento. Sob inspiração de Bacon, Locke concebe uma nova maneira de encarar o fenômeno do entendimento humano. E, o que é importante e o distingue de Hobbes e Spinoza, é ouvido por seus contemporâneos e chega a ver suas obras amplamente difundidas. É nesse contexto que Voltaire, às portas da Revolução Francesa, imputa a Locke o mérito de haver combatido a "ficção das idéias inatas" que

* Outra obra importante do autor, *Studies on the Interest*, precursora da ciência econômica, focaliza as consequências da queda da taxa de juros e do aumento do valor da moeda. Denota uma postura avançada em relação à concepção econômica característica das doutrinas mercantilistas. Locke distingue o valor do dinheiro de seu preço, ou seja, o juro. Preconiza que a chave para o entendimento de uma teoria monetária reside numa teoria de valor e, na trilha de Platão, distingue entre necessidades de um lado, e conveniências ou luxúrias, de outro (apud Bowley 1973).

Descartes difundira no continente (apud Hampson 1968: 97). Quarenta anos após a publicação do *Leviatã*, a obra de Locke alcança uma repercussão considerável no continente europeu.

Desde suas primeiras páginas, o *Ensaio* declina expressamente seu propósito de reverter verdades tidas como auto-evidentes, tão cristalizadas pela tradição escolástica que se pretendiam congênicas. Locke proclama-se, de início, contrário às idéias inatas, como "o que é, é".

Desse ângulo, apresenta os sentidos como janelas pelas quais a luz penetra no "quarto escuro", "gabinete", ou "papel em branco" que é a mente humana. Essa *tabula rasa* vai sendo gradualmente preenchida, à medida que as sensações depositam na memória conceitos a que se vão imputando nomes. Filia-se portanto Locke à tradição empirista, tão a gosto do pensamento anglo-saxônico:

...pois, penso eu, ninguém pode realmente ser tão cético a ponto de ficar incerto a respeito da existência daquilo que vê e sente (Locke 1974: 106).

Os recém-nascidos, argumenta Locke, não possuem um estoque de noções preconcebidas estampadas em sua mente, cuja existência lhes será desvendada pouco a pouco. Pelo contrário, as sensações provenientes dos sentidos é que imprimirão marcas em seus cérebros ao longo da vida, a facultar a aquisição e o armazenamento na memória de determinadas idéias.

Na verdade, Locke busca uma posição intermediária entre as duas grandes tradições do pensamento ocidental, que se forjaram durante os séculos XVI e XVII e até hoje constituem os pilares do raciocínio científico e filosófico. Não há grande originalidade em sua obra, reconhecem os críticos (Copleston 1959: cap. 4). Entretanto, seu mérito reside sobretudo no fato de sedimentar uma postura a caminho da consagração — o empirismo — e, paralelamente, antecipar uma perspectiva cuja aceitação ampla viria em seguida — o liberalismo. Sua posição moderada, de uma aversão a extremismos que chega a confundir-se com a ambivalência, leva-o a filiar-se à tradição empirista à moda inglesa. Por outro lado, Locke não se mostra insensível ao racionalismo de Descartes, de cuja amizade privou pessoalmente. O *Ensaio* destaca que também a reflexão é fonte de conhecimento. Através dela, diz Locke, o homem capacita-se a perceber, duvidar, crer, raciocinar, desejar até.*

* É curioso observar que, ao mesmo tempo que o empirismo inglês teve um efeito devastador sobre o estilo apriorístico de pensar de séculos anteriores, ele

Como Descartes e os iluministas em geral, Locke vê na razão a grande força diretiva da vontade humana, que equipara à revelação natural, pela qual Deus desvenda ao homem verdades que lhe são úteis.

O que é curioso nesse processo, é que a abordagem de Locke sobre o fenômeno do conhecimento mostra-se tão demolidora em relação à teoria cartesiana quanto a física de seu amigo Newton o fora em relação à ciência de Descartes. Tal resultado, insólito do ponto de vista das intenções explícitas de Locke, deve-se à repercussão e à dimensão concretas de sua obra entre contemporâneos e sucessores. Com o *Ensaio*, argumenta Hampshire (1956), o empirismo inglês atravessa o canal da Mancha e forma a base de uma mudança radical em toda a Europa do século XVIII. Preserva-se a razão como diretiva; nega-se a bagagem da filosofia natural cartesiana e, sobretudo, os procedimentos pelos quais se preconiza sua aquisição.

Outro ponto de interesse, no *Ensaio* de Locke, é a tese de que é impossível comprovar grande parte de nossas idéias. Algumas delas, diz o autor, provêm do conhecimento intuitivo, o que as exime de qualquer possibilidade de contestação ou necessidade de teste. Dentre estas, sobressai a idéia da existência dos anjos, no exemplo citado. Há idéias que envolvem raciocínio, demonstração, nos moldes da matemática de Newton. Este grupo figura como uma espécie de paradigma para as demais categorias, cabendo ressaltar que certas concepções éticas podem ser enquadradas no grupo de idéias passíveis de demonstração. Um terceiro grupo de idéias reveste-se de caráter probabilístico: não se pode obter certeza a seu respeito, apenas a segurança de um cálculo de probabilidades. Finalmente, há idéias que se colocam acima da razão humana, pelo que só a fé pode provocar o assentimento; tal é o caso da idéia da existência de Deus.

O *Ensaio* expressa, ainda, a filiação de seu autor a uma teoria ética de inspiração hedonista, teleológica como a de Maquiavel e Hobbes, posto que deriva a justificativa moral da conduta das consequências que

preparou o caminho de sua própria superação, num processo dialético. Foi o último dos grandes empiristas do século XVIII, David Hume, que se incumbiu de problematizar a opção empirista, ao declinar uma posição cética. O "problema de Hume", ou seja, a questão da possibilidade de estabelecer generalizações com base na repetição de um determinado fenômeno (o sol que nasce todas as manhãs, no exemplo clássico), constituiu, desde então, a verdadeira chaga do empirismo. O tema será retomado neste capítulo.

acarreta para o bem-estar do indivíduo. No livro IV, Locke define o bem e o mal pelo prazer (ou sofrimento) que a conduta propicia ao indivíduo. Estes seriam sinais que a Providência generosamente concede às criaturas, para iluminar sua conduta.

A esse respeito, a influência de Locke estender-se-ia aos filósofos éticos do século XVIII, na Inglaterra e fora dela, bem como a moral utilitarista compartilhada por Stuart Mill no século passado. É claro que, como Bacon, Newton e Descartes, o autor é suficientemente cauteloso para revestir suas teses de um envólucro cristão, ao alegar que o *summum bonum* de uma conduta eticamente adequada é a felicidade eterna. Em suas próprias palavras:

Porque tudo o que desejamos é apenas ser felizes. Mas, embora esse desejo geral de felicidade opere constante e invariavelmente, a satisfação de qualquer desejo particular *pode ser suspensa* desde que a mente seja determinada para qualquer ação subserviente, até que tenhamos maduramente examinado se o bem aparente particular que desejamos no momento faz parte de nossa felicidade real, e ou não consistente com ela (Locke 1974: 49).

Em seu *Dois tratados sobre o governo*, igualmente editado em 1690, John Locke analisa as formas assumidas pelo poder civil. No primeiro tratado, polemiza com Filmer sobre a questão do direito divino dos reis. O homem reina sobre os outros animais, diz Locke, porém não sobre os outros homens. A subordinação entre iguais, ainda que empiricamente presente em certas condições, não decorre de qualquer preceito divino.

No segundo tratado, o autor propõe uma divisão de poderes – executivo, legislativo e "federativo" – que não é só encarada como apologetica em relação à fórmula parlamentarista adotada pela Revolução Gloriosa, como inspira, quase cem anos depois deste episódio, a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Locke concorda com Hobbes quanto à existência de um "estado natural", que torna os homens livres e iguais, bem como a idéia de que a legitimidade do poder decorre do consentimento. Repudia, porém, a concepção hobbesiana de um estado de guerra permanente. Mais benevolente e otimista, sua visão da natureza humana leva-o a expressar, numa clara alusão à obra de seu antecessor, publicada quase cinquenta anos antes dos *Tratados*, a idéia de que é a conveniência que promove o pacto social:

É nisto temos a clara diferença entre o estado da natureza e o estado de guerra que, muito embora certas pessoas tenham confundido, estão tão dis-

tantes um do outro como um estado de paz, boa vontade, assistência mútua e preservação está de um estado de inimizade, malícia, violência e destruição mútua (Locke 1924: 26).

Contudo, não é em absoluto idílica a visão de Locke sobre o estado da natureza. Não se trata ainda do Bom Selvagem, a cujas virtudes Rousseau entoaria no século XVIII. O argumento básico de Locke funda-se na concepção de que o elo de ligação entre os indivíduos, que os subordina ao governo legalmente constituído, é o desejo de preservar a propriedade. O termo, aqui, assume uma abrangência superior ao conceito jurídico convencional. Entende o autor por propriedade "a vida, a liberdade e o património (*zssets*) do indivíduo". Pelo trabalho de suas mãos, diz ele, o homem apropria-se da maçã que colhe da árvore, da lebre que caça, do peixe que apanha no oceano, daquilo que extrai do lote de terra que lavra. Eis que, no estado natural, a fruição daquilo que foi colocado por Deus à disposição de cada indivíduo é profundamente problemática e insegura, o que faz com que os homens consintam em subordinar-se a um poder comum. Nesse ponto, Locke reitera sua concepção liberal de governo e suas críticas à monarquia absoluta:

Do que ficou dito, é evidente que a monarquia absoluta, que alguns consideram o único governo no mundo é, de fato, incompatível com a sociedade civil, não podendo por isso ser uma forma qualquer de governo civil... (*ibidem* 160).

Ora, se o trabalho fundamenta a propriedade, como justificar a desigualdade na distribuição da terra vigente na Inglaterra de Locke, o direito à herança (tão veementemente defendido pelos latifundiários *whig*), ou a própria escravidão? São questões que permanecem mal respondidas em Locke e como tal são assimiladas pelos adeptos do liberalismo econômico. Sobre o acesso desigual à propriedade fundiária, o autor argumenta que existe um acordo *tácito* entre os homens que o justifica, uma vez que estes "concordaram numa posse desproporcional e desigual da terra" (*ibidem* 140). Sobre os escravos, alega que, tendo sido feitos prisioneiros de guerra justa, estão sujeitos, "por direito de natureza", ao poder arbitrário de seus senhores.

O empirismo de John Locke, os traços hedonistas de sua concepção moral, a noção do Estado fundado no contrato, a exaltação ao direito de propriedade, configuram a nova maneira de pensar a natureza humana e seu destino, explorada à exaustão pelo século das Luzes e seus pensadores. Como bem observa Dumont (1977), cabe a Locke cortar o cordão umbilical da sociedade moderna, na direção de um po-

der cujo fundamento repousa, não mais no domínio de alguns homens sobre os demais, e sim na propriedade e manejo da riqueza. Crucial na superação da forma tradicional de sociedade, o movimento desencadeado pelo pensador inglês ajuda a explicar o primado da visão econômica em nosso universo ideológico. O domínio das relações que se estabelecem entre os indivíduos e os objetos de que detêm a propriedade dá-se, não por mera coincidência, no momento em que a riqueza em sua forma imobilizada – a propriedade fundiária – cede vez às formas móveis de riqueza, expressas em dinheiro, metais ou quaisquer outros símbolos que sejam instrumento de comércio entre homens e nações. Na verdade, a própria terra acaba por converter-se numa modalidade especial de riqueza, passível de arrendamento ou alienação. Assiste-se à crescente monetização da sociedade, extensiva à propriedade fundiária, base de sustento da grande maioria da população europeia do século XVIII, sendo os agricultores qualificados pelos fisiocratas como a "classe produtiva" por excelência. Associado ao primado do indivíduo sobre o todo social, o fenômeno em questão desemboca no fetichismo da mercadoria, a que se refere Marx, modo corrente de pensar dos agentes econômicos no sistema capitalista.*

4.2 *Helvétius e o universo regido pelo interesse*

Um dos principais expoentes do Iluminismo francês, Claude-Adrien Helvétius (1715-1771) notabiliza-se sobretudo por sua obra *De l'Esprit*, publicada em 1758. A despeito do privilégio real, graças ao qual torna-se possível sua publicação, a obra é criticada pelo delfim Luís, filho de Luís XV, condenada pela Sorbonne e publicamente queimada. O autor figura, assim, ao lado de Mandeville e Hume, adiante analisados, como um dos escritores malditos do movimento da Ilustração.

Helvétius define o espírito como a faculdade de pensar do homem. Sob a influência de Locke, admite que esta encerra, de um lado, a capacidade de receber impressões dos objetos exteriores; de outro, a de reter tais impressões na memória. Tudo se reduz a uma faculdade básica, que é a de sentir. O próprio juízo nada mais é do que uma sensação, fruto das paixões humanas ou mesmo de sua ignorância. Nos ani-

* V., a esse respeito, a crítica de Costa (1986: 36).

mais, a sensibilidade e a memória são faculdades embotadas, estéreis, ao contrário do que ocorre no homem. Desta forma, acrescenta o filósofo, as questões debatidas pelos doutores da Igreja, sobre o fato de tais faculdades provirem ou não de uma substância espiritual, não fazem parte da proposta de sua obra. As "quimeras filosóficas" não estão acessíveis à observação dos sentidos e, portanto, não são objeto do trabalho científico.

Um dos fenômenos em relação ao qual a ignorância humana se manifesta, a provocar polémicas infundáveis, é o luxo. O termo é empregado sem qualquer rigor semântico, e denota toda espécie de superfluidades, tudo aquilo que não é de absoluta necessidade para a subsistência humana. Entretanto, do ponto de vista de uma coletividade, o luxo assume outro significado. Ele é útil à nação, segundo filósofos cujo ponto de vista compartilha Helvétius, pois a torna temível em face de seus inimigos externos e faz seus cidadãos felizes. Refletir sobre esta questão evoca a própria utilidade da virtude, em seu sentido mais amplo. O caráter virtuoso ou não da conduta humana está intrinsecamente ligado às circunstâncias em que se manifesta. Assim, os cristãos qualificam de barbárie as crueldades contra eles praticadas pelos povos pagãos. Em contrapartida, porém, alcunham de "zelo" as maldades que cometeram contra os mesmos. A passagem abaixo é ilustrativa:

A classe mais numerosa, à que pertence quase todo o gênero humano, é aquela em que os homens, atentos unicamente a seus interesses, nunca lançaram os seus olhos sobre o interesse geral. Concentrados, por assim dizer, em seu bem-estar, esses homens dão o nome de honestas apenas às ações que lhes são pessoalmente úteis (Helvétius 1973: 205).

Helvétius refere-se à concepção hobbesiana de pacto social, sem impor à mesma as restrições feitas por seus antepassados e contemporâneos do século XVIII. O interesse geral é a medida da conduta virtuosa, argumenta, e o divórcio entre o interesse público e o privado (equivalente, este, à sensação física) conduz à corrupção dos costumes. Os próprios atos heróicos – sacrificar a vida ou a fortuna por um semelhante, por exemplo – têm como motivação a esperança de uma recompensa futura. Helvétius conclui pela importância do interesse como força motriz do universo social, de efeito e potência equiparáveis à lei da gravidade de Newton. Em suas próprias palavras:

Se o universo físico se submete às leis do movimento, o universo moral não deixa de submeter-se às do interesse. O interesse é na terra o poderoso executor, que modifica aos olhos de todas as criaturas a forma de todos os objetos (*ibidem* 206).

O filósofo defende, assim, o princípio da paixão equivalente contrária, a que se refere Hirschman (1979). Com base nesse princípio, o interesse, a ambição, a avareza, o orgulho e outras paixões de natureza semelhante contrabalançam, no homem e na nação, a força da preguiça e da inércia. Enquanto nos países pobres as últimas paixões predominam, nas nações ricas, aqueles que almejam o poder estão providos da riqueza necessária para atender, não só a suas necessidades vitais, como também às "comodidades" da vida. Num realismo (cinismo?) que escandaliza seus leitores, Helvétius proclama que a amizade interessada, embora não seja motivo de lisonja para quem a recebe, nem por isso é menos verdadeira.*

Como manter sob controle esse universo regido pelo somatório de interesses pessoais nem sempre conciliáveis? Pela legislação e pela educação adequadas, extensiva, a última, a todos os cidadãos. Só estas podem conduzir a uma identificação bem sucedida dos interesses individuais. Limitadas são as possibilidades da educação e do sistema legal na resolução dos problemas humanos.

As idéias acima manifestam a adesão indistinta de Helvétius aos ideais e interesses da classe burguesa em ascensão, que almeja o poder e tem a riqueza necessária para conquistá-lo. De que decorre, no clima característico do período que antecedeu a Revolução Francesa, a necessidade de montar artificialmente um quadro jurídico-institucional compatível com as novas condições vividas pela humanidade.

4.3 Os filósofos éticos e a reconciliação entre egoísmo e altruísmo

A pré-história da economia política, nos moldes em que está sendo aqui reconstituída, não ficaria completa sem uma menção a pensadores do século XVIII que têm sido agrupados sob o rótulo de "filósofos moralistas" ou "filósofos éticos". A designação provém do fato de a maior parte da produção intelectual dos mesmos estar voltada para o estudo dos componentes éticos e normativos do comportamento humano, que constitui o primeiro e principal traço comum de sua obra. Outra característica do grupo em questão, cuja presença é detectável

* Plekhanov (1957) remonta um percurso materialista da história da filosofia, desdobrado em três etapas: D'Holbach, Helvétius e Marx.

num primeiro e superficial exame, é sua procedência britânica. Butler, Shaftesbury, Hartley, Tucker e Paley são ingleses. Hume e Adam Smith são escoceses. Hutcheson nasce numa localidade da Irlanda do Norte, porém produz e edita seus escritos na Escócia, razão pela qual é considerado o filósofo do Iluminismo escocês. Finalmente, Mandeville nasce e conclui seus estudos de medicina na Holanda, mas muda-se posteriormente para a Inglaterra, onde publica a grande maioria de suas obras.

Um terceiro e importante elo entre os filósofos éticos decorre de compartilharem a crença no senso moral do homem, para o qual alguns reservam o termo "consciência". Em poucas palavras, apregoam que o ser humano é dotado da capacidade de distinguir o certo do errado, o bom do mau e assim por diante, sem que tais noções lhes devam ser impingidas por terceiros ou decretadas pelo Estado. A maioria dos filósofos mencionados insurge-se, pois, contra a visão pessimista da natureza humana difundida por Hobbes, de que se falou no capítulo anterior. Em contrapartida, acata a perspectiva ética e epistemológica de John Locke, seja em sua concepção da mente como *tabula rasa*, seja na defesa do empirismo como método de conhecimento, seja, enfim, no conteúdo hedonístico de que se reveste sua teoria moral.

Um quarto traço comum aos filósofos éticos do século XVIII, de extrema relevância para a revolução de valores aqui focalizada, é a admissão de que a auto-estima (o interesse, ou outros vocábulos que designam a preocupação do indivíduo com seu próprio bem-estar) não é, em princípio, incompatível com a benevolência ou com condutas pautadas pelo desejo de favorecer outras pessoas. Como se verá no exame mais detalhado de sua obra, os filósofos éticos crêem na possibilidade de se obter um certo equilíbrio entre paixões que em princípio poderiam conduzir o homem a direções conflitantes. Eles admitem o atingimento de um estado de ataraxia, mediante o qual as tendências naturais do ser humano tendem a contrabalançar-se mutuamente e, assim, impedir que a busca da felicidade individual prejudique necessidades e desejos do conjunto da sociedade. Nesse ponto, vale lembrar o que diz Hirschman acerca da mudança decorrente da adoção do termo "interesse" para designar paixões até então rotuladas como avaria ou ambição. Tal mudança tem um efeito positivo do ponto de vista da elaboração e acolhida de um novo paradigma moral. Nas palavras do autor, graças à reversão assinalada, "uma nova expressão, comparativamente neutra e sem cor (permitiu) remover ou atenuar o estigma associado aos velhos

rótulos" (Hirschman 1979: 44).

Uma breve apresentação do sentido geral da obra de alguns dos componentes do grupo ajuda a qualificar melhor as afirmações acima, bem como a trazer à tona indícios de seu papel na pré-história da ciência econômica. Dos filósofos éticos, o primeiro a projetar-se publicamente foi Antony Ashley Shaftesbury (1671-1713), terceiro conde de Shaftesbury, neto do protetor de John Locke e discípulo deste último. Em *Ethics and Politics*, o pensador inglês discorre longamente sobre um tema que, desde Hobbes, figura entre os prediletos de seus compatriotas: as paixões, ou "afeições" humanas. No rol das paixões designadas por Shaftesbury como interesse ou auto-estima, * incluem-se os "movimentos voluntários" dos indivíduos que têm como alvo seu próprio bem-estar. Tais movimentos, diz o filósofo, são compatíveis com a conduta virtuosa, que só benefícios traz aos que a adotam. Shaftesbury admite que, sendo o homem um ser social, a preocupação com o interesse que lhe é próprio e com o interesse comum a seus semelhantes é indistinta. Segue-se que as paixões individuais harmonizam-se na medida em que estejam de acordo com o bem-estar público.

Alguns esclarecimentos devem ser feitos quanto às teses há pouco enunciadas. Na verdade, certas inconsistências na filosofia de Shaftesbury levam críticos como Copleston (1959: 189) a criticar sua falta de precisão e sistematicidade, particularmente no que tange à análise das paixões e às relações entre egoísmo e altruísmo. É inegável que sua teoria ética é construída no contexto de uma visão de mundo mais ampla, caracteristicamente otimista. Nesta, o universo é visto como um todo harmônico, qualidade compartilhada pelo ser humano que o habita. Shaftesbury afirma, em certo momento, que o egoísmo é incompatível com o bem-estar coletivo. Mas, prossegue, tal não ocorre necessariamente e, desde que a preocupação do indivíduo consigo próprio não se mostre contrária ao bem comum, ela não deve ser sumariamente repudiada. Pois, explica, enquanto parte de um sistema moral, a benevolência está enraizada na natureza humana. Destarte, o conteúdo moral de um comportamento qualquer não se esgota em suas qualidades de benevolência.

* O vocábulo inglês é *self-love*, que numa tradução literal corresponderia a auto-amor ou amor próprio. Este último, porém, denota orgulho, brio e sentimentos desse teor e, nesse sentido, parece inadequado para exprimir o conceito.

Um dos principais críticos de Shaftesbury, neste aspecto, é Bernard Mandeville (1670-1733), autor da famosa *Fábula das abelhas*. * O poema, cuja publicação original data de 1705, é considerado um documento de suma importância no processo pelo qual a ciência econômica emancipa-se da moralidade vigente em seu tempo, comparável ao papel desempenhado por *O príncipe*, de Maquiavel, no contexto da ciência política. A fábula é mais ou menos essa: uma colmeia, que simboliza a sociedade humana, vivia em clima de grande prosperidade, a cultivar abertamente três vícios: a fraude, a luxúria e o orgulho. Um belo dia, picadas pela culpa, as abelhas oram a Deus, pedindo-lhe que as ajude a reencontrar a trilha do bem. Sua reza é prontamente atendida: vão-se os vícios, mas em compensação, a prosperidade da colmeia eclipsa-se, o tédio, a preguiça e a pobreza sobreveem.

A mensagem central de Mandeville está contida no subtítulo da obra: vícios privados, benefícios públicos. Seu ponto de vista é detalhado nos ensaios que vão sendo agregados ao poema original, na razão direta das violentas celeumas que provoca. Ele se apóia na convicção de que o indivíduo é anterior à sociedade, ponto de partida do *Leviatã* de Hobbes. A natureza, diz Mandeville, não fez do homem um ser apto a viver em sociedade, mas apenas treinável para tanto. A formação dos hábitos necessários à convivência social implica hipocrisia, visível, por exemplo, na idéia de auto-sacrifício. Portanto, argumenta Mandeville, a existência social do homem não tem fundamento nas virtudes que possam advir da negação ou repressão de sua própria individualidade. Antes, aquilo que neste mundo é chamado de mal – a necessidade de atender a anseios materiais – é precisamente o princípio que leva os homens a viver em sociedade. Percebe-se com nitidez, aqui, a influência da concepção hobbesiana de pacto social. Mandeville assimila essa perspectiva e lhe dá seqüência, admitindo que nem todos os vícios são benéficos à coletividade. Os benefícios públicos resultam, ao contrário, de ações normalmente consideradas viciosas, posto que suscitadas pela luxúria, avareza, orgulho e outras fraquezas inerentes à natureza humana em

* Em 1970, a editora Kaye, de Londres, reimprimiu a obra. Infelizmente, porém, a nova edição rapidamente esgotou-se e não está disponível nas bibliotecas de São Paulo. Assim, os comentários seguintes estão apoiados em trechos citados por Dumont (1977) e Cannan (1904). Ao término deste estudo, a autora teve acesso a uma cópia xerográfica da obra. Por sua importância, originalidade e beleza, o poema é acrescentado no Apêndice.

estado bruto. Submetidas a uma hábil administração (*dextrous management*), tais ações podem ser domadas dentro de um quadro legal e institucional favorável ao bem-estar coletivo. Diz o poema:

(L.) A avareza, raiz do mal,
Esse maldito, perverso, pernicioso vício,
Era escrava da prodigalidade,
(K.) O pecado nobre; (L.) enquanto o luxo
Empregava um milhão de pobres,
(M.) E o orgulho odioso, mais um milhão.
A própria inveja e a vaidade
Eram ministros da indústria:
Sua extravagância predileta, a volubilidade
No comer, vestir-se e mobiliar,
Tornara-se, vício estranho e ridículo,
A própria roda que movia os negócios.

O trecho citado revela ainda o papel preponderante que Mandeville confere à luxúria – e, portanto, ao consumo ou à “demanda efetiva” – como mola propulsora do comportamento humano e da vida econômica em geral. Entre os animais irracionais, o dom da frugalidade, instintivo, explica a pequena dimensão de sua sociedade e a tendência à estagnação que exhibe. Na espécie humana, ao contrário, a luxúria apresenta-se como qualidade inerente, extremamente útil na medida que, ao lado da vaidade e da inveja, encoraja a produção de bens e dá emprego à massa trabalhadora. Aqui, especialmente, Dumont (1977) localiza um traço crucial na transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna. Ele decorre da inversão de primazia, em que os vínculos de subordinação entre os homens cedem lugar às relações que se estabelecem entre os indivíduos e os bens sobre os quais detêm propriedade.

Um outro aspecto a ser analisado, na obra em questão, prende-se ao mecanismo pelo qual os vícios privados, ao se somarem, convertem-se em benefícios públicos. Estaria Mandeville ironizando a situação da Inglaterra de seu tempo, como alegam certos críticos? (v., por exemplo, Robinson 1979: 18-21). Em que consistiria essa administração destra das paixões e qual seria seu segredo? A resposta é dada pelo próprio Mandeville, ainda que sem elucidar o enigma:

...a não ser que eu ponha em dúvida a sinceridade dos reis, bispos e de todo o Poder Legislativo, a objeção contra mim permanecerá válida: tudo o que posso dizer em minha defesa é que na seqüência dos fatos há um mistério além da compreensão humana (*apud* Robinson 1979: 20).

A retomada dos princípios de Shaftesbury, contra Mandeville, dá-se por intermédio de Francis Hutcheson (1694-1746). O filósofo do Iluminismo escocês é autor de *Essay on the Passions* e *System of Moral Philosophy*. A par de sua filiação ao empirismo de Bacon e Locke, Hutcheson insiste na idéia de que o homem é naturalmente dotado de um senso moral. Quanto às paixões, elas são em princípio afáveis (*kind*) e, portanto, de caráter altruísta. Há também paixões voltadas para o interesse pessoal do indivíduo (*self-regarding*). Como reconciliar esses dois conjuntos, dos quais o primeiro conduz à conduta egoísta, e o segundo a atos benevolentes? Através de uma "serena auto-estima" conclui o autor, que permite ao homem atingir um estado de ataraxia, neutralizador de conflitos entre paixões. Nessas circunstâncias, ações emanadas de sentimentos de natureza interessera tornam-se moralmente neutras, ou, pelo menos, só são condenáveis quando prejudicam outrem.

De Cícero, Hutcheson toma emprestado o princípio da "maior felicidade para o maior número possível", fórmula do hedonismo universal, precursora do princípio utilitarista do bem comum. Aritmeticamente calculada, essa forma de moral, além de ser maximizadora em seus efeitos, não prejudica o caráter pacífico da conduta individual.

Os homens naturalmente desejam, mesmo por calmos movimentos da alma, os objetos que concebem como úteis ou vantajosos para qualquer divertimento aprazível, tais como riqueza, poder, honra, sem concebê-los como parte da grande soma (Hutcheson 1968: 10-11).

Outra questão diretamente abordada por Hutcheson é a da propriedade da terra, ponto básico na visão liberal de seu antecessor Locke. Há dois meios de adquirir terra, diz o filósofo: pela ocupação ou cultivo, de um lado, e pela transmissão - mediante herança ou doação -, de outro. Como a propriedade se constitui para encorajar a laboriosidade pessoal, suas dimensões não podem extravar certos limites, sob pena de frustrar as aspirações de parte da humanidade trabalhadora. Justificam-se, assim, as leis agrárias, em plena vigência na Grã-Bretanha de seu tempo. Tais leis impedem que um número restrito de cidadãos faça aquisições imoderadas, e regulam o uso bem como o direito de alienação e transferência da terra agrícola.

O bispo de Butler (1692-1752)* é também integrante do grupo

* O relato do conteúdo da ética de Butler, Tucker e Hartley foi feito, principalmente, a partir da reconstituição de Copleston (1959), uma vez que não foi possível localizar os originais de suas obras nas bibliotecas de São Paulo.

de filósofos éticos do século XVIII. De formação puritana, Butler é incisivo ao proclamar, em *Dissertation on the Nature of Virtue*, que a virtude não se esgota na benevolência. Esta, diz o filósofo, é desenvolvida dentro de certos limites, ainda que não possa concordar com a visão pessimista da natureza humana difundida por Hobbes. Sem dúvida, a benevolência apresenta-se no homem mais como uma afeição dirigida a um subconjunto específico de seus semelhantes, do que como um sentimento voltado para o conjunto da sociedade. Por outro lado, também a auto-estima é um sentimento natural ao homem e o define como criatura racional, capaz de refletir acerca de seu próprio interesse e sua felicidade pessoal. Em Butler, há um deslocamento de ênfase das afeições para o comportamento efetivo, não apenas em seu aspecto exterior, mas enquanto determinado por motivos. Assim, medir o teor moral da conduta apenas por sua capacidade aparente de propiciar a maior cota de felicidade ao maior número de indivíduos é cometer uma grave injustiça. Pois, diz Butler, nunca se pode prever exatamente as repercussões de um certo ato, muitas vezes independentes das intenções do sujeito. A conclusão é do filósofo:

Não há contrariedade peculiar entre o auto-amor e a benevolência; nenhuma competição maior entre eles do que entre qualquer afeição particular e o auto-amor (*apud* Copleston 1959: 196).

Em alguns momentos, Butler contrasta dois tipos de auto-amor: o razoável ou "calmo" e aquele imoderado, que qualifica como pretensão auto-amor, ou egoísmo. Sendo o homem dotado de consciência ou capacidade de discernimento e, tendo a razão por conselheira, o primeiro tipo é o padrão definido pela natureza para governar as demais paixões e mantê-las subordinadas a suas metas. Surge aqui, novamente, a noção de compatibilidade entre a esfera afetiva e a esfera racional, bem como entre auto-estima e altruísmo. A capacidade de distinguir entre bem e mal não é, segundo o filósofo, uma imposição arbitrária de Deus. Muito menos ainda decorre da coação imposta pela sociedade civil, como argumentara Hobbes. Ela constitui, antes, uma opção livremente exercida pelo indivíduo. Os princípios morais que regem a conduta humana formam uma hierarquia, onde a consciência é um princípio de ordem superior, capaz de sobrepor-se aos demais. Nessa medida, enquanto a consciência comanda os atos individuais, o homem age de

acordo com sua natureza. Assim conquista o direito à felicidade.*

Abraham Tucker (1705-1774) também integra o grupo de filósofos éticos do iluminismo inglês. Em *The Light of Nature*, o autor ratifica o ponto de vista de Hutcheson sobre a possibilidade de conciliar a conduta altruísta com a busca da satisfação individual. Vai mais adiante e introduz uma noção que é, ao mesmo tempo, original e curiosa. O que acontece, indaga, no caso de um homem que decide sacrificar sua própria vida pelo bem de seus pais? Aparentemente, estaria contrariando seus interesses pessoais, privando-se de atendê-los em prol da felicidade de alheia. Ora, diz Tucker, existe um "banco do universo" em que se armazena o estoque coletivo de felicidade. Esse estoque, cuja administração compete a Deus, é dividido de acordo com os merecimentos de cada ser humano. Assim, ao trabalhar pelo incremento da felicidade pública - sacrificando sua própria vida, por exemplo -, o indivíduo torna-se inevitavelmente merecedor de uma maior cota de participação no estoque comum. Seu quinhão de felicidade lhe será devolvido no devido tempo, se não nesta vida (o que, no exemplo, é impossível), pelo menos após sua morte.

Dentre os filósofos éticos, uma das figuras mais interessantes é, sem dúvida, a de David Hume (1711-1776). A obra de Hume é particularmente fecunda e seu estilo extremamente agradável. Ela abrange uma teoria do conhecimento, exposta em *A Treatise of Human Nature*** e uma teoria ética, política e econômica, consubstanciada em *Ensaaios morais, políticos e literários*. Um outro traço peculiar ao autor, que o distingue dos demais filósofos éticos, é a resistência enfrentada por seus escritos na sociedade de seu tempo, que culminou, em 1761, com a inclusão dos mesmos no *Index Romano*.

O *Treatise of Human Nature* é constituído de três livros. Destes, o primeiro versa sobre o fenômeno da compreensão humana. Sob a influência declarada de Newton e Locke, Hume analisa o funcionamento

* Viner (1965: 116) aponta a ausência de consideração dos filósofos éticos. Butler, diz ele, qualifica como "escravidão voluntária" o trabalho escravo desenvolvido em condições penosas, nas minas de carvão da Escócia. Tampouco A. Smith pronunciou-se enfaticamente contra a servidão dos *colliers*.

** O primeiro livro do *Treatise* foi posteriormente reeditado, sob o título de *Essays Concerning Human Understanding*, mais conhecido como *An Enquiry Concerning Human Understanding* (em português, *Investigação sobre o entendimento humano*, publicado pela Abril Cultural, coleção "Os Pensadores", 1973).

da mente humana, no processo de aquisição de conhecimento. Não há qualquer conhecimento além daquele que provém da experiência, proclama. "O mais vivo pensamento é ainda inferior à mais embotada das sensações" (Hume 1973:134). Ao contrário do que apregoa Descartes, o homem não cria as idéias. Examinado com atenção, o poder criativo de sua mente resume-se à capacidade de combinar, transpor ou diminuir aquilo que assimila pelos sentidos e pela experiência. Os objetos de que a mente tem consciência são de dois tipos: associações de idéias e questões de fato. As associações de idéias são regidas por três princípios: 1) semelhança, entre uma tela e a realidade que retrata, por exemplo; 2) contiguidade, entre um cômodo da casa e os cômodos restantes; 3) causalidade, quando se associa um ferimento à dor física que o acompanha, por exemplo. Tais relações de idéias podem ser investigadas de forma racional e demonstradas, como a proposição euclidiana de que o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos.

Quanto às questões de fato (*matter of fact*), ou objetos em cuja existência o homem acredita, elas vêm a ele tais como são; suas propriedades e conexões devem ser aceitas como dadas. Não é possível demonstrar, por exemplo, a falsidade da assertiva segundo a qual o sol não nascerá amanhã, contraditória à experiência. Da observação de conjunções constantes entre os fenômenos, o homem infere certas conclusões. Entretanto, seria vão determinar relações de causalidade sem o auxílio da observação em que se fundam. Onde se segue a inutilidade da tentativa de apontar a causa última de uma operação natural, ou de finir a causa das causas.

Nesse ponto, sobressai o ceticismo de Hume, verdadeira chaga da tradição empirista inaugurada por Bacon. Como extrair de um número finito de observações uma lei universal, válida para todos os tempos e espaços? A resposta do filósofo exprime dúvida quanto às conclusões que podem ser obtidas no exame de questões de fato. Vale a pena transcrever uma longa citação textual:

A mais perfeita filosofia natural outra coisa não faz senão entreter durante algum tempo a nossa ignorância; como, talvez, a mais perfeita filosofia moral ou metafísica serve apenas para descobrir mais vastas regiões de ignorância. E assim a observação da cegueira e da fraqueza humana é o resultado de toda filosofia e vem ao nosso encontro em todas as esquinas a despeito de nossos esforços para evitá-la e fugir-lhe... Os filósofos que se dão ares de superior sabedoria e suficiência vêem-se em grandes apuros quando encontram pessoas de índole inquisitiva que os desalojam de todos os cantos onde se vão refugiar e acabam infalivelmente por encurrá-los em algum

dilema perigoso. O melhor meio de prevenir essa confusão é sermos mais modestos em nossas pretensões; e mesmo descobrir por nós próprios a dificuldade antes que ela nos seja lançada no rosto. Por esse meio podemos converter numa espécie de mérito a nossa própria ignorância (Hume 1973: 140-141).

A solução encaminhada por Hume para o ceticismo proveniente da admissão da ignorância humana decorre do costume, ou hábito. Este, diz o filósofo, permite que a experiência seja útil ao homem e o leva a esperar que o futuro reproduza uma conjunção de fatos semelhante à observada no passado.*

Nos dois últimos livros do *Treatise* e, novamente, nos *Ensaaios morais, políticos e literários*, David Hume discorre sobre as paixões. Explica a constituição afetiva ou emocional do homem, caracterizando-a como uma máquina psicológica complexa, em cujo mecanismo a razão desempenha um papel secundário.

Tal como um rio necessariamente segue as várias inclinações do terreno por onde corre, do mesmo modo a parte ignorante e irrefletida da humanidade é governada por suas tendências naturais... mesmo os mais sábios e cultos sofrem uma prodigiosa influência da natureza, e nem sempre está ao alcance de cada um, por mais engenho e esforço que empregue, corrigir sua personalidade e adquirir o caráter virtuoso a que aspira. A filosofia exerce seu domínio sobre muito poucos, e mesmo em relação a estes sua autoridade é extremamente fraca e limitada. Os homens podem ter consciência do valor da virtude, e podem desejar alcançá-la, mas nem sempre é certo que eles consigam realizar seus desejos (*ibidem* 217).

O filósofo define o bem em termos de sentimentos de aprovação que o homem sente ao visualizar determinado comportamento à luz das consequências que acarreta para si mesmo ou para outrem.

Nesse sentido, a atividade moral primitiva consiste no juízo que o indivíduo faz da conduta de seu semelhante. Na base de toda a vida social e da felicidade coletiva, reside o sentimento da simpatia. Esta consiste, diz Hume, em rir com o riso alheio, chorar com o pranto alheio, buscar o bem dos outros tanto quanto o próprio bem. Da simpatia de-

* A influência de Hume foi decisiva no desenvolvimento da metodologia da ciência. Karl Popper, introdutor da postura falsificacionista, dá uma grande contribuição a esse campo de investigação, ao criticar o excessivo dogmatismo da atividade científica e defender a idéia de que teorias e modelos devem ser aceitos se e enquanto não forem contrariados pela evidência empírica (v. Popper 1975).

corre, igualmente, o juízo que o indivíduo faz acerca de sua própria conduta. Neste ponto, Hume aproxima-se de Adam Smith, que, em sua *Teoria dos sentimentos morais*, confere um papel primordial à simpatia. O tema voltará a ser abordado no próximo capítulo deste estudo.

Finalmente, as idéias econômicas de Hume inserem-se, coerentemente, no conjunto de sua filosofia moral. As relações políticas e econômicas são uma extensão dos vínculos mediante os quais os homens vivem em sociedade e dependem uns dos outros. Especificamente, a atividade econômica deriva de um subconjunto de paixões humanas, responsáveis por sua laboriosidade. Cabe ao trabalho gerar o excedente que se torna objeto do comércio humano e, ao estimular a luxúria, incrementar o estoque de felicidade da nação. Em dose excessiva, a luxúria pode ser prejudicial à sociedade. Mas, "com muita freqüência, só podemos curar um vício a partir de outro" (Hume 1955: 32). E, ademais, a luxúria é preferível à indolência e ao ócio. Os escritos econômicos de Hume antecipam várias teses de Adam Smith, contrárias às doutrinas mercantilistas em voga e extensivas a vários segmentos da economia, das vantagens comparativas no comércio exterior às taxas de juro e aos impostos.

David Hartley (1705-1757) é considerado o primeiro formulador da vertente associacionista, central na psicologia moderna. Educado para exercer as funções de ministro na Igreja Anglicana, Hartley recusa-se a subscrever integralmente os artigos de sua doutrina, razão pela qual não pode ser ordenado e decide dedicar-se à prática médica.

Em *Observations*, Hartley incorpora, da ótica newtoniana, a idéia de que as sensações são transmitidas através do éter, por vibrações nas partículas dos nervos. Essas vibrações são a única fonte das idéias humanas. Algumas delas são moderadas, diz o autor, e produzem prazer; outras, violentas, e acarretam dor. A vida mental do homem é explicável pela associação, ou seja, pela ação conjunta de sensações e idéias contíguas ou sucessivas. Assim, embora o senso moral e as afeições altruístas não sejam características inerentes à natureza humana, podem emergir, pela associação, de afeições interesseiras (*self-regarding*). O autor traça um processo evolutivo, que conduz dos prazeres mais baixos (prazeres sensoriais, interesses) aos mais elevados (amor a Deus, auto-negação). Entre os dois grupos, situam-se a benevolência e a simpatia, através das quais se dá o trânsito de um para outro extremo. Hartley conclui que todos os atos da psique humana podem ser, em última análise, atribuídos a uma única lei de associação, responsável pela

compatibilidade entre a busca da satisfação pessoal e o altruísmo ou a benevolência.*

Pelo conjunto das características assinaladas, os filósofos éticos do século XVIII são considerados precursores do utilitarismo de Jeremy Bentham e Stuart Mill, no século seguinte, com tão notórias repercussões na teoria econômica. A idéia de um espírito de benevolência universalmente distribuído, decorrente de um senso moral interno ao ser humano, associada à crença numa natureza movida pela busca da felicidade, concorrem inegavelmente para a superação da ética baseada no controle e na repressão de paixões naturais. Dá-se, por essa via, a ruptura com a moral da Idade Média, sem que se negue a concepção de uma Providência benfazeja. O clima torna-se particularmente propício para o surgimento de uma nova ciência, a economia, eticamente embasada na harmonia entre egoísmo e altruísmo. Adam Smith, outro integrante do grupo de filósofos analisado, será objeto do capítulo que se segue.

* William Paley (1743-1805) também é considerado integrante do grupo de filósofos éticos. Entretanto, sua primeira obra, *The Principles of Moral and Political Philosophy*, de 1785, é posterior à *Riqueza das Nações*; razão pela qual não pode ser considerado propriamente um precursor de Adam Smith. Paley desenvolve uma moral claramente utilitarista, e exerce influência sobre Charles Darwin ao tratar das "adaptações", a que a natureza se vem submetendo através dos séculos (v. Copleston 1959: cap. 10).

CAPÍTULO 5

ADAM SMITH, MORALISTA E PAI DA ECONOMIA

Smith é o próprio epitome do Iluminismo: esperançoso, mas realista; especulativo, mas prático; sempre respeitoso do passado clássico, mas dedicado à maior descoberta de seu tempo: o progresso.

R. L. RE.
Enciclopédia Britânica

Nos capítulos anteriores, focalizou-se uma longa trajetória do pensamento filosófico da Idade Moderna, pontilhada por brilhantes intuições individuais, ainda que cheia de percalços. De Maquiavel aos filósofos éticos do Iluminismo europeu, as obras lançadas e as idéias difundidas pelas mesmas tiveram, num prazo variável, abertas as eclusas para sua manifestação. A proposta de uma nova teoria do conhecimento, com expresse fundamento empirista; uma teoria ética que foge à tradição, ao definir bem e mal a partir de metas estabelecidas pelo indivíduo; a concepção de um estado natural, onde os homens são dominados por suas paixões; a necessidade de um pacto capaz de unir as vontades e garantir a harmonia social; a idéia de uma conduta pautada pelo cálculo racional, consoante necessidades e conveniências dos indivíduos; o primado das paixões razoáveis, associado ao reconhecimento da possibilidade de um acordo entre o interesse próprio e a utilidade social, na direção de uma espécie de "egoísmo esclarecido"; a admissão de que a propriedade privada é um direito natural, tanto quanto a liberdade de culto e de pensamento; a mudança de concepção do Estado, de um

poder inexorável fundado em mandato divino, a uma concepção liberal, em que o assentimento é alçado a primeiro plano; a distinção entre a esfera do poder civil e a do poder religioso, com a conseqüente ruptura da hegemonia da Igreja sobre questões públicas; são todos ingredientes de vital importância na revolução de valores em curso durante mais de três séculos, que cede vez à forma moderna de sociedade.

Dentre os filósofos éticos do século XVIII focalizados no capítulo anterior, um nome merece ser objeto de um capítulo à parte deste livro, por sua contribuição ao advento da ciência econômica. Trata-se de Adam Smith (1723-1790), autor de *The Theory of Moral Sentiments** – aqui designada por *Teoria* – e da *Investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações* – aqui designada por *A riqueza das nações*. No século das Luzes, da Declaração dos Direitos do Homem e da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, Smith prenuncia o liberalismo do século XIX e constrói uma teoria moral consentânea com um clima de individualismo, confiança no progresso e mudanças institucionais. Antes de passar à análise de sua contribuição, convém fazer uma breve digressão sobre um grupo de pensadores que tiveram grande influência em sua concepção econômica: os fisiocratas, de cuja companhia privou pessoalmente.

5.1 *Os fisiocratas e a idéia de um circuito econômico*

Para entender a obra daquele que é considerado o fundador da Economia Política, é importante investigar um sistema teórico que o influenciou de perto, elaborado por um grupo de pensadores franceses auto-denominados "*les économistes*". Gournay, Mercier de la Rivière, Dupont, Mirabeau e Quesnay integram este conjunto de intelectuais do século XVIII, cujo mérito central reside em sua capacidade de perceber a economia como um ciclo e como um circuito capaz de auto-regulação.

Desde meados do século, as crescentes dificuldades enfrentadas pela monarquia francesa para preservar seu comando sobre a máquina política e sobre a sociedade civil abrem um espaço privilegiado para estudos sobre tributação e finanças. Cabe aos fisiocratas apresentar um corpo teórico e doutrinário consistente e fechado, que se pretende am-

* Não se tem conhecimento de edição da obra em língua portuguesa. Há edição espanhola, pelo Colégio de México, de 1941.

T H E

T H E O R Y

O F

M O R A L S E N T I M E N T S .

BY ADAM SMITH,
PROFESSOR of MORAL PHILOSOPHY in the
University of GLASGOW.



L O N D O N :
Printed for A. MILLAR, in the STRAND ;
And A. KINCAID and J. BELL, in EDINBURGH.
M D C C C L I X .

Frontispício da primeira edição de *A teoria dos sentimentos morais*,
de Adam Smith.

parado na "ordem natural" imposta por Deus à sociedade. Com base neste fundamento, os autores prescrevem as regras supostamente mais vantajosas para a administração dos negócios do Estado e para a conviência dos homens em sociedade.

É interessante registrar que nem o próprio Smith atreveu-se a falar abertamente em "leis", no sentido econômico da expressão. Os fisiocratas o fizeram. E mais: fizeram-no a partir de uma concepção liberal, abertamente contrária à dos mercantilistas. Nesta concepção, ao Estado cabe um papel menor, de mero guardião do livre funcionamento do mercado. Não deixa de ser uma ironia o fato de adotarem o mote *laissez-faire, laissez-passer*, na clássica expressão do pensamento liberal. O que é curioso é que se trata a um só tempo de uma lei e um preceito, um ser e um dever ser.

François Quesnay (1694-1774), médico da corte francesa, de cuja companhia Smith privou pessoalmente em Paris e em Versailles, é autor do conhecido *Tableau Économique*. Como se sabe, o aspecto inovador do Quadro é o fato de retratar a economia como um sistema. Seus zig-zags descrevem o processo de circulação do produto líquido entre as três classes da sociedade: a classe produtiva, integrada pelos fazendeiros, aos quais dedica todo um capítulo na *Encyclopédie de Diderot*; a classe dos proprietários de terra, inclusive governo e autoridades eclesiásticas; e a classe estéril, constituída pelos trabalhadores da indústria.

No quadro de Quesnay, a circulação de dinheiro e de produtos é sujeita a leis, num processo cíclico, que se reproduz. A analogia com o organismo biológico não é gratuita, nem decorre simplesmente da formação médica do autor. Como um corpo físico, o sistema retratado divisa formas de resistir a ingerências externas. Trata-se, na verdade, de um modelo teórico, que descreve simplificada e simplificada mais complexa. Na circulação de riqueza, o papel crucial cabe à classe produtiva, integrada pelos fazendeiros. São estes os verdadeiros empresários, condutores e organizadores do trabalho alheio. Para o melhor funcionamento do conjunto, é necessário remover todos os obstáculos à livre exportação de cereais e outras matérias-primas agrícolas, inclusive corvéias, guildas e outras sobrevivências feudais. O comércio andaria melhor se deixado à própria sorte, com ampla liberdade de organização.

É importante notar que Quesnay percebe um elemento essencial na montagem do sistema teórico da Economia Política, que é a velocidade de circulação da riqueza. Esta assume uma importância superior à

da própria quantidade de riqueza. Em suas próprias palavras:

Não há talvez hoje menos riquezas pecuniárias no reino do que no século passado; mas para julgar o estado de tais riquezas, é preciso considerá-las não apenas de acordo com sua quantidade, mas também de acordo com sua circulação relativa e sua quantidade, ao débito e ao bom preço das produções do reino (Quesnay 1969: 182).

Na interpretação de Dumont (1977) o Dr. Quesnay coloca seus leitores diante de um paradoxo. Todos concordam que sua genialidade foi crucial para a constituição da ciência econômica como um campo especial de investigação, objeto regido por leis próprias e passível de apreensão pela mente humana. Contudo, o autor viveu na França, onde a agricultura ainda era, naquele momento histórico, o único setor realmente dinâmico da economia, e não na Inglaterra, em pleno processo de industrialização! Nesse *habitat* e com as limitações por ele impostas, Quesnay foi capaz de montar um quadro com cinco linhas e seis pontos de partida e chegada, onde o domínio econômico é visualizado como um todo consistente, um conjunto de partes interrelacionadas. Na verdade, a despeito de seu declarado favoritismo pela agricultura, o pensador francês deu um passo decisivo em termos de uma leitura econômica dos fatos. Apregoou que a riqueza provinha da terra, mas conseguiu distinguir a terra como fonte de poder e fator de conservação do *status quo*, como patrimônio imobilizado, da terra como geradora de produto, graças à qual a sociedade é nutrida pelo trabalho e pela iniciativa humana.

Após essa breve digressão sobre alguns pontos essenciais da contribuição dos fisiocratas, a seção que se segue introduz o conteúdo central deste capítulo, que é a discussão do paradoxo de Adam Smith.

5.2 Uma obra paradoxal?

O principal ponto analisado neste quinto capítulo diz respeito àquilo que tem sido convencionalmente denominado de "problema de Adam Smith", ou "paradoxo de Adam Smith". Em poucas palavras, tal paradoxo associa-se a uma suposta contradição entre a *Teoria*, que tem na simpatia o sustentáculo de sua concepção ética, e *A riqueza das nações*, que realça a idéia de um homem movido pelo cálculo egoísta.* A

* Os comentários a respeito do paradoxo, tal como transparecem em críticos dos séculos XIX, baseiam-se na introdução de Raphael e Macfie à edição da *Teoria* feita pela Clarendon Press, de Oxford (Raphael e Macfie 1976).

começar por Bruno Hildebrand, em 1848, logo seguido por Carl G. A. Knies, em 1853, sustentam alguns críticos que Smith teria sido contaminado por influências materialistas em sua passagem pela França, e que o impacto destas influências seriam visíveis no conteúdo de sua *A riqueza das nações*. H. T. Buckle atribui tal modificação à posição metodológica de Smith. Esta consistiria num processo peculiar de dedução, transposto da geometria. Diante de diferentes conjuntos de premissas, o analista seleciona um conjunto válido para determinado contexto, a partir do qual deduz suas implicações; no momento seguinte, ele faz raciocínios complementares, com base nos demais conjuntos de premissas. Assim, cada argumentação parcial, vista isoladamente, permanece incompleta. Na *Teoria*, Smith teria dedutivamente chegado a focalizar o lado simpático da natureza humana; em *A riqueza das nações*, seu lado egoísta. Simpatia e egoísmo configurariam, na visão de Buckle, uma classificação exaustiva dos motivos que regem a conduta humana.

No último quartel do século XIX, Witold van Sharzyński acata o ponto de vista de Buckle quanto à ocorrência de mudança de enfoque na produção intelectual de Smith, decorrente da viagem do mesmo à França. Acrescenta, ainda, que falta originalidade ao filósofo escocês, na medida em que extrai integralmente sua filosofia moral de Hutcheson (de quem foi aluno) e de Hume, ao passo que suas concepções econômicas são assimiladas dos estudiosos franceses. Sharzyński, Buckle, Knies e Hildebrand aderem à chamada *umschwungtheorie*, teoria da mudança, numa tradução literal. De acordo com esta, em Smith, o filósofo moral que privilegiara o altruísmo como motivação da conduta humana é substituído pelo economista, que enxerga no egoísmo a força motriz do comportamento humano.

Vários contra-argumentos podem ser apresentados em repúdio à *umschwungtheorie*, a começar pela própria última edição da *Teoria*, publicada em 1790, às vésperas da morte do autor. Na "advertência" ao leitor que abre o texto, o autor declara que, com *A riqueza das nações*, havia podido cumprir parcialmente a promessa que fizera ao término da primeira edição de sua *Teoria*. Restaria apenas por formular uma teoria de jurisprudência. Incumbe-se o próprio Smith, portanto, de repudiar a tese de uma solução de continuidade entre os dois livros.

Muitos críticos e profundos conhecedores da obra de Smith são incisivos ao qualificar o paradoxo apontado como um falso problema. "É hoje de convencional sabedoria", alerta Recktenwald, por ocasião da comemoração do ducentésimo aniversário de *A riqueza das Na-*

ções, "que o chamado 'problema de Adam Smith', o conflito entre sua percepção de uma personalidade humana multifacetada na *Teoria* e do homem econômico na *Riqueza*, está ultrapassado. Tratava-se de um pseudo-problema, baseado, possivelmente, na ignorância e, com certeza, num entendimento equivocado dos termos 'simpatia' e 'auto interesse'" (Recktenwald 1978: 66).

Contudo, por maior que possa ser hoje o consenso em torno do tema, revolver os fundamentos filosóficos e éticos que sustentam as duas obras parece pertinente para os propósitos deste estudo. Ainda que se reconheça, de antemão, estar diante de um falso problema, cabe colocar algumas questões sobre os liames existentes entre as duas mais citadas obras de Smith. Como reconciliar os sistemas teóricos subjacentes à *Teoria* e à *Riqueza das nações*, entendendo-os como parte de um sistema mais amplo? Ou, antes: até que ponto a segunda obra pode ser interpretada como um desdobramento da visão do mundo veiculada pela primeira, com uma simples mudança de acento e restrição do escopo da investigação? Ainda, como explicar que *A Riqueza das nações* trate uma sociedade onde o que traz o alimento à mesa é o interesse do padeiro, do açougueiro e do fabricante de cerveja, e não sua boa-vontade ou seu altruísmo? A que atribuir o fato de que a ambição e outras paixões de cunho egoísta, para as quais a *Teoria* reserva não mais do que alguns capítulos, constituam uma força vital tão proeminente na segunda obra? Com que critério enquadrar concepções como estas, num filósofo moral que polemiza com Mandeville? Como, em suma, situar a obra que constitui o atestado de nascimento da ciência econômica, no plano de fundo mais amplo da revolução de valores em curso na Idade Moderna?

A empreitada envolvida nas respostas solicitadas será aqui desdobrada em três etapas sucessivas. Na primeira delas, o foco de análise é a *Teoria*, com especial ênfase sobre os conceitos de simpatia e espectador imparcial; na segunda, investiga-se a polémica de Smith com Mandeville, com o intuito de perceber melhor a concepção de egoísmo desenvolvida pelo primeiro; na terceira, finalmente, *A riqueza das nações* é analisada à luz das implicações sugeridas pela primeira etapa, bem como do processo intelectual aqui designado de pré-história da ciência econômica. A revolução de valores retratada, que transborda da teoria do conhecimento e da ética para a própria concepção do homem e do mundo, tem em Smith um elo importante, crucial para a ciência econômica tal como vem à luz. Por sobre as discordâncias expressas por

este em relação aos filósofos que o antecederam e com quem conviveu de perto, para a visão de um amplo movimento, que reconcilia os antagonistas e os faz coniventes do ponto de vista da concepção de um ramo específico das ciências sociais.

5.3 A simpatia e o espectador imparcial

Na *Teoria*, publicada pela primeira vez em 1759, Smith reconstrói sistematicamente os fundamentos da "natureza humana", em especial sua faculdade de formular juízos morais sobre o comportamento. Na pista de Hobbes, Spinoza, Locke e tantos outros filósofos modernos, o autor apresenta um rol das paixões características à natureza humana. Pela Providência, foi o homem dotado de um conjunto de propensões básicas, cumumente denominadas de paixões. Tais propensões manifestam-se com graus variáveis de intensidade e, em função disso, mostram maior ou menor adequação às normas de convivência social.* Assim, existiria no homem uma aversão natural a manifestações mais violentas dos apetites físicos, que configurariam paixões "ingovernáveis", em contraste com aquelas que implicam auto-comando.

Além das paixões físicas, Smith distingue quatro outros grupos: 1) as paixões que decorrem da imaginação, como o amor homossexual; 2) as paixões sociais; 3) as paixões não sociais; 4) as paixões egoístas. O primeiro grupo é constituído por propensões que despertam pouca simpatia nos indivíduos envolvidos na situação como meros observadores. Embora inevitáveis num certo momento da vida, admite o autor, tais paixões "são sempre em alguma medida ridículas" aos olhos de terceiros, pois o grau de intensidade que exibem lhes parece desproporcional ao objeto do amor. As paixões não sociais incluem sentimentos como o ódio e o ressentimento ou indignação, inerentes ao caráter humano. Embora desagradáveis, diz Smith, têm certa utilidade. Elas são benéficas ao indivíduo, na medida que tornam improvável que venha a ser insultado ou injuriado impunemente; e, à coletividade, por promoverem maior justiça e igualdade na administração do bem público. Quanto às paixões sociais, a lista é extensa: generosidade, humanidade, amabilidade

* O termo inglês correspondente à palavra "adequação", acima, é *propriety*. Ele designa o padrão socialmente aceito na conduta ou no discurso, conforme aos costumes de uma sociedade educada. A este tema Smith consagra praticamente toda a primeira parte de sua *Teoria*.

de, compaixão, amizade e estima mútua, todas elas afeições de cunho social e caráter benevolente. Finalmente, as paixões egoístas ocupam um espaço intermediário entre as paixões sociais e as não sociais. Elas comportam sentimentos de alegria ou tristeza, quando decorrem da boa ou má sorte do indivíduo, respectivamente, em circunstâncias específicas. Ainda que tais sentimentos venham à tona com uma intensidade superior à desejável, nunca chegam a ser tão desagradáveis quanto as paixões não sociais, expressas no mesmo grau. Em contrapartida, mesmo quando se mostram plenamente adequados e proporcionais aos objetos que despertam alegria ou tristeza, nunca são tão agradáveis quanto a benevolência e outras afeições amáveis. No plano individual, as diferentes paixões tendem a contrapor-se umas às outras e equilibrar-se reciprocamente, configurando um balanço de que Smith diz ter se dado conta graças a "my lord Shaftesbury".

Na tradição estabelecida pela filosofia natural de Newton, o autor descreve a máquina do universo como um sofisticado engenho construído pela Providência benfazeja. Capaz de executar movimentos harmoniosos e regulares e produzir centenas de efeitos agradáveis, a máquina configura um universo que se contrapõe ao estado de guerra permanente de Hobbes. Smith patenteia, na passagem abaixo, o teo- deista de sua filosofia.

A idéia deste ser divino, cuja benevolência e sabedoria, desde toda a eternidade, planejou e conduziu a imensa máquina do universo, a fim de produzir a maior quantidade possível de felicidade é, certamente, de todos os objetos de contemplação humana, de longe o mais sublime (Smith 1966: 347).

Percebe-se ademais, no trecho transcrito, uma concepção semelhante ao "banco do universo", de Tucker, bem como ao princípio da maior felicidade para o maior número possível, que Hutcheson tomara de empréstimo a Cícero.

O universo em equilíbrio smithiano reproduz-se no clima de harmonia entre as nações. Tal concepção não só pode ser considerada avançada em relação às doutrinas mercantilistas mais ortodoxas, como se contrapõe ao clima de guerra da segunda parte do século XVIII, em meio ao qual a *Teoria* foi publicada. Smith menciona explicitamente a França e a Inglaterra, e insiste em que cada nação deve estar empenhada em promover a grandeza de suas vizinhas. Devem as nações modernas constituir objeto de emulação umas para as outras, acrescida, e não fator de preconceito ou inveja.

Tem-se aqui, com nitidez, a idéia de sistema, que perpassa toda a

obra. Viner (1968), um dos mais autorizados críticos de Smith, chama a atenção do leitor para a palavra "teoria", integrante do próprio título do livro. Sua presença ali não é fortuita. Ela sugere a intenção de construir um sistema explicativo e, portanto, denota a opção deliberada por um padrão de abstração. Não se propõe o autor a resgatar todos os fatores considerados relevantes do mundo real, mas apenas a dimensão da psique humana diretamente envolvida nas inter-relações entre os homens - os sentimentos morais, de aprovação e desaprovação que provêm destas inter-relações. Tais sentimentos situam-se, ainda segundo Viner, a meio caminho entre os instintos básicos, que definem a natureza animal do ser humano, e o cálculo racional.

Nesse ponto, é importante observar que, embora Smith conceda um papel privilegiado à razão, sua principal ênfase é posta na vontade, ou seja, no livre-arbítrio do homem, iluminado pela razão. É à vontade que cabe o comando sobre a conduta, na direção de fins pré-determinados. Tal como a maioria dos filósofos éticos, o autor argumenta que a razão não pode tornar um objeto agradável ou desagradável ao homem. Não lhe cabe, tampouco, forjar suas primeiras percepções do certo e do errado. Estas advêm dos sentidos, em primeira instância. O papel da razão é formular de maneira explícita as normas morais e, por essa via, guiar emoções e instintos naturais.

A esse respeito, Schneider (1967) comenta que um dos aspectos mais notáveis da análise da mente humana empreendida pelos filósofos éticos escoceses em geral é sua aguda consciência dos limites da razão, em plena era da mesma. Em Smith, tal como entre seus compatriotas, a razão não é feita do mesmo estofo das paixões. Sua tarefa é ajustar meios a fins, ou estabelecer uma certa harmonia entre fins já definidos e procedimentos necessários a sua obtenção. Mas ela é incapaz, por si só, de constituir a motivação ou a "paixão" capaz de fazer de uma simples atitude mental um ato e um fato.

Qual é o caminho metodológico adotado por Smith, no tratamento de seu objeto de estudo? Sem dúvida e, ao contrário do que preconiza Buckle, o autor defende a importância da experiência e da indução como fundamento do saber. Retoma, sob esse aspecto, o método inaugurado pelos empiristas ingleses, desde Bacon. Suas conclusões apóiam-se num duplo processo de observação: observação do comport-

tamento alheio, de um lado, e observação interna ou introspecção de outro.* As máximas morais, por exemplo, são formadas a partir da observação de uma grande variedade de instâncias particulares, diz o autor. Face às mesmas, o homem experimenta sentimentos de agrado ou desgosto, aprovação ou desaprovção, desejo ou aversão. Nesse processo, os sentidos e as emoções deles emanadas assumem proeminência (*ibidem* 469-471). Ainda que o autor preconize que venham à tona de forma calma e controlada, à semelhança do que propugna seu mestre Hutcheson (a quem Smith refere-se expressamente), ou mesmo Butler.

É importante deslindar, aqui, algumas dimensões desse sentimento natural ao homem, que é qualificado como simpatia. Em seu significado mais primitivo e específico, por simpatia deve-se entender a identificação com o sofrimento alheio característica ao ser humano. Este sentido remete à própria etimologia da palavra, "sofrer com". Su- gere, igualmente, a noção de um sistema simpático, na acepção fisiológica do termo. Como se sabe, o sistema simpático, enquanto parte do sistema nervoso, é responsável pelos batimentos cardíacos, pela pulsação das veias e pela dilatação das pupilas, em oposição ao sistema parassimpático. O conceito de simpatia antecipa portanto o de empatia, que ganharia proeminência na teoria sociológica sobre grupos de referência. Merton (1964: 382) define empatia como compreensão simpática da sorte alheia, capacidade de colocar-se no lugar dos outros. Ele mostra como este sentimento funciona no sentido de atenuar as pressões sofridas pelos indivíduos em circunstâncias que envolvem conflitos de papéis.

Na convivência com seus semelhantes, o homem conta com um conjunto de espelhos através dos quais pode observar sua imagem, a beleza ou deformidade desta perante aqueles com quem interage. Tal como em Hume, o termo simpatia reveste-se de uma acepção mais ampla do que aquela contida em sua acepção primitiva, e denota também a capacidade de compartilhar da alegria de outrem. O conceito está intimamente ligado a outro conceito crucial na *Teoria*, que é o de especta-

* Este é também o método adotado em *A riqueza das nações*, associado, porém, como se discutirá a seguir, à pesquisa de uma imensa massa de dados empíricos. Blaug (1980), em seu retrospecto da metodologia da ciência econômica, resalta a prevalência desse método, no qual a introspecção desempenha um papel crucial, em toda a economia do século XIX, particularmente Stuart Mill, Senior e Cairnes.

dor. Há, na verdade, dois tipos de espectadores da conduta individual: o observador externo que, em situações concretas, expressa sentimentos de aprovação ou desaprovção diante da conduta individual; e o espectador imparcial propriamente dito, "o homem dentro do peito", ou "o homem consigo mesmo". Há reiteradas menções a este personagem, cujo papel é reforçado na última edição da obra:

O homem sábio e virtuoso dirige sua principal atenção ao primeiro padrão – a idéia de adequação exata e perfeição. Existe na mente de cada homem uma idéia deste tipo, gradualmente formada de suas observações do caráter e da conduta, tanto de si mesmo quanto de outras pessoas. É o trabalho lento, gradual e progressivo do grande demiurgo dentro do peito, grande juiz e árbitro da conduta. Esta idéia está mais ou menos perfeitamente delineada em cada homem, seu colorido é mais ou menos justo, seus contornos mais ou menos exatamente traçados, de acordo com a delicadeza e agudeza da sensibilidade com a qual aquelas observações foram feitas, e de acordo com o cuidado e a atenção empregados em sua confecção (*ibidem* 363).

Na análise de críticos como Schneider (1967: xxvii), o espectador imparcial constitui uma antecipação do superego freudiano, da mesma forma que, como já foi visto, o conceito de simpatia antecipa a empatia sociológica. O critério de julgamento da conduta do indivíduo forma-se a partir dos reflexos de sua imagem no conjunto de espelhos em que se mira. Nesse sentido, é como se um representante da sociedade agisse no interior da psique humana.

Já é mais problemático concordar com Schneider quando aponta uma certa indeterminação no conceito de espectador imparcial. É inegável que Smith admite que os sentimentos suscitados pela ação do indivíduo naqueles que o cercam podem ou não ser adequados. Há irregularidade nesses sentimentos, de tal sorte que, em conformidade com as leis da natureza, uma mesma ação pode ser julgada diversamente pelo mesmo observador quanto a seu mérito. Os observadores externos podem errar em suas apreciações. A própria linguagem com que Smith fala do espectador, na terceira pessoa do singular, favorece essa interpretação, uma vez que a espécie humana, por seu lado, é, em geral, designada por "nós". Observe-se, a propósito, a seguinte passagem sobre as reações desencadeadas pelas manifestações de raiva:

A insolência e a brutalidade da raiva, quando nos deixamos levar por sua fúria sem freio ou restrição é, de todos os objetos, o mais detestável. Mas admiramos o nobre e generoso ressentimento que governa sua perseguição às maiores injúrias, não pela ira que pode excitar no peito do sofredor, mas pela indignação que naturalmente desperta no peito do espectador imparcial... (*ibidem* 27).

Três personagens diferentes participam da situação descrita: o "nós", como representante dos observadores externos; o sofredor, agente dos sentimentos descritos; e o espectador imparcial, que presencia a cena e face a ela se indigna.

Ora, se é possível avaliar a pertinência dos sentimentos experimentados pelos observadores externos, ou julgar sua adequação em cada caso, a quem caberia a decisão final? À primeira vista, Smith parece sugerir a necessidade de um espectador dos espectadores, ou de um juiz dos juizes, instância última de julgamento. Entretanto, a idéia de um estado de equilíbrio, que transparece em toda a obra, pode desfazer essa interpretação. O conjunto de espelhos em que cada sofredor se mira, ao dar vazão à sua raiva, torna aleatórias as distorções que cada um deles isoladamente provoca. Em média, é possível admitir que os desvios se anulam uns aos outros e, portanto, que o espectador imparcial seja a personagem incumbida de compatibilizar as reações dos diferentes observadores externos.

Este ponto remete a uma questão importante, sobre o teor básico da *Teoria*. Seria ela uma obra de conteúdo positivo ou normativo? Em que medida estaria empenhada em difundir padrões morais, em que medida em retratar o movimento efetivo dos homens em sociedade? Tratando-se de uma obra no campo da Ética, "exortativo" talvez seja o termo mais indicado para exprimir seu caráter fundamental. Sem dúvida, Smith salienta as virtudes que, a seu juízo, devem ser cultivadas pela espécie humana, bem como os vícios de que se deve afastar. Como Maquiavel quase duzentos e cinquenta anos antes, o autor pretende estimular certo tipo de comportamento considerado desejável à luz de uma análise objetiva das condições reais. Essa mistura do normativo com o não normativo persistiria em *A riqueza das nações*, visceralmente comprometida com a sugestão de políticas econômicas, denotada pela extraordinária base de investigação empírica que a sustenta.

Não obstante o caráter exortativo da *Teoria*, o autor é cético quanto à possibilidade de influir decisivamente sobre a conduta humana, seja no incentivo à virtude, seja no desestímulo ao vício. Tal ceticismo é explícito quando nega os efeitos práticos da ética de Mandeville. Ademais, várias passagens revelam um conhecimento agudo do caráter humano, senão em seus pretensos traços universais, pelo menos tal como o enxerga no momento estudado, "o homem como ele realmente é" do Iluminismo. Quando o indivíduo avalia seu próprio mérito, diz Smith a propósito do auto-comando, tem por hábito tomar dois pa-

drões de comparação diferentes. O primeiro deles é posto de forma absoluta, e pressupõe a perfeição total; o segundo corresponde ao "grau de aproximação" comumente atingido pela maioria dos homens com quem convive. Paralelamente, a atenção dispensada a cada um desses padrões é variável de indivíduo para indivíduo. Aqueles que têm em mente o padrão absoluto se afastam de uma atitude arrogante, e são levados à humildade e ao remorso quando avaliam o mérito de sua conduta. Ao contrário, na medida em que boa parte dos indivíduos dirige sua atenção preferencial para o segundo padrão, seu julgamento se faz em função de estar acima ou abaixo daqueles com os quais se compara. (Na linguagem de hoje, este segundo e mais frequente tipo de comparação equivaleria a uma comparação com a média ou outra medida de tendência central.)

No capítulo que sintetiza a segunda parte da *Teoria*, cujo tema é o mérito e o demérito, Smith alerta o leitor, em nota de rodapé, para o fato de que sua investigação não se prende a questões de direito, mas sim a questões de fato (*matter of fact*). Remete, assim, a um tema que, como já foi visto no capítulo anterior, é um dos favoritos de Hume. O que está em jogo, diz Smith, não são os princípios que um ser perfeito aprovaria no julgamento de ações más. Antes, estão sendo examinados os princípios que o homem, criatura fraca e imperfeita, aprova de fato.

Talvez o ponto mais ilustrativo da proposta smithiana de observar o homem "como ele realmente é" seja a forma de tratamento dispensada ao sistema de estratificação social vigente à sua época. Há posições superiores e inferiores na sociedade, constata o autor. As cortes palacianas ocupam o primeiro posto e, como tal, ditam a moda, tornando seus próprios vícios e caprichos fontes de emulação para as demais camadas sociais. Ofuscados pelo brilho dos indivíduos situados nas camadas superiores, os de posição inferior (média e baixa), ao aspirar à fortuna, comumente abandonam a trilha do bem. Pois, acrescenta Smith, "infelizmente, a estrada que leva a uma [à fortuna] e aquela que leva ao outro [ao bem] localizam-se, por vezes, em direções exatamente opostas" (*ibidem* 86). Na última edição da *Teoria*, o autor dedica todo um capítulo novo à "corrupção dos sentimentos morais" decorrente da propensão humana a admirar os ricos e poderosos, bem como a menosprezar os pobres e os de condição média. Este ponto será retomado mais adiante neste capítulo.

Dentre as virtudes exaltadas na *Teoria* destacam-se a prudência, o auto-comando, a benevolência e a justiça. A benevolência, universal-

mente distribuída por Deus, atribui-se a simpatia que o homem sente pela miséria daqueles cuja felicidade é perturbada. Esse sentimento, que extravasa as fronteiras nacionais, não seria concebível sem a presença de um ser capaz de harmonizar os movimentos do universo. Graças à prudência, por outro lado, o indivíduo é levado a encarar sua prosperidade pessoal com moderação, para evitar sentimentos de inveja que possa despertar em outrem. O auto-comando é a virtude dos fortes de espírito. Influenciado pela filosofia dos estoicos, revista com especial cuidado na última edição de sua obra, Smith dá uma atenção redobrada a esta qualidade. Basicamente, ela é uma fonte de controle sobre as paixões naturais do indivíduo, que podem levá-lo a violar as regras razoáveis de conduta. O auto-comando é comparável à consciência, e está intimamente associado à presença, dentro de cada indivíduo, do espectador imparcial. Finalmente, a virtude da justiça determina, a cada circunstância particular, as regras exatas a serem observadas. À semelhança do que ocorre no caso das regras gramaticais, ela prescreve de forma precisa e detalhada as normas que regem as inter-relações entre os homens e os impedem de prejudicar-se uns aos outros.

Outro aspecto digno de nota, na *Teoria*, é a distinção estabelecida entre as motivações da conduta, de um lado, e seus efeitos concretos, de outro. O louvor ou a censura a que qualquer ação está sujeita decorrem, antes de mais nada, da intenção de seu agente, ou da afeição que o motivo. Em segundo lugar e secundariamente, derivam do movimento externo que tal afeição produz; e, finalmente, das boas ou más consequências que advêm de tal movimento. Ora, as únicas consequências pelas quais o autor de uma determinada ação pode ser julgado são aquelas que coincidem com suas intenções. Segue-se daí, quase no extremo oposto da ética de inspiração maquiavélica, que é pela intenção que uma ação deve ser julgada (*ibidem* parte II, seção III).

Contudo, Smith não pára por aí. Ainda que se admita a verdade das máximas acima enunciadas, em termos abstratos ou em condições genéricas, diz ele, o quadro muda em circunstâncias particulares. Nestas, as consequências efetivas de uma ação exercem uma poderosa influência sobre a maneira pela qual seu mérito é julgado. Dificilmente os sentimentos humanos comportam-se de acordo com as máximas preconizadas. Observa-se, neste ponto, não só um novo exemplo onde o tom positivo da *Teoria* sobrepõe-se ao normativo, como, também, a importância conferida por seu autor às consequências do comportamento individual. Tais consequências seguidamente independem das intenções

primeiras do agente. Elas podem ser benéficas para o funcionamento da sociedade, ainda que não derivem de motivações de natureza altruísta — tese claramente defendida em *A riqueza das nações*.

A possibilidade de dissociar as intenções e os efeitos da ação social viria a ser um tema predileto de sociólogos como Merton, por exemplo, que contrasta as funções latentes e manifestas de um determinado ato. As funções manifestas dos ritos de magia observados entre as tribos primitivas para chamar chuvas contrapõem-se a suas funções latentes, exemplifica o sociólogo, que seriam as de reforçar a identidade do grupo. De forma análoga, enquanto a função manifesta do consumo de bens de luxo (o chamado consumo conspícuo) pode ser associada ao prazer que eles proporcionam ao indivíduo, sua função latente parece ser a de reforçar sua posição no sistema de estratificação social dominante. Como se pôde aqui observar, a distinção é localizável já nos filósofos éticos do Iluminismo, em Smith tal como em Mandeville ou Hume.

Smith reitera que a “fortuna” tende a diminuir o mérito atribuído pelos homens às ações que provêm das mais louváveis intenções, quando elas falham em produzir os objetivos a que se propõem. Em contrapartida, a fortuna* aumenta o mérito atribuído a condutas que propiciem prazer, independentemente de suas intenções originais. Na Escócia, por exemplo, o ladrão pilhado com a mão no bolso de seu vizinho, antes de conseguir roubar alguma coisa, é punido apenas com a desonra. Se tivesse tido tempo de furtar um lenço, estaria sujeito à pena de morte. Assim, arremata o autor, a fortuna, “que governa o mundo”, influencia os sentimentos humanos na apreciação das ações alheias. O mundo julga o evento, não a intenção, o que é desde sempre um fator de desencorajamento da virtude (*ibidem* 152).

Ora, prossegue Smith, essa irregularidade de sentimentos inerente ao homem não é de todo despojada de utilidade. O ser humano foi feito para a ação, para utilizar suas faculdades com o intuito de promover mudanças nas circunstâncias externas. Em seu coração, ele deseja a prosperidade do mundo. O mais nobre dos homens não pode exigir uma recompensa muito grande de seus semelhantes, quando suas ações não atingem as consequências desejadas. “Recompensar, de fato, aquela

* O termo “fortuna” assume um duplo significado na obra analisada: o de sorte, como em Maquiavel; e o de riqueza. Em alguns momentos, fica difícil definir em que sentido está sendo empregado por Smith.

virtude latente que ficou inútil por falta de oportunidade de servir... é efeito da mais divina benevolência" (*ibidem* 154). Aqui, mais uma vez, o autor reitera a distância entre o desejável e o executável, a norma moral e a conduta efetiva. Além disso, aponta para a importância crucial da ação promotora de mudanças, à luz de uma confiança no progresso característica do Iluminismo.

Smith discorda de Hume quanto ao fato de a utilidade constituir a primeira ou mais importante fonte de aprovação moral da conduta. Entretanto, admite que ela aviva a percepção humana de uma virtude, pela própria simpatia que se sente por aqueles aos quais uma ação beneficia.

É sob essa mesma ótica que o autor encara o sistema de estratificação social, ou, em suas próprias palavras, a distinção entre as ordens ou classes vigente na sociedade. A disposição para admirar os ricos e poderosos e desprezar os indivíduos de condição inferior é considerada, como já foi visto, um dos principais fatores de corrupção dos sentimentos morais. Os homens tendem a admirar mais a riqueza e o berço do que a sabedoria e a virtude, o que é deplorável. Sentem-se orgulhosos em imitar os "notáveis" até em seus vícios e caprichos. Entretanto — e esse ponto de vista é reiterado mais de uma vez —, tais sentimentos apresentam resultados positivos para a sociedade, pois funcionam no sentido de manter a distinção necessária à estabilidade e à paz sociais:

A distinção entre as classes, a paz e a ordem da sociedade, estão em boa medida fundadas sobre o respeito que naturalmente nutrimos em relação aos primeiros [ricos e poderosos] (*ibidem* 331).

A esse respeito, é importante observar a identificação de Smith com os *whigs*, que representam a burguesia em ascensão na Grã-Bretanha. Esse ponto é assinalado por críticos autorizados, tais como Rae (1965) e Viner (1965). O primeiro, autor de uma conhecida biografia de Smith, qualifica-o como um "whigista rockinghamiano convicto" (*ibidem* 378). Viner atribui à ideologia política de caráter reformista de Smith sua aparente indiferença em relação à pobreza da Escócia e à situação dos *colliers*, que viviam em regime de servidão voluntária nas minas de carvão do país. Cada época histórica tem seus pontos cegos, conclui Viner, e o Iluminismo escocês não foge à regra. Suas propostas de mudanças institucionais restringem-se aos direitos de propriedade e à estrutura política, de maneira compatível com os interesses da burguesia em ascensão.

A forma pela qual a *Teoria* trata a questão da riqueza e da pobreza é sintomática da adesão de seu autor aos princípios burgueses, de um lado, e do próprio momento histórico em que escreve, às portas da Revolução Francesa. Faz parte dos sentimentos do homem, diz Smith, buscar o enriquecimento. Mas, qual é o objetivo da avaréza, da ambição, da procura de riqueza e prestígio, em suma? Será atender às necessidades naturais? Ora, responde, o salário do trabalhador mais modesto pode atender a tais necessidades, fornecendo-lhe alimento e vestuário, além do conforto de uma casa e de uma família. Mas o homem pobre envergonha-se de sua condição. Não só porque ela não o distingue entre seus semelhantes, como também porque não desperta simpatia ou comiseração.

Nesse contexto, como pode o homem de *status* inferior ascender socialmente e granjear notoriedade? Ele deve adquirir subordinados, tal como os grandes homens, e não tem outra maneira de pagar por seu serviço senão pelo trabalho de seu corpo e de sua mente. Deve cultivar essas qualidades, portanto. Cabe-lhe adquirir destreza em sua profissão, ser paciente no trabalho, decidido em situações arriscadas, firme na desgraça (*ibidem* 74). Com que impaciência, constata Smith, o homem de espírito e ambição lança-se a tal empreitada! Além disso, seu sucesso depende sempre do favorecimento e boa reputação entre vizinhos e iguais. Ele pressupõe a sujeição às leis, conforme dita o velho provérbio, segundo o qual a honestidade é a melhor política.*

Em todas as profissões inferiores e médias, habilidades profissionais efetivas e sólidas, associadas à prudência, firmeza e temperança na conduta, raramente podem falhar na obtenção de sucesso (*ibidem* 86).

A sustentação do governo estabelecido é considerada por Smith o melhor instrumento para garantir uma situação segura, respeitável e feliz para seus cidadãos. Porém, antecipando o clima de comoção social em que se daria a Revolução Francesa, trinta anos após a primeira edição da *Teoria*, o filósofo admite que a estabilidade de uma constituição depende da habilidade de cada classe ou sociedade na manutenção de seus poderes, privilégios e imunidades. Sempre que alguma das classes subordinadas ergue-se acima de sua condição original, ou, pelo contrá-

* A menção ao provérbio é tomada como sinal de que Smith teria travado conhecimento com Benjamin Franklin. Viner (1965) levanta dúvidas a esse respeito.

rio, desloca-se para baixo, há alterações nessa constituição particular. Sem revelar-se um grande revolucionário, e sem acatar a visão hobbesiana de um estado de guerra permanente, Smith aproxima-se de Rousseau, que em 1762 publicaria seu *O contrato social*.

5.4 Smith vs. Mandeville

Uma discussão mais detalhada da polémica de Smith com Mandeville ajuda a esclarecer melhor o papel desempenhado pelo egoísmo e pelo interesse em sua concepção ética. A *Teoria* classifica o filósofo holandês e sua *Fábula das abelhas* no grupo dos sistemas morais "licenciosos", dedicando-lhe todo o capítulo de sua sétima parte.* Smith declara, enfaticamente, que Mandeville está errado "em quase todos os aspectos", embora "margene a verdade" ao descrever certos aspectos da natureza humana. Estes últimos dão a sua doutrina um "ar de verossimilhança" que ela certamente não merece. Deplora que tenha havido tanto barulho em torno da obra, ou seja, que tenha sido objeto de tanta propaganda, ainda que de caráter negativo. E, mais, afirma que a *Fábula* é escrita em tom jocoso, com uma "eloquência rústica"; sugerindo, quem sabe, tratar-se mais de uma sátira do que de uma análise a ser levada a sério.

Em síntese, Smith parece discordar dos rótulos impingidos por Mandeville a sentimentos que, em sua própria concepção, não são condenáveis ou pelo menos não o são necessariamente. Não se pode chamar de vaidade, por exemplo, ao desejo de fazer coisas honradas e nobres e, desta maneira, tornar-se objeto de estima e consideração alheias. O desejo de atingir a fama e manter uma boa reputação não constitui vaidade. Só é culpável desse vício o indivíduo que deseja louvor por qualidades que não possui efetivamente, de forma absoluta ou no grau que pretende exibir: o mentiroso, que toma para si o mérito das ações alheias; o plagiador, que se arvora em autor de obras que nunca produziu; o indivíduo que tem por objetivo exclusivo a obtenção de títulos, cumprimentos, ser notado em locais públicos etc. Essa frívola paixão,

* O mesmo não ocorre com La Rochefoucauld, pelo menos na última edição da *Teoria*. Viner (1965) admite que a exclusão da crítica ao duque e seu *Maximes*, nesta última edição, pode ser decorrente da amizade pessoal que Smith vem a travar com este e com sua família, durante sua estada no continente europeu.

diz o autor, não é comparável ao amor à verdadeira glória, ou ao amor à virtude, enquanto expressões legítimas de propensões naturais.

Da mesma forma, Mandeville estaria errado ao atribuir todo o espírito público, toda a preferência do interesse coletivo ao interesse privado a um mero disfarce, uma atitude de hipocrisia imposta pela sociedade. Um homem magnânimo, que segue o caminho virtuoso por opção própria, sente-se inegavelmente reconfortado com a idéia de que possa vir a ser honrado e aplaudido.

No caso da luxúria, a crítica a Mandeville segue linhas paralelas. Mandeville, diz Smith, qualifica como luxúria e sensualidade grosseiras todos os prazeres que ultrapassam as fronteiras da mais ascética abstinência. Tudo aquilo que exorbita o estritamente necessário para a subsistência humana é encarado como vício: o uso de uma camisa limpa; uma habitação decente; o prazer sexual. Ora, há, sem dúvida, algumas paixões que, expressas além de certa medida, chocam o sentimento humano. Contudo, a temperança e a castidade, virtudes capazes de frear tais paixões, não implicam uma total falta de sensibilidade em relação aos objetos das mesmas. Buscam apenas retringir a intensidade com que se podem manifestar, por vezes, de tal forma a não prejudicar o indivíduo e a sociedade. Nas frases abaixo transcritas, o autor resume sua discordância específica com Mandeville.

A grande falácia do livro do Sr. Mandeville é representar todas as paixões como inteiramente viciosas, em qualquer grau ou direção... Se o amor à magnificência, o gosto pelas artes elegantes e pelas melhorias da vida humana; por tudo aquilo que é agradável no vestir, no mobiliário, na equipagem; pela arquitetura, escultura, pintura e música; deve ser encarado como luxúria, sensualismo e ostentação, mesmo entre aqueles cuja situação permite, sem qualquer inconveniente, a indulgência em relação a tais paixões; é certo que a luxúria, a sensualidade e a ostentação são benefícios públicos. Pois, sem as qualidades que ele julga merecedoras de nomes tão opróbrios, as artes do refinamento nunca encontrariam estímulo, e muitos pereceriam por falta de emprego (*ibidem* 458).

Aqui, Smith repete aquilo que já dissera Hobbes, em seu *Leviatã*. Como indica o capítulo 3, o filósofo renascentista apresenta o desejo de bens úteis para uma vida confortável como uma das três paixões humanas, por meio das quais seria possível superar o estado natural e afastar suas ameaças às grandes conquistas da Idade Moderna. Se examinarmos o cuidado com que o indivíduo administra suas finanças, diz Smith, observaremos que grande parte de sua renda é dispendida em "conveniências". Estas podem ser encaradas como supérfluas, objeto de vaidade

de. O valor atribuído aos bens de luxo é desproporcional a seu verdadeiro valor. Ora, a vaidade baseia-se no desejo de chamar a atenção alheia e merecer sua aprovação e simpatia. O homem rico orgulha-se de sua riqueza, pelas vantagens que ela lhe proporciona do ponto de vista de atrair os olhares de todos. "Que os reis sejam os servos do povo", comenta o autor, "a serem obedecidos, resistidos, depositos ou punidos, a partir dos requisitos da conveniência pública, é a doutrina da razão e da filosofia; mas não a doutrina da natureza" (*ibidem* 74). É assim que outro tema crucial em Mandeville, o papel da demanda de bens de luxo no estímulo à atividade econômica (*the very wheel that turn'd the trade*) repete-se em Smith. Colletti (1972) é de opinião que houve influência pelo menos indireta do primeiro autor sobre o segundo, figurando Hume como intermediário.

Smith discorda ainda de Mandeville quando este argumenta que todo o espírito público, toda a preferência do interesse geral ao interesse privado, seja um mero disfarce imposto à humanidade, uma simples hipocrisia. Ora, diz o autor da *Teoria*, o auto-amor pode ser uma motivação de conduta virtuosa (*ibidem* 452).

Na verdade, toda essa polêmica remete à discussão do papel desempenhado pelo egoísmo, interesse, auto-amor e outros fenômenos semelhantes na teoria moral de Smith. A primeira frase da *Teoria* já toca neste tema: "Por mais egoísta que se possa supor o homem..." (*ibidem* 3). Ao longo de todo o texto, há expressas referências ao egoísmo como uma paixão "original", no sentido de estar enraizada na natureza humana. O interesse é o próprio fundamento de sua construção mental. Ele é constatável pela observação empírica do comportamento humano. Todos os indivíduos sentem suas próprias dores e prazeres mais profundamente do que as alheias. Tais são as sensações originais, que se refletem por meio da simpatia. As primeiras são as substâncias, a última, a sombra (*ibidem* 321). A simpatia é seletiva, no sentido de que as mais ardentes afeições humanas dirigem-se, em primeiro lugar, ao próprio indivíduo; em seguida, a sua família, seus pais, seus filhos, sobrinhos, amigos de infância, e assim sucessivamente.

O raciocínio acima leva à conclusão de que o grau de simpatia é variável em função da proximidade de seu objeto. Smith formula explicitamente essa conclusão, no seguinte trecho:

Os homens, embora naturalmente simpáticos, sentem muito pouco por aqueles com os quais não têm qualquer vínculo particular, em comparação com o que sentem por si mesmos; a miséria de um ser que seja apenas um

seu semelhante tem tão pouca importância para eles quanto uma pequena conveniência de si próprios... (*ibidem* 125).

Smith admite que possa existir um sentimento de solidariedade entre homens sem qualquer vínculo de parentesco ou amizade entre si, ou mesmo sem qualquer afeição recíproca. Tal se dá, por exemplo, no caso de uma sociedade que se estabelece entre comerciantes e mercadores, graças ao sentido de utilidade proporcionada pela mesma (*ibidem* 124). Seria uma simpatia sem afeto, um amálgama proveniente do mero interesse mútuo.

Outro ponto a ser destacado aqui, é o fato de Smith assinalar que a simpatia experimentada pelo indivíduo em relação a seus semelhantes está intimamente associada àquela que nutre por si mesmo. O homem insensível a suas próprias desgraças, diz o autor, necessariamente sente menos simpatia pelas alheias, e está menos disposto a aliviá-las. Mais adiante, ao reconstituir os principais sistemas morais da história da filosofia, o pensador admite que a doutrina epicurista não é totalmente inconsistente com a sua própria. Pois, acrescenta, a prática da virtude é, via de regra, vantajosa do ponto de vista dos interesses gerais, o contrário sendo válido no caso do vício. Essa visão por assim dizer interessista, da simpatia, é compatível com a concepção de que a preocupação com a própria felicidade e interesse pode frequentemente representar princípio de ação altamente louvável, na medida em que dá vazão a hábitos de economia, industriabilidade, discrição, atenção e concentração de pensamento (*ibidem* 445).

No entender de Recktenwald (1978), Smith difere de Mandeville, Hutcheson e outros moralistas modernos, por encarar as atividades geradas pelo interesse como uma força positiva, motor do progresso econômico. Tais práticas, desde que controladas por forças contrabalançadoras, capazes de evitar que o autor-amor degenerem no vício do egoísmo, podem ser benéficas do ponto de vista social. Recktenwald considera que a vigilância nesse sentido, na *Teoria* confiada ao espectador imparcial, passa a ser incumbência do mecanismo da competição em A *riqueza das nações* (*ibidem* 71-72). Viner (1968) defende tal posição.

Uma última evidência pode ser aqui apresentada, como confirmação do ponto de vista peculiar sobre o egoísmo exposto na *Teoria*. Seu autor enfatiza que o homem que não fiscaliza sua própria vida, saúde e fortuna fracassa e vê seu caráter diminuído aos olhos da sociedade, em termos de dignidade e respeito. Ainda que venha a tornar-se objeto da piedade alheia, seu descaso consigo mesmo e em relação à economia (no

sentido de administração de seus negócios) acarretar-lhe-á a reprovação da sociedade. Uma conduta deste tipo tende a ser encarada como fruto da falta de atenção aos objetos de interesse pessoal.

Em última análise, a disputa com Mandeville parece envolver divergências de natureza mais semântica do que propriamente conceitual, mais de ênfase do que de fundo. Smith e Mandeville designam por termos diversos as mesmas características que imputam à espécie humana. Há discordância nos rótulos que aplicam a manifestações semelhantes das propensões naturais ao homem. Nesse particular, Smith revela com nitidez a influência dos filósofos éticos britânicos, cujo partido toma na disputa com o filósofo holandês. Shaftesbury e Hutcheson talvez sejam aqueles de que mais se aproxima, sob esse aspecto. Smith não discorda de Mandeville quanto à importância do interesse como motivação da conduta. Antes, questiona a possibilidade deste sentimento dar necessariamente ensejo a uma conduta condenável, ou negativamente sancionada pela sociedade. O mesmo pode ser dito em relação a traços como o amor à verdadeira glória e a demanda de bens de luxo. Manifestos com uma intensidade superior à recomendada, podem ser considerados viciosos. Ao contrário, bem orientados pela razão, podem ensejar condutas agradáveis aos olhos do espectador imparcial.

É possível atribuir parte da controvérsia analisada a uma questão de estilo. Smith e Mandeville diferem substancialmente em sua opinião a tratar com leveza e ironia certas peculiaridades apontadas por ambos em relação aos homens e à sociedade de seu tempo, sobre as quais estão de acordo. Infelizmente, no momento em que este estudo estava sendo elaborado, não se tinha em mãos o texto original de Mandeville. Do que se conhece, ele parece mais irônico, mais debochado, mais disposto a criar escândalo, mas, paradoxalmente, mais amargo. Smith mostra-se, como bem nota Viner, extremamente otimista; mas é ao mesmo tempo mais sério, cauteloso e equilibrado do que seu contemporâneo holandês. Numa primeira leitura, o fosso que separa suas concepções éticas parece intransponível. Em leituras consecutivas e, sobretudo, à luz da história da filosofia na Idade Moderna, os elos que os unem transparecem com nitidez.

Na *Teoria*, Smith admite que o plano mais eficiente para manter a "ordem natural das coisas" é permitir que cada indivíduo persiga seu próprio interesse e, sob a vigilância do espectador imparcial, traga sua indústria e seu capital para aumentar o estoque de felicidade da sociedade. Este será um tema privilegiado em *A riqueza das nações*.

5.5 *A riqueza das nações: continuidade, restrição e aprofundamento*

Não se pretende aqui fazer um estudo exaustivo de uma obra do porte de *A riqueza das nações*. Não só porque isso já foi feito, inúmeras vezes, por críticos muito mais autorizados, como também porque fugiria aos propósitos deste estudo. As observações que se seguem têm um foco bem limitado: verificar a compatibilidade entre esta obra e a *Teoria*, com o intuito de melhor conhecer os vínculos que as unem e contrastar o conteúdo específico de ambas, à luz do processo de transformação do pensamento ocidental. Descarta-se, desde o início, o paradoxo de Adam Smith, encarado como um falso problema. Como já foi mencionado, a segunda obra dá cumprimento à promessa feita nas últimas linhas da primeira:

Em outro discurso, tentarei fazer um relato dos princípios gerais da lei e do governo, bem como das diferentes revoluções vividas pelos mesmos em eras e períodos diversos da sociedade, não apenas no que concerne à justiça, mas também no que se refere à polícia, rendimento, armas e tudo o mais que é objeto de lei. Não entrarei, portanto, em nenhum detalhe adicional sobre a história da jurisprudência (*ibidem* 503).

Por outro lado, não parece sensato imaginar que Smith tenha passado incólume por sua estada no continente europeu. Dito de outra forma, *A riqueza das nações*, mesmo sem representar uma ruptura com a concepção anterior de seu autor, retrata claramente o impacto da permanência do mesmo em Paris, Genebra e outros centros europeus do século XVIII. Em primeiro lugar, Smith recebe influência direta de todos os pensadores com quem entra em contato, Quesnay, Turgot, Helvétius, La Rochefoucauld, Voltaire e tantos outros. Além disso, o ex-professor da Universidade de Glasgow tem a oportunidade de reforçar seu vínculo com a obra de vários filósofos da Idade Moderna, citados em seu livro. Após seu retorno do continente, para um retiro de dez anos em Kirkcaldy, Escócia — período em que se dedica à redação final de *A riqueza das nações* —, o autor encontra-se com cinquenta e três anos, em plena maturidade. Os quase dezesseis anos que separaram as duas obras não são, decerto, irrelevantes para a maturação de suas idéias.

Desse modo, *A riqueza das nações* pode ser considerada uma continuidade da *Teoria*, associada a: 1) restrição do escopo da investi-

gação, de tal forma a privilegiar as decorrências do comportamento humano advindas da "propensão natural a negociar e a trocar"; 2) aprofundamento da investigação, na direção de uma coleta mais sistemática de material empírico sobre os temas tratados, da divisão do trabalho às práticas do comércio exterior; 3) como bem nota Viner (1968), tendência a substituir o espectador imparcial pelo mecanismo da competição, como fonte de controle sobre desdobramentos eventualmente indesejáveis do comportamento movido pelo interesse.

Os princípios liberais, de que o autor já dera testemunho na *Teoria*, são enfaticamente endossados na segunda obra. A liberdade irrestrita de comércio deve não só ser mantida como incentivada, diz Smith, por suas inegáveis vantagens do ponto de vista da prosperidade nacional. Para tanto, torna-se necessário combater o viés monopolista de mercadores e industriais, com seus reflexos sobre a legislação. Na Escócia, Inglaterra, França e outras nações européias, o sistema de privilégios alimentado pelo espírito corporativo impõe sérias restrições à mobilidade do trabalho, ao limitar o número de aprendizes de cada ofício e deles exigir um longo período de aprendizado. De forma análoga, as leis dos pobres dificultam o deslocamento da mão-de-obra na Inglaterra. É com olhos críticos que Smith encara esse tipo de legislação, que exige do indivíduo quarenta dias de residência num mesmo local para sua contratação, ou certificados na mudança de uma paróquia para outra. Os homens, conclui, devem ter irrestrita liberdade para mudar de ocupação com a frequência e do modo que lhes aprouver (Smith 1937: cap. 10).

Podem-se alinhar outras teses antecipadas na *Teoria*, que se mantêm e/ou adquirem ênfase crescente em *A riqueza das nações*. Anbre a dimensão mais especificamente econômica dos fenômenos, elaborado com base em pesquisa sistemática de diferentes fontes. O tom exortativo do primeiro livro cede vez a um tom decididamente positivo, com a exploração de material estatístico sobre as mais diversas épocas históricas e espaços geográficos. As concepções são ilustradas por exemplos extraídos dos povos da Antiguidade, das nações européias do século XVIII — da Escócia e Grã-Bretanha em geral às planícies da Sibéria —, bem como da China, Japão, Bengala, nações "maometanas" etc. Neste rol incluem-se ainda os povos do Novo Mundo, Estados Unidos da América, México e até mesmo as colônias do sul, Peru, Paraguai, Buenos Aires (*sic*) e Brasil, entre outras.

Pode-se dizer que é com especial carinho que Smith focaliza nesta segunda obra, a questão do interesse e do egoísmo. Se a *Teoria* contém o adjetivo "egoísta" em sua primeira frase, e repete-o inúmeras vezes, em *A riqueza das nações*, Smith lança-se à investigação de todo um segmento da vida social em que motivações de ordem egoísta têm um papel de relevo. Não é difícil localizar, no transcorrer do livro, passagens que caracterizam esse tipo de sentimento como parte integrante da natureza humana. O autor qualifica-o seguidamente de paixões "originais", no sentido de profundamente arraigadas. Sem dúvida, os trechos mais conhecidos são aqueles transcritos abaixo. Mas há outros, igualmente expressivos.

Quem quer que seja que oferece a outrem uma barganha de qualquer tipo, propõe o seguinte: "Dê-me o que eu quero, e você terá o que quer"; eis o significado de cada oferta como esta. É de esta forma que obtemos uns dos outros a maior parte dos bons ofícios de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do fabricante de cerveja ou do padeiro que esperamos nosso alimento, mas de sua preocupação com seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos de nossas próprias necessidades, senão de suas vantagens. Só um mendigo opta por depender basicamente da benevolência de seus semelhantes (*ibidem* 14).

Mas o desejo que propende à poupança é o desejo de melhorar nossa condição, um desejo que, embora em geral calmo e desapaixonado, vem conosco desde o ventre materno e não nos deixa senão no túmulo. Em todo o intervalo de tempo que separa estes dois momentos, há talvez poucos instantes em que o homem se sente tão perfeita e completamente satisfeito com sua situação que não queira alteração ou melhoria de qualquer sorte. Um aumento de fortuna é o meio pelo qual a maior parte dos homens propõe e deseja a melhoria de sua condição (*ibidem* 324-325).

Como se observa, a paixão de que se fala é retratada como um desejo calmo e desapaixonado. Não há qualquer contradição conceitual, aqui. Tem-se o princípio da paixão equivalente contrária, esposado por outros filósofos éticos antes disso. Como diria Hirschman, a vantagem desse tipo de sentimento como motivação para a conduta é o fato de conferir à mesma constância e previsibilidade. Primeiro, para impedir que paixões mais destrutivas e erráticas em seus resultados levem o indivíduo e a sociedade ao extermínio; segundo, para conferir um caráter uniforme, portanto previsível, à conduta do conjunto de indivíduos movidos pelo interesse.

Esta idéia está ligada a outra matriz do pensamento smithiano, igualmente herdada da *Teoria*. Em *A riqueza das nações*, o autor argu-

menta que o indivíduo que emprega seu capital na indústria* doméstica raramente tem a intenção consciente de promover o interesse público. Entretanto, com sua cota de trabalho e dedicação, ele contribui para o incremento da renda nacional, concebida não como um patrimônio estático, mas como um fluxo, uma "renda anual" na trilha dos fisiocratas. Surge, aqui, novamente, a possibilidade de distinguir a intenção do agente, de seu ato e de seu resultado prático. É também nesse ponto que Smith introduz sua famosa mão invisível. Esta genial construção permite-lhe amalgamar, num só conceito, a concepção de equilíbrio e a de movimento. Está em perfeita simbiose, também, com a idéia do trabalho como fonte primeira de toda a riqueza. As "mãos produtivas", diligentes, aplicadas, menos ociosas do que as dos antepassados, somam-se nessa grande e invisível mão.

...e, ao dirigir essa indústria de tal forma a que seu produto atinja o maior valor, ele tem em mente apenas seu próprio ganho; neste como em muitos outros casos, ele está guiado por uma mão invisível para promover um fim que não era parte de sua intenção. Nem sempre é pior para a sociedade que tal intenção dele não faça parte. Perseguindo seu próprio interesse, ele frequentemente promove aquele da sociedade mais efetivamente do que quando de fato intenta fazê-lo (*ibidem* 423).

Na noção acima expressa, a crença básica no progresso é notória. O autor chega a descrever uma seqüência de períodos que separariam as formas primitivas de sociedade, de caçadores e pastores, das sociedades agrícolas e daquelas em que prevalece um grau mais avançado de divisão do trabalho. O "rude estágio" da sociedade anterior ao último expressa-se no comportamento do homem, diz Smith. Quando este está com fome, vai à floresta caçar. Quando seu casaco rasga, veste-se com o pélo do primeiro animal de grande porte que lhe cai às mãos. Quando sua choupana começa a despencar, repara-a com as árvores e outro material que encontra a sua volta. Essa etapa precede a extensão do comércio e das manufaturas. Com o avanço da divisão do trabalho, aumenta a destreza do trabalhador, poupa-se tempo e estimula-se a ado-

* Os críticos apontam a antevisão de Smith em termos de um desenvolvimento industrial que mal desabrochava na época. É importante atentar, a esse respeito, para o significado do termo *industry*, em inglês, crucial no entendimento da questão. Os dicionários costumam apontar, como primeiro sentido da palavra, o de industriiosidade, diligência, assiduidade. O sentido atividade manufatureira e outros correlatos são apresentados em seguida. O duplo sentido é importante no caso de uma obra como a analisada, como se verá a seguir.

ção de novas máquinas. Estas, por sua vez, facilitam e abreviam o esforço humano. Graças ao mesmo processo, advém a opulência de uma sociedade bem governada, que se estende às classes inferiores.

Retomam-se, nesse ponto, três outras noções tipicamente smithianas: a concepção de fortuna; a distinção de classes; e a idéia de conveniências e necessidades. Quanto à primeira noção, o autor retrata a riqueza como fundada no trabalho, no plano individual bem como no coletivo. Os ricos, diz ele, estão movidos pela avarizia e pela ambição; os pobres, pelo ódio ao trabalho, amor ao ócio e preferência pelo desfrute imediato de sua renda. Isso gera a necessidade de se estabelecer um governo civil, que imponha uma relação de subordinação entre os homens e, por essa via, assegure o direito de propriedade. É graças à tutela do magistrado civil, numa situação de grande desigualdade econômica, que o possuidor de uma valiosa propriedade, adquirida pelo trabalho de muitos anos ou várias gerações sucessivas, pode dormir em paz (*ibidem* 670).

As classes "originais", integrantes de qualquer sociedade civilizada, são três: os proprietários agrícolas, que vivem do aluguel; os trabalhadores, que vivem do salário; e os patrões destes, que vivem de lucros sobre o capital investido. Quatro fatores respondem pela subordinação social: qualificações pessoais, idade, fortuna e berço. Este último pressupõe superioridade ou fortuna antiga na família. Ora, todas as famílias são igualmente antigas. Os ancestrais do príncipe não podem ser mais numerosos do que os do mendigo. Contudo, têm em geral mais prestígio e fortuna, e isso lhes dá a autoridade da riqueza, persistente em todas as sociedades (*ibidem* 741).

A distinção entre conveniências e necessidades remete à passagem em que o autor discrimina dois grupos de mercadorias, as de consumo necessário e as luxúrias. O primeiro grupo abrange não apenas as mercadorias absolutamente imprescindíveis à subsistência humana, como também aquelas que o costume determina. Assim, na Europa da época, abrangem uma camisa de linho e um sapato de couro, sem os quais o indivíduo evidencia um grau de pobreza decorrente de uma péssima conduta. A associação do termo "luxúria" às mercadorias do segundo grupo não envolve qualquer crítica ou reprovação. Elas incluem a cerveja, na Grã-Bretanha, e o vinho em geral. As tarifas e impostos incidentes sobre os dois grupos de mercadorias devem variar, de tal forma a onerar mais os bens de luxo.

Para concluir, é possível concordar com Viner (1968) quanto à

idéia de que, em *A riqueza das Nações*, o conflito entre as paixões e o observador imparcial se processa na arena mais ampla da história. Não é apenas o homem dentro do peito que restringe e disciplina as paixões naturais. No círculo mais extenso existe um mecanismo institucional, a competição, capaz de substituir o espectador imparcial e reconciliar interesses individuais e coletivos, com vistas ao progresso. Viner qualifica o livro de Smith como um elogio à iniciativa privada. Não, porém, adverte, um elogio sem qualquer qualificação; trata-se de um elogio feito num contexto específico, que é o da iniciativa privada num meio competitivo.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES E NOVAS PERGUNTAS

Sei o que pode haver de insuportável em recortar, analisar, combinar, recompor todos estes textos agora voltados ao silêncio sem que nunca neles se esboce a fisionomia transfigurada do autor. Será preciso que eu suponha que em meu discurso nada há sobre minha sobrevivência?

MICHEL FOUCAULT
L'archéologie du savoir

Com o objetivo explícito de contribuir para uma discussão mais fecunda da crise de identidade que há pelo menos algumas décadas ronda a ciência econômica, empreendeu-se aqui a retomada de um período da história do pensamento ocidental que pode ser qualificado como pré-história da Economia Política. Na trilha dos estudos de Dumont (1977) e Hirschman (1979), foram pesquisados alguns importantes elos do percurso da ciência, em seu conjunto, ao emancipar-se da teologia e da filosofia medievais. Admite-se que, para que tal percurso fosse cumprido a contento, era necessária uma drástica transformação no ideário da sociedade, na filosofia, teoria do conhecimento, teoria política e ética que a embasam. A transformação assinalada atrela-se a um amplo movimento, multifacetado, cujo início se dá já em fins da Idade Média. Nesse movimento, condições históricas peculiares propiciam a abertura de eclusas para a expressão de uma visão de mundo reformulada, uma nova maneira de encarar o homem e a natureza, bem como mudanças

nos valores predominantes. Aos poucos, vão-se criando condições favoráveis à emergência de uma ciência especificamente devotada a uma leitura que se auto-denomina econômica dos fatos sociais. Cravam-se os pilares básicos desta atividade científica, com objeto próprio e método peculiar, parte de um todo mais amplo definido pela filosofia natural.

Esse imenso conjunto de transformações na cena intelectual e filosófica da Idade Moderna destrói o ideal heróico do cavaleiro andante. Em seu lugar, erige um novo mito, cujo realismo procura realçar e cujo código moral corresponde, não por mero acaso, aos interesses de uma burguesia que dá início a seu projeto de ascensão social. Várias forças sociais, inclusive as decorrentes da Reforma Protestante, somam-se para criar um "espírito" propício às mudanças necessárias. À luz do princípio da paixão equivalente contrária, o interesse, o amor ao dinheiro, o desejo de granjear vantagens econômicas, em suma, passam a figurar como paixões razoáveis, por conseguinte suscetíveis ao controle pela razão. O tratamento até então repressivo dispensado às paixões é repudiado, num esforço de reabilitação. Ao invés de impedir a todo o custo que essas paixões aflorem, reconhece-se sua existência efetiva e busca-se mobilizá-las criativamente. Constância e previsibilidade são encaradas como os principais trunfos de um mundo movido pelo interesse, em contraposição àquele onde proliferam paixões de difícil controle, erráticas em sua manifestação e, portanto, imprevisíveis em seus desdobramentos práticos. Por esse caminho, o interesse transmuda-se num autêntico paradigma. O significado básico do conceito altera-se, evoluindo do interesse do governante para o dos governados; seu conteúdo econômico é progressivamente reforçado. De maneira análoga, registra-se a mudança de atitude em relação às atividades comerciais e mercantis em geral. O estigma anteriormente associado a tais estratégias de acumulação é retirado, em prol do reconhecimento de seu caráter calmo, inofensivo, doce até, crucial na consolidação do capitalismo mercantil.

Na decomposição interna e externa da hegemonia da Igreja, verificada desde os últimos séculos do período medieval, a religião torna-se mais pessoal, mais íntima, menos sujeita à ingerência da autoridade. A perspectiva renascentista erige como centro do universo o homem pensante, sujeito a um sem-número de paixões e dotado de vontade própria. Mais ainda: enxerga-o como um ser apto a observar metodicamente a realidade e conferir utilidade prática a tal exercício. A era

moderna instaura-se com ousadia suficiente para colocar por terra o sistema feudal de organização social, política, cultural e econômica. Em lugar da metafísica negadora do mundo do medievo, desabrocha o entusiasmo da filosofia natural, empenhada em lançar-se à descoberta do mundo e a singrar, na imaginação criadora e na prática, mares nunca dantes navegados.

Nesse processo, uma ética de fins toma o lugar de uma ética de valores. Bem e mal se metamorfoseiam, desde Maquiavel pelo menos, num cálculo fundamentalmente técnico, realizado em função de fins preestabelecidos pela sociedade ou pelo indivíduo isolado. O *príncipe* expressa, ademais, outro traço crucial na configuração da sociedade moderna, que é o individualismo. Este deve ser entendido como manifestação de confiança na energia e na capacidade do homem, genericamente falando, e nos mais capazes membros do gênero humano, concretamente. Em sua obra, Maquiavel preconiza uma perspectiva realista da conduta, preocupada em verificar até que ponto ela se adequa aos fins visados pelo agente. As exortações e os conselhos expostos fundam-se em questões de fato. Eles têm em mente a conduta a ser seguida por um mandatário disposto a conquistar e manter o poder. Pode-se, desta forma, admitir a hipótese de crueldades bem praticadas, tanto quanto de caridades mal utilizadas. O que conta é o objetivo da ação, seu efeito em termos de uma meta elevada, que é a razão de Estado.

A substituição da exegese pela observação empírica, como fonte de conhecimento da verdade, tem em Bacon um elo precioso. A filosofia natural, cujo cerne se nutre da física, afigura-se como a única filosofia cuja verdade pode ser demonstrada. Destarte, instituir o domínio do homem sobre a natureza representa, para o pai do positivismo anglo-saxônico, a meta de toda a atividade científica. Contra os perigos do *wishful thinking*, do saber normativo paralizador da mente, o autor alardeia a necessidade de remover os antolhos que bloqueiam o intelecto e o impedem de raciocinar indutivamente. A coleta de dados empíricos exige um controle sistemático. Ela deve ser feita passo a passo, metodicamente, com recurso a tábuas de essência e presença, exclusão e comparação. Na proposta baconiana, a importância das instâncias de rejeição é comparável àquela que viria a ter na vertente popperiana da metodologia científica do século XX. É no interesse pelo novo no conformismo relativo aos conhecimentos sedimentados, que se encontra o legado de Bacon às futuras gerações de cientistas e constitui sua principal contribuição à mudança de mentalidade ocorrida no período.

Tal como Maquiavel, Hobbes atribui ao "animal" humano características como o egoísmo e a avareza, que colocam em xeque a concepção de um ser feito à imagem e semelhança de Deus. Da natureza, diz ele, decorrem as principais fontes de discórdia entre os homens. Isso transforma o estado natural num permanente estado de guerra e introduz uma lei das selvas que tolhe qualquer possibilidade de progresso para a humanidade. Do medo e do desejo de uma vida confortável, a ser conquistada pelo trabalho, emerge a figura do Estado como um deus mortal. Esse grande Leviatã é o único capaz de domar as paixões, movimentos voluntários do organismo, que ameaçam fazer do homem o lobo do homem. Estabelece-se no Estado um contrato mediante o qual os indivíduos, de comum acordo, abdicam de seu poder de matar, escravizar e roubar uns aos outros.

Com Spinoza, tem-se a defesa intransigente da liberdade de culto e de pensamento. Verifica-se uma posição crítica em relação aos resquícios da escolástica, notórios em seu contemporâneo Descartes. O autor adota ainda uma ética de orientação teleológica, na qual as noções de bem e mal não emanam de nenhum código absoluto. O pecado, por exemplo, só se define como tal numa sociedade organizada, na medida em que um ato venha a ferir o direito de cidadania e prejudicar o bem-estar coletivo. Também em sua teoria do conhecimento, Spinoza adere às novas concepções, ao expressar sua convicção de que a realidade tem estrutura racional, que a torna passível de apreensão pela mente.

Maquiavel, Hobbes e Spinoza ocasionam violentas celeumas em sua época, pelo caráter pioneiro de suas teses e pela ameaça que representam para interesses secularmente sedimentados. Ora, com o fenômeno do Iluminismo, no século XVIII, a hostilidade oficial a suas concepções atenua-se, sem desaparecer totalmente. Corporificam-se de forma amplamente visível e elevam-se à máxima potência várias tendências mantidas em estado mais ou menos latente desde as primeiras manifestações da Renascença. A efervescência cultural, política e econômica de um século que se auto-denomina "das Luzes" decorre da crença na capacidade de progresso do homem em direção a um novo e superior estágio de civilização. Perdem força os segmentos hostis à recepção de novas idéias, as quais se difundem com uma velocidade surpreendente, embora ainda encontrem, aqui e ali, algumas resistências. Com base numa extensa discussão da física newtoniana, a natureza é encarada como um sistema de forças perfeitamente articulado, passível de entendimento, mensuração e manipulação. Tal perspectiva expli-

ca o beneplácito dado a Locke, em sua versão otimista das teses políticas hobbesianas. Como seu compatriota e antecessor, Locke vê no poder constituído o fruto de um contrato firmado entre os indivíduos. Contudo, numa perspectiva mais próxima ao liberalismo de Spinoza, ressalta a importância de se resguardarem as liberdades individuais, contra o exercício tirânico do poder, contra a intolerância em geral. Em sua teoria do conhecimento, Locke proclama desde o início o repúdio à tese escolástica das idéias inatas, bem como à pesquisa de causas finais. Ele apresenta a mente humana como uma *tabula rasa*, na qual se projetam as impressões dos sentidos. Filia-se, outrossim, a uma teoria ética teleológica como a de seus antecessores, onde a justificativa moral da conduta é derivada das conseqüências que ela acarreta para o indivíduo. Em sua teoria política, expressa com veemência críticas à monarquia absoluta e concebe uma estrutura liberal de governo. Nesta, o elo de ligação entre os indivíduos, que os subordina ao governo legalmente constituído, é o desejo de preservar a propriedade.

Quase setenta anos depois, do outro lado do canal da Mancha, Helvétius destaca a importância do interesse como força motriz do universo social, poderoso executor, responsável por fazer acontecer as coisas. O efeito e a potência de tal força são comparáveis aos da lei da gravidade de Newton. Segundo sua teoria ética, a medida da conduta virtuosa é o interesse geral. Quando há divórcio entre o interesse geral e o privado, ocorre a corrupção de costumes, sanável pela educação e legislação adequadas. Nesse contexto, o autor julga conveniente analisar a função social do luxo. Ele é útil à nação; conclui, pois a faz prosperar e a torna temível aos olhos do inimigo externo. Nos países ricos, aqueles que almejam o poder estão providos da riqueza necessária não só para atender suas necessidades vitais, como também para satisfazer às "comodidades" da vida.

O tema do interesse é recorrente na obra dos filósofos moralistas do século XVIII, associado ao do equilíbrio entre as paixões. Cada qual a seu modo, Shaftesbury, Mandeville, Hutcheson, Hume, Butler, Tucker e Hartley retomam as teses de seus antecessores. Eles o fazem à luz da concepção de um homem dotado de senso moral e, portanto, capaz de distinguir o certo do errado. Essa capacidade interna ao homem permite-lhe conciliar condutas movidas pela auto-estima com condutas pautadas pela benevolência ou pelo desejo de favorecer outrem. Admite-se um estado de ataraxia, no qual propensões naturais ao homem contrabalançam-se mutuamente, impedindo que a busca da felicidade

individual prejudique o bem-estar do conjunto da sociedade. A idéia de um espírito de benevolência universalmente distribuído, que se reflete no interior de cada ser humano, concorre, inegavelmente, para a superação plena de uma ética baseada na repressão de paixões naturais. Fala-se em auto-amor calmo, regrado e desapaixonado; fala-se também num banco em que se acumula o estoque de felicidade geral, a assegurar a maior felicidade possível para o maior número. Mandeville chega a enunciar que os benefícios públicos resultam de ações normalmente consideradas viciosas, posto que suscitadas pela luxúria, avarizia, orgulho e outros traços do caráter humano. Submetidas a uma hábil administração, tais paixões podem ser domadas num quadro institucional propício ao progresso da coletividade. Hume, a seu turno, advoga a importância da luxúria como fonte de estímulo para a geração do excedente que se torna objeto do comércio humano e, assim, incrementa o estoque de felicidade nacional.

Nesse contexto, o clima torna-se altamente propício para o surgimento de uma nova ciência, a Economia Política. Esta vem à luz com um triplo compromisso: eticamente embasada na possibilidade de reconciliar egoísmo, altruísmo e bem-estar geral; filosoficamente atrelada a uma visão de mundo antropocêntrica; epistemologicamente filiada à tradição positivista e empirista.

Ele próprio integrante dos filósofos moralistas britânicos, Adam Smith incumbiu-se da tarefa de fundar a nova ciência de forma magistral. Na *Teoria dos sentimentos morais*, exige a simpatia pela sorte alheia como principal móvel de ação humana. Mas deixa transparecer em várias passagens, num tom caracteristicamente otimista, a possibilidade de harmonizar paixões de natureza altruísta com a auto-estima e o interesse, enquanto propensões inerentes à natureza humana. Para tanto, o homem conta com um espectador imparcial – precursor do superego freudiano –, que lhe permite avaliar racionalmente sua conduta e as repercussões que poderá acarretar para si mesmo e para seus semelhantes. Exibidas em doses moderadas de tal forma a contrabalançar-se umas às outras, as paixões suscitam uma conduta virtuosa, equilibrada, conforme aos princípios da razão. Na prática, o autor admite que as consequências de uma determinada conduta exercem uma poderosa influência sobre a maneira pela qual seu mérito é julgado por terceiros. Esse julgamento tende a ser menos favorável quando o agente, individual ou coletivo, falha em produzir os objetivos propostos, por mais nobres que tenham sido suas intenções. Em contrapartida, independentemente de

seus propósitos originais, o mérito atribuído a condutas que produzem prazer tende a aumentar. Ora, diz Smith, essa “irregularidade” de sentimentos que caracteriza o ser humano não é de todo desprovida de utilidade. O homem foi feito para ação, para utilizar suas faculdades naturais com o intuito de promover mudanças nas circunstâncias externas. Assim, o mais virtuoso dos indivíduos não deve esperar uma recompensa muito grande de seus semelhantes, ou uma avaliação muito favorável, quando seus atos fracassam em face das metas almejadas.

Em sua polémica com Mandeville, Smith discorda dos rótulos por este impingidos a sentimentos que, em sua própria concepção, não são necessariamente condenáveis. Não se pode chamar de vaidade, por exemplo, ao desejo de fazer coisas nobres e honradas e desta maneira granjear a estima alheia. Da mesma forma, não se pode qualificar como luxúria e sensualidade grosseiras todos os prazeres que extravasam as fronteiras da mais ascética abstinência. Bem orientados pela razão e expostos com intensidade moderada, o amor à verdadeira glória e a demanda de bens de luxo podem ensejar condutas meritórias aos olhos do espectador imparcial, árbitro da conduta.

Em *A riqueza das nações*, Smith lança-se à investigação de todo um segmento da vida social em que motivações de ordem egoísta têm um papel de relevo. Ao longo do texto, são inúmeras as passagens – algumas bem conhecidas – que apresentam esse tipo de sentimento como inerente à natureza humana. Ele é expressão de um desejo calmo e desapassionado, regulado pelo mecanismo da competição, que reconcilia interesses individuais e coletivos com vistas à prosperidade nacional. Uma grande mão invisível emerge do trabalho conjunto de várias mãos produtivas, que possibilita a acumulação de riquezas. Reproduz o autor, em escala ampliada, a imagem da economia como um delicado relógio de pulso de funcionamento perfeito, criada por James Stewart. Tipicamente newtoniana, sua concepção do universo estabelece um paralelo entre a lei de gravitação universal e o sistema econômico, administrado à distância por uma Providência benfazeja.

Não há qualquer descontinuidade ou paradoxo entre as duas principais obras de Smith. A despeito da *Teoria* haver privilegiado a simpatia como móvel da conduta humana, o que não se pode dizer exatamente de *A riqueza das nações*, a segunda obra prossegue o trabalho iniciado na primeira. Há uma restrição de seu escopo, mas, ao mesmo tempo, um aprofundamento na coleta sistemática de dados sobre um conjunto de temas econômicos, da divisão do trabalho às práticas do

comércio exterior. Os princípios liberais defendidos na primeira obra são enfaticamente reiterados na segunda. A liberdade de comércio deve ser incentivada e estendida, diz o autor, por suas inegáveis vantagens para a sociedade. Cumprir combater os desvios monopolistas de mercadores e industriais, com seus reflexos sobre a estrutura jurídica da sociedade.

Da exposição feita em capítulos anteriores, é possível concluir que o paradoxo de Adam Smith não é propriamente o paradoxo do pai da Economia Política. Se existe algum paradoxo, ele o é de toda uma época, que se sente transformar e deseja conscientemente essa transformação. Mas que, simultaneamente, permite que More seja decapitado na Torre de Londres; Maquiavel tenha seu nome atrelado à perfídia e à baixaza de caráter; Hobbes seja tachado de monstro ateu; Spinoza seja expulso da sinagoga e submetido ao vexame de publicar na clandestinidade; Helvétius tenha seus escritos queimados em praça pública; Mandeville seja submetido à execução popular, e assim por diante. O próprio Descartes teve seus livros colocados no *index*. Sintomática da contradição básica dessa época de mudanças é, ademais, a aparente autocensura exercida por Locke sobre suas idéias; ou mesmo, pode-se cogitar, o fato de Smith, cuja respeitabilidade pública é indiscutível, haver supervisionado pessoalmente a queima de parte de seus escritos. Assim, o fogo parece ter sido o principal censor da produção intelectual do período, associado às constantes publicações clandestinas, sob nomes fictícios ou anônimos.

Com todas as resistências e com todos os percalços, não é que a mudança registrada tenha trazido à tona uma atitude imoral e cínica perante as atividades humanas movidas pelo desejo de enriquecimento. Ela se desdobra num novo código ético, de inspiração teleológica, que torna moralmente aceitável um conjunto de comportamentos até então considerados imorais ou amorais. Ao rejeitar o cânone cristão tradicional, imbuído de sentimentos de renúncia e auto-sacrifício, este código consagra atitudes propícias ao desenvolvimento de uma nova ordem econômica e social. Assim é a mensagem das abelhas egoístas, luxuriosas e felizes de Mandeville incorporada ao dia-a-dia de uma sociedade e de uma ciência em gestação. O processo é lento. Como observa Hirschman, o vulto das transformações em curso assusta os próprios pensadores que verbalizam as novas teses. Tem-se uma seqüência cujo resultado final não é necessariamente desvendado àqueles que constroem os elos individuais da cadeia. Porque eles poderiam estremecer e rever

seu pensamento, como de fato fizeram alguns. Mas o processo é também persistente. A tal ponto que a acolhida de uma nova teoria do conhecimento, de um Estado legitimado pela vontade popular, ou da idéia de mobilização das paixões torna-se bem mais tranqüila quando descrita pela pena de Locke ou de Smith.

6.1 O pano de fundo das transformações

Qual o pano de fundo em que se move o processo intelectual aqui focalizado? Como seria de se esperar, ele é coerente com as idéias em gestação na filosofia, na ética, na teoria do conhecimento, na teoria política ou na concepção de mundo em seu sentido lato. Durante mais de quatro séculos, o mundo ocidental testemunha uma lenta e pertinaz sucessão de mudanças, que determinam a extinção do sistema feudal e implantam o capitalismo, mercantil num primeiro momento, industrial e liberal, no segundo. Suplanta-se a sociedade tradicional, com sua economia fechada, sua reduzida circulação de mercadorias, seus estamentos rigidamente delimitados, de privilégios fixos e funções específicas. Supera-se a forma orgânica de sociedade, que se perpetua sem se renovar. Ultrapassa-se também o momento da riqueza imobilizada, que dava aos senhores feudais o controle político, econômico e cultural da sociedade. Constituem-se as nações modernas, empenhadas em estender suas fronteiras, comerciar com outros povos e acumular excedentes. Expandem-se a exploração marítima, monetiza-se a atividade diária e converte-se a capacidade de trabalho humano numa mercadoria, com o predomínio crescente do trabalho assalariado, no campo e na cidade. No período de gestação da Revolução Industrial, desenvolvem-se a mineração, a metalurgia, a indústria de refino do açúcar, fabrico de sabão, alume, vidro, sal, bebidas fermentadas. Graças ao fluxo de metais preciosos do Novo Mundo e do Oriente, desencadeia-se uma verdadeira revolução financeira que, entre outros feitos, cria o estatuto jurídico das sociedades por ações.

Com o decorrer do tempo, o próprio fundamento do domínio monárquico, assente no direito divino dos reis, passa a ser questionado. Em episódios sucessivos, as nações européias começam a promover suas revoluções liberais, para montar um quadro institucional em que o verdadeiro amálgama do poder seja dado pelo consentimento popular. O Estado-Providência dos primeiros séculos da Idade Moderna é aos poucos substituído pelo Estado-policial, cujo objetivo precípuo é prote-

ger a propriedade individual, a liberdade pessoal e econômica. Mais e mais torna-se a riqueza um fluxo expansível nas operações de mercado, riqueza móvel, de infinita maleabilidade, em princípio universalmente acessível a todos. "Que faut-il faire pour vous aider?", indaga Colbert, primeiro-ministro francês, ao mercador Légendre. "Nous laissez-faire", replica este, a pronunciar o mote do capitalismo liberal (*apud* Heilbroner 1972). As revoluções políticas dão origem a um sistema onde os privilégios não vêm do berço, mas da iniciativa privada. Livra-se a atividade econômica da camisa de força da velha ordem. No último século do Antigo Regime, a burguesia dá seu derradeiro e bem-sucedido bote em direção ao poder. Institui-se a sociedade de classes, em seu sentido mais pleno e literal.

É possível indagar quais os vínculos imediatos entre as transformações sociais, políticas e econômicas assinaladas e as idéias a que deram vazão. A esse respeito, o argumento de Hampson (1968: 11-12) é um auxílio precioso. Não cabe, responderia este autor, num estudo introdutório como este, o exame microscópico necessário para chegar a uma resposta satisfatória a esse tipo de questão.

Tal como Hampson, a autora não se sente autorizada a fazer mais do que incursões superficiais nessa área. Pode associar o nome de Bacon à monarquia Tudor, o de Hobbes ao período da Restauração e guerra civil na Inglaterra, o de Locke à Revolução Gloriosa. Pode entender que a inquietude de Hobbes encontra sua razão de ser numa nação dividida pela guerra entre facções religiosas; ou que a preocupação de Maquiavel com o fortalecimento do poder central é condizente com o enfraquecimento das cidades italianas, na vanguarda do comércio marítimo durante os séculos XIV e XV, diante de seus concorrentes europeus. Pode atribuir a defesa da propriedade privada, em Locke, à defesa dos interesses *whig*. Pode ainda considerar que o repúdio de Adam Smith ao corporativismo associa-se diretamente à necessidade de extinguir as amarras do Antigo Regime, premente na Grã-Bretanha de seu tempo. Ou que a exaltação de Smith ao trabalho traduz interesses de camadas sociais que encontravam no trabalho — e só no trabalho — reais oportunidades de ascensão social.

No mais, a riqueza da insurreição intelectual que se alastrou de pensador a pensador durante os séculos focalizados não se esgota no pano de fundo que abriu as eclusas para sua expressão. Assim como a beleza da produção artística de um Rafael não se resume a seu pincel, ao público que aprecia suas pinturas ou ao mecenas que o sustenta.

Em traços muito rápidos, este é o caminho pelo qual a relação econômica que se estabelece entre o homem e as coisas que possui — abarcando-se neste conjunto sua própria força de trabalho, convertida em mercadoria — torna-se autônoma e adquire preponderância no pensamento ocidental. A história da ciência econômica tem um compromisso marcante com esse caminho, como, de resto, com o capitalismo enquanto regime econômico. Ele só pode ser trilhado porque existem condições propícias ao descolamento desta dimensão da atividade humana do conjunto mais amplo que a enclausurava até então. Por vias diversas, chega-se aqui a uma conclusão semelhante à de Dobb, em sua análise do fenômeno:

Além disso, enquanto a mais-valia fosse concebida como dependente de regulamentação consciente para produzi-la, a noção de objetividade econômica — de uma economia funcionando de acordo com leis próprias, independente da vontade consciente do homem —, que era a essência da Economia Política clássica, dificilmente poderia desenvolver-se (Dobb 1983: 143).

6.2 *Novas perguntas*

Como se disse desde o início, não se tinha a ilusão de encontrar uma solução mágica para a crise de identidade que periodicamente acomete a ciência econômica. Seria de uma ingenuidade extrema atribuir esse condão a um simples movimento de retorno à pré-história da Economia, ainda que pudesse ter sido bem mais acabado e completo. O ingrediente vital de uma solução, que é a proposta de um paradigma alternativo, está ausente.

O que se pode esperar, então, de uma incursão como esta? Qual o seu saldo, além de um tributo aos gênios individuais que contribuíram para o desenvolvimento da ciência positiva? A pergunta ressurgiu, após cinco capítulos e várias páginas de texto.

A fecundidade do esforço dispendido reside, espera-se, em seu efeito de recrutamento. Seu mérito principal estaria no fato de contribuir para alimentar a discussão. A autora espera ter colocado lenha numa fogueira que nunca deveria deixar de crepitar em qualquer ciência, que é a história de seus precursores e o debate de seus fundamentos metodológicos.

Assim, de acordo com a proposta de Hirschman (1986), o esforço aqui realizado mostra que não se pode esperar da ciência econômica um

compromisso com a "personalidade humana integral", que ela certamente nunca pretendeu. Ele revela o equívoco primário das críticas românticas à ciência econômica que negligenciavam os compromissos filosóficos com que esta ciência veio ao mundo, passam ao largo de sua concepção da natureza humana e cobram dela algo que não está nem esteve em seu horizonte de preocupação.

Pode-se dizer que a Economia se ilude ao confiar na mão invisível para ajustar interesses egoístas. Pode-se deplorar sua ingenuidade e otimismo. Ou considerar que o fato de antever uma solução espontânea para os problemas está totalmente fora de sintonia com a atual realidade do capitalismo. Deve-se condenar o irrealismo de uma concepção mecanicista do comportamento humano; lamentar que se trate o homem como um autômato que reage a estímulos, e a sociedade como um relógio de pulso tão delicado quanto inquebrável. Mas não se pode ignorar que foi graças a idéias desse tipo que a ciência pôde florescer e emancipar-se de um passado inóspito.

Teve-se neste estudo a oportunidade de reconstituir o rompimento filosófico com a moral tradicional, com a antiga forma de enxergar o homem e as leis que regem os fenômenos naturais. Não é que a hostilidade perante a moral seja congênita à Economia, como alega Hirschman. Viu-se aqui que Maquiavel e os pensadores que o seguiram tinham em mente um novo código moral. A adoção do mesmo tornou possível alterar o julgamento de atividades até então consideradas ilegais ou pouco nobres, como o comércio, a usura, o contrabando, o mercado negro e a fraude.

Esse gosto pelo moralmente chocante é notório, prossegue Hirschman, nas incursões imperialistas empreendidas pelos economistas em áreas que estavam até há pouco fora de sua órbita. O crime, a educação, o casamento, a reprodução, a burocracia, o voto, a participação política, o preconceito têm sido, nas últimas décadas, objeto de análises custosas e benéficas. Teoriza-se a respeito desses fenômenos com o mesmo instrumental concebido para atividades como o investimento, o consumo ou a produção. Parte-se do pressuposto de que se trata de atividades que têm em vista adequar meios escassos, passíveis de usos alternativos, a fins almeçados, na definição tradicional dos livros-texto.

Ora, é possível indagar, ainda com Hirschman, se esse modo de granjear notoriedade e fazer avançar a ciência não começa a apresentar rendimentos decrescentes. Até quando será possível admitir que o egoísmo e a benevolência reconciliam-se de forma espontânea e miste-

riosa? Por quanto tempo se acreditará que o livre jogo das forças de mercado é suficiente para evitar conflitos entre as classes, manter o nível de emprego, vencer as crises e tirar os bois gordos dos pastos? Durante quantos meses resistirá a frágil teoria de classes de Smith, ou, o que é pior, a sociedade sem classes dos economistas neoclássicos? Uma das saídas propostas por Hirschman é incorporar à análise econômica emoções e traços observáveis na natureza humana, no mínimo tão frequentes como o egoísmo ou o interesse. O padrão de comportamento humano interessado tem sido um artifício útil na montagem de modelos operacionais, sobretudo nas condições peculiares da sociedade capitalista. Ele é reducionista, contudo, e deixa a desejar como padrão explicativo do comportamento humano e sua totalidade, mesmo no capitalismo. Seria conveniente introduzir na análise econômica outras fontes possíveis de motivação: o desejo de poder; a disposição para o sacrifício; a propensão ao risco; o temor ao tédio; a busca de sentimento de solidariedade; o amor ao próximo, e assim por diante. Hirschman admite que não há nenhuma "injeção de valores morais" à venda no mercado. Mas insiste, para nossos netos, em:

... uma ciência moral-social, em que as considerações morais não serão reprimidas nem postas de lado, mas sistematicamente mescladas ao raciocínio analítico, sem que nos sintamos culpados de uma falta qualquer de integridade; na qual a transição do sermão à demonstração se fará com frequência e facilmente, num sentido e no outro; e na qual as considerações morais não terão mais necessidade de ser introduzidas fraudulentamente, de modo subreptício, nem de ser expressas inconscientemente, mas poderão ser expostas abertas e inocentemente (Hirschman 1986: 133).

À proposta de Hirschman, pode-se retrucar que a ciência econômica já se vem modificando na direção preconizada. Na teoria microeconômica, não é mais necessário partir da idéia de um indivíduo movido pelo interesse pecuniário. A preguiça, o desejo de poder ou a aversão ao risco podem ser encarados como móveis da conduta humana. Moldau (1986) mostra que a teoria das escolhas é hoje capaz de fugir à perspectiva convencional e raciocinar com situações que envolvem objetivos múltiplos no delineamento da política econômica, irreduzíveis entre si: redução do desemprego, aumento do produto e estabilidade de preços, por exemplo. Com esse expediente, a ciência econômica estaria, em princípio, livre da ingerência de juízos de valor. A escolha entre os objetivos caberia aos tomadores de decisão. Quanto ao economista, seria uma espécie de engenheiro, capaz de calcular o retorno esperado de cada tipo de decisão, sem imiscuir-se em seu julgamento ético.

Além do aspecto polémico dessa proposta (posto que a indiferença já é, em si mesma, uma tomada de posição), é difícil concordar com Moldau quanto à possibilidade de superar o caráter atomista da teoria mediante o recurso a um "ente genérico", que representaria indistintamente o indivíduo, o grupo e a sociedade. Há mais de um século a sociologia prega que o individual e o coletivo são de natureza diversa. Desta forma, não só o todo não corresponde à soma das partes, como o que se aplica ao todo não se aplica necessariamente às partes e vice-versa.

A proposta de um novo choque moral expressa por Hirschman embute, no fundo, uma bela utopia humanística. É importante preservar, nessa proposta, a indignação perante os aspectos profundamente injustos e desumanos da lei das selvas capitalista. A esperança latente é que o ser humano possa recuperar seu pleno potencial como pessoa. Deseja-se que seja capaz de definir as leis que o regem, capaz de se recusar a agir por interesse; que seja movido pelo sentimento de solidariedade ou pelo idealismo, se assim o desejar; que possa agir sobre as circunstâncias e, nas condições dadas, escrever sua própria história.

Outro tema pertinente vincula-se às características assumidas pelos supostos móveis da conduta humana, em cada contexto histórico. Mesmo com o risco de bater numa tecla por demais repisada, cabe assinalar que o interesse, o egoísmo, a ambição, o orgulho e outras paixões observadas no comportamento humano são elementos cujo conteúdo não se mantêm constante ao longo do tempo. Contrariamente à idéia de uma natureza humana imutável, muito presente nos primeiros séculos da Idade Moderna, as manifestações concretas das paixões, sua intensidade, sua quantidade e sua qualidade variam no tempo e no espaço. De certo, o capitalismo aguça a ambição pecuniária, assim como os momentos de transição revolucionária acentuam o sentimento de solidariedade, a cultura tradicional reforça o espírito de comunidade, as situações anômicas favorecem os comportamentos desviantes e por aí fora. O que não se pode conceber é que a ambição, a dedicação ao trabalho ou a preguiça tenham se expressado da mesma forma e com o mesmo vigor na revolução industrial inglesa, no processo de industrialização japonês ou na União Soviética. A idéia de um processo de racionalização das paixões é característica marcante de um momento particular do desenvolvimento capitalista, assim como outros momentos da história favoreceram a livre expressão das paixões ingovernáveis.

Uma proposta alternativa, talvez mais revolucionária do que a de

Hirschman, em seus efeitos práticos, seria desistir de vez de construir uma ciência fundada nas motivações da conduta individual. É difícil sustentar o caráter atomista da teoria neoclássica, por maior que seja sua aparente invulnerabilidade às críticas dos descontentes de todos os rincões. Da mesma forma que é ingênuo, em matéria de política, imaginar que a legitimidade do Estado democrático decorra sempre e em primeira instância do assentimento popular, como imaginava Locke. É igualmente ingênuo, senão falaz, confiar no potencial explicativo e preditivo de modelos que partem da premissa de um sistema sem sindicatos, sem oligopólios, sem grupos de pressão de toda sorte, sem governo. Que não se diga, a propósito, que o irrealismo das premissas é compensado pela capacidade de previsão dos modelos construídos. Primeiro, porque essa tese não tem tido a sustentação empírica necessária, em termos de capacidade de prever os acontecimentos revelada pelos modelos; segundo, porque ainda que se admita que algum grau de simplificação é necessário no trabalho científico, não se pode concluir que qualquer grau de abstração seja legítimo, independentemente de seus resultados.

Não vai nesse argumento qualquer atentado à livre iniciativa, é importante que se frise. Longe dele a pretensão de questionar a liberdade humana e a capacidade de o indivíduo impor sua vontade à história; mesmo quando ela cria uma situação onde o direito universal à iniciativa é desigualmente exercido. A proposta subjacente ao argumento implica, antes, o questionamento da concepção de sociedade como mero somatório de indivíduos. Lembra o que dizia Schumpeter, ao retratar o desenvolvimento da ciência econômica na Alemanha. O autor da *História da análise econômica* constata que, neste país, a ciência econômica manteve como objeto básico de preocupação as questões relacionadas à administração dos negócios nacionais (Schumpeter 1968: 35-39). Como se tratava de um Estado ainda por se fazer, a Economia permaneceu mais atrelada ao significado primitivo do termo, de elaboração de normas práticas para uma administração bem-sucedida dos negócios.

A última questão remete também ao tema do abandono do adjetivo "política", para qualificar a ciência econômica, desde fins do século passado. Haveria vantagens na reintrodução de tal adjetivo. Não se trata de voltar aos clássicos, desprezando as contribuições posteriores e muito que se caminhou em termos de rigor e quantificação. Isso seria não apenas inexequível como contraproducente. O que se pede é o empenho efetivo em prol do tipo de Economia Política preconizado por

Katouzian (1983: 178-183), ou seja, na direção de uma ciência que:

- 1) Dê alta prioridade à compreensão e solução de importantes e efetivos problemas do mundo real, mesmo que em detrimento dos quebra-cabeças da ciência normal;
- 2) Reconheça a importância de fatos, categorias e teorias não estritamente econômicos em sua análise de problemas específicos e nas recomendações de política dela emanadas;
- 3) Use qualquer conjunto de técnicas, matemáticas inclusive, que sejam apropriadas aos problemas; mas impeça que a escolha da técnica condicione a escolha do problema ou de sua solução;
- 4) Mantenha constantemente a história das idéias e dos eventos relevantes como pano de fundo para o estudo de qualquer fenômeno.

Com todas as vantagens que possam ser enxergadas nessa proposta de retorno à Economia Política, sua implementação não é tarefa de qualquer indivíduo bem-intencionado. Ela depende de um acordo mais amplo, que pode ou não emergir do debate acadêmico. E, sobretudo, depende de condições históricas propícias à vazão das transformações necessárias. Estarão maduras as condições de abertura das eclusas para novos paradigmas ou programas de pesquisa concorrentes? Sem dúvida. Há que ceder espaço para o amadurecimento de programas de pesquisa ainda incipientes e com problemas de acabamento, dentro do princípio de pluralismo metodológico. Mas responder a todas as questões pendentes parece, hoje, um exercício de futurologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLEBY, Joyce O. *Economic thought and Ideology in Seventeenth Century England*. Princeton: Princeton University Press, 1978.
- ARIDA, Persio. *A economia e seus descontentes*. Inédito, novembro, 1980.
- ATTALI, Jacques e GUILLAUME, Marc. *A antieconomia – uma crítica à teoria econômica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- BACON, Francis. *Novum Organum e Nova Atlantida*. (Coleção “Os Pensadores”). São Paulo: Abril, 1973, vol. 13.
- BELL, Daniel e KRISTOL, Irving (eds.). *The Crisis in Economic Theory*. Nova York: Basic Books, 1981.
- BELLUZZO, Luiz G. de M. *Um estudo sobre a crítica da Economia Política*. Campinas: tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1975.
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1974.
- BIANCHI, Ana Maria. “A economia e sua crise de identidade”. *Literatura Econômica*, vol. 16, nº 4, 577-594, 1984.
- _____. (org.). *Questões de método na ciência econômica*. (Série Relatórios de Pesquisa, 28). São Paulo: IPE/USP, 1986.
- _____. “Reflexões sobre a ciência econômica e sua crise de identidade”. *Belem: XI Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, 1983.
- BLAUG, Mark. *The Methodology of Economics: or How Economists Explain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- BOWLEY, Marian. *Studies on the History of Economic Theory before 1870*, Nova York: Humanities Press, 1973.
- CANNAN, Edwin. “Introduction”. Adam Smith. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Nova York: Modern Library, 1937.
- CALDWELL, Bruce J. *Beyond Positivism: Economic Methodology in the XXth Century*. Londres: George Allen & Unwin, 1982.
- CASSIRER, Ernest. *Filosofia de la ilustración*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
- COLLETTI, Lucio. *From Rousseau to Lenin*. Londres: NLB, 1972.
- COPLESTON, S. J. *A History of Philosophy*. Vol. V. *Modern Philosophy: The British philosophers*. Garden City: Image Books, 1959.

- CORNFORTH, Maurice. *Science vs. Idealism*. Londres: Lawrence & Wishart, 1955.
- COSTA, Ana Maria C. Infantosi. "A economia: uma ciência sem fronteiras"; in Bianchi (org.). *Questões de método na ciência econômica* (Série Relatórios de Pesquisa, 28). São Paulo: IPE/USP, 1986, pp. 32-51.
- DESCARTES, René. *Questões de método*. São Paulo: Livraria A. Exposição do Livro, s/d.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- DUJOVNE, Léon. *Spinoza: su vida - su época - su obra - su influencia*. 3 vols. Buenos Aires, Inst. de Filosofía de la Universidad de Buenos Aires, 1941/3.
- DUMONT, Louis. *From Mandeville to Marx - The Genesis and the Triumph of Economic Ideology*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.
- _____. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- FARIA, Octavio de. *Machiavel e o Brasil*. Rio de Janeiro: Schmidt-Editor, s/d.
- FAUSTO, Ruy. *Marx: lógica e política*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FREYER, Hans. "A sociedade estamental". O. IANNI (org.). *Teorias de estratificação social*. São Paulo: Nacional, 1978, pp. 168-171.
- GOOCH, G. P. *Political Thought in England. From Bacon to Halifax*. Londres: Oxford University Press, 1950.
- HAHN, F. H. "The winter of our discontent". *Económica*, ag. de 1973, p. 311 ff.
- HAMPshire, Stuart (ed.). *The Age of Reason*. Nova York: New American Library, 1956.
- HAMPSON, Norman. *The Enlightenment*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1968.
- HEILBRONER, Robert. *A formação da sociedade econômica*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- HELVÉTIUS, Claude-Adrien. *Do espírito*. (Coleção "Os Pensadores") São Paulo: Abril, 1973, vol 26.
- HICKS, John. *The Crisis in Keynesian Economics*. Nova York: Basic Books, 1974.
- HIRSCHMAN, Albert. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____. *As paixões e os interesses - argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOBBS, Thomas. *Leviathan*. 3ª ed. N. York: Washington Square Press, 1964.
- HOLLIS, M. e NELL, E. *Rational Economic Man: a Philosophical Critique of Neoclassical Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- HUME, David. *An Inquiry Concerning Human Understanding*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1955.
- _____. *Investigação sobre o entendimento humano e outros ensaios*. (Coleção "Os Pensadores") São Paulo: Abril, 1973. Vol. 22.
- HUTCHESON, Francis. *A System of Moral Philosophy*. Nova York: Augustus M. Kelley, 1968.

- HUTCHINSON, T. W. *Knowledge and ignorance in economics*. Londres: MacMillan, 1977.
- KATOUZIAN, Homa. *Ideology and Method in Economics*. Londres: MacMillan, 1980.
- LEIBENSTEIN, Harvey. *Beyond Economic Man - a New Foundation for Microeconomics*. Cambridge: Harvard University Press, 1976.
- LOCKE, John. *An Essay Concerning Human Understanding. The empiricists*. Garden City: Anchor Books, 1974.
- _____. *Two Treatises of Civil Government*. Londres: J. M. Bent & Sons, 1924.
- MAQUIAVEL, Nicolau (Niccolò Machiavelli). *O príncipe*. São Paulo, Livraria Exposição do Livro, s/d.
- McCLOSKEY, Donald N. "The rhetoric of economics". *Journal of Economic Literature*, vol. XXI, junho de 1983, 481-517.
- MERTON, Robert K. *Teoria y estructura sociales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.
- MOLDAU, Juan Hersztajn. A existência de objetivos irreduzíveis e suas implicações para a análise das escolhas. São Paulo: FEA/USP, tese de livre docência, 1985.
- MOUSNIER, R. e LABROUSSE, E. *O século XVIII. História Geral das Civilizações*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.
- MYRDAL, Gunnar. *Contra a corrente*. Rio de Janeiro: Campus, 1977.
- NEVILLE KEYNES, John. *The Scope and Method of Political Economy*. Londres: MacMillan, 1917.
- NOGUEIRA, Oracy. *Intelectuais, profissionais e tecnocratas - reflexões sobre a divisão do trabalho social*. São Paulo: FEA/USP, concurso para professor titular (documento para discussão), 1978.
- OCCAM, William de. Anne Fremantle (ed.). *The Age of Belief: the Medieval Philosophers*. Nova York: New American Library, 1954.
- OLDENBOURG, Zoé. *As cruzadas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- PLEKHANOV, Georgui V. *Essais sur l'histoire du matérialisme: d'Holbach, Helvétius, Marx*. Paris: Editions Sociales, 1957.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POPPER, Karl R. *A lógica da investigação científica*. (Coleção "Os Pensadores") São Paulo: Abril, 1975. vol. 44.
- QUESNAY, François de. *Tableau économique des physiocrates*. Prefácio de M. Lutfalla. França: Calman-Lévy, 1969.
- RANDALL, Francis B. (ed.); in Hobbes, *Leviathan*. Nova York: Washington Square, 1964, introdução.
- RAE, John. *Life of Adam Smith*. Nova York: Reprints Augustus M. Kelley, 1965.
- RAPHAEL, D.D. e MACFIB, A. L. "Introduction". Adam Smith, *Theory of Moral Sentiments*. Oxford: Clarendon Press, 1976.

- RECKTENWALD, Horst C. "An Adam Smith Renaissance Anno 1976? The Bicentenary output - A reappraisal of his scholarship", *Journal of Economic Literature*, vol. XVI, março de 1978, pp. 56-63.
- RIBEIRO, Renato J. *Ao leitor sem medo - Hobbes escrevendo sobre o seu tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ROBINSON, Joan. *Filosofia econômica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SCHÉLER, Max. *Sociologia del saber*. Buenos Aires: Revista de Occidente, 1947.
- SCHNEIDER, Louis. *The Scottish Moralists*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.
- SCHOEFFLER, Sidney. *The Failure of Economics: a Diagnostic Study*. Cambridge: Harvard University Press, 1955.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Fundamentos do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- SCOTT, William R. *Adam Smith as a Student and Professor*. Glasgow: Jackson, 1937.
- SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Nova York: Modern Library, 1937.
- _____. *The Theory of Moral Sentiments*. Nova York: Augustus M. Kelley, 1966.
- SOBOUL, Albert. *História da revolução francesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- SPINOZA, Baruch. *Tratado da correção do intelecto*. (Coleção "Os Pensadores") São Paulo: Abril, 1973, vol. 17.
- THURLOW, Lester C. *Dangerous Currents - the state of economics*. Londres: Oxford University Press, 1983.
- TOLIPAN, Ricardo. "A necessidade da história do pensamento econômico". Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia Industrial, texto para discussão nº 3, 1982.
- VINER, Jacob. "Adam Smith". *International Encyclopedia of the Social Sciences*, vol. 14. Londres: MacMillan, 1968.
- _____. "Guide to John Rae's Life of Adam Smith". Rae 1965, *op. cit.*, introdução.
- WARD, Benjamin. *O que há de errado com a economia?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975 (original inglês publicado em 1972, pela Basic Books).
- WEBER, Max. *Economia y sociedad*. 2 vols. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.
- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- WILBER, Charles K. e Jameson J. *An inquiry into the poverty of economics*. Notre Dame, Indiana: Notre Dame Press, 1983.

APÊNDICE

A FÁBULA DAS ABELHAS

As páginas que se seguem apresentam uma tradução do original inglês do poema de Bernard Mandeville, extraído da edição inglesa da Wishart & Co., de 1934. Em 1970, a Editora Kaye, de Londres, reimprimiu a obra original, em sua versão completa, mas a edição esgotou-se rapidamente. Assim, não existe qualquer exemplar da mesma nas bibliotecas públicas de São Paulo. Em 1982, a Fondo de Cultura Económica do México traduziu a edição completa para o espanhol.

A Fábula das abelhas é uma das obras-primas da literatura mundial. É também um documento de suma importância na revolução de valores focalizada neste livro, como se depreende de seu subtítulo: "vícios privados, benefícios públicos". *Bestseller* durante o século XVIII e boa parte do século XIX - a despeito de ter sido publicamente condenada -, já foi definida como uma mescla de anarquismo filosófico e utilitarismo cético.

O poema original foi publicado pela primeira vez em 1705, sob o título de *The Grumbling Hive or Knaves turn'd Honest* (em português, *A colmeia murmurante ou Os velhacos que se tornaram honestos*). Para

A COLMEIA MURMURANTE
OU
OS VELHACOS QUE SE TORNARAM HONESTOS

Bernard Mandeville

responder às críticas, que espocaram com extrema virulência. Mandeville sentiu-se obrigado a redigir vinte e quatro ensaios em prosa, agregados ao poema a título de esclarecimento ou justificativa. Assim, como se verá a seguir, o poema é entrecortado por letras, dispostas em ordem alfabética, de A a Y, pelas quais o autor assinala os trechos para os quais apresenta um ensaio, na segunda parte do livro.

Na introdução de seus comentários, Mandeville argumenta que uma das razões que leva as pessoas a mal compreenderem a si mesmas é o fato de a maioria dos escritores estarem sempre a dizer-lhes como devem ser, e não como de fato são. "De minha parte", acrescenta, "a- crédito que o homem (além de pele, carne, ossos e tudo o que é evidente aos olhos) é um composto de várias paixões: que todas elas, provocadas e detonadas, governam o homem uma a uma, queira ele ou não" (Mandeville 1934: 42). Tem-se aqui uma reiteração de dois elementos importantes na pré-história da Economia: 1) a distinção entre normativo e positivo, o que deve ser e o que é, com ênfase sobre o último; 2) o reconhecimento explícito de que o ser humano está sujeito à influência das paixões.

A terceira parte do livro é dedicada a uma "Investigação sobre a natureza da sociedade", onde Mandeville polemiza com Shaftesbury e outros filósofos moralistas cristãos quanto à possibilidade de existir virtude sem auto-negação. O amor natural que o homem nutre pelo ócio, pela vagabundagem e pelos prazeres sensuais, diz ele, não deve ser tolhido pela pregação. Ao contrário, tais inclinações só podem ser domadas por intermédio de paixões mais violentas. Não são as virtudes que o ser humano possa adquirir por intermédio da auto-negação o fundamento da sociedade, "... mas o que neste mundo chamamos mal, ... é o grande princípio que nos torna criaturas sociais, a base sólida, a vida e o suporte de todos os comércios e empregos sem exceção" (*ibidem* 230). Mandeville conclui que graças a uma boa administração, exercida por um político hábil, os vícios privados podem converter-se em benefícios públicos.

Finalmente, a última parte do livro contém um diálogo entre três personagens: Horácio, Cleomenes e Fúlvio. Horácio, defensor da moral tradicional, discute com Cleomenes. Este faz o papel de advogado da *Fábula das abelhas* e representa uma espécie de *alter ego* do próprio autor. Fúlvio tem um papel secundário. Segundo Mandeville, foi colocada apenas "com a intenção de dizer algumas coisas sobre a pintura e sobre as óperas" ...

Uma grande colmeia, repleta de abelhas,
Que vivem com luxo e comodidade,
Porém eram tão famosas por leis e armas
Quanto por copiosos e precoces enxames,
Era tida como o grande berço
Das ciências e da indústria.
Não havia abelhas que possuíssem governo melhor,
Maior volubilidade ou menos contentamento;
Não eram escravas da tirania,
Nem governadas pela desenfreada Democracia,
E sim por reis, que não podiam errar,
Pois seu poder era restrito por leis.

Esses insetos viviam como os homens,
E todas as nossas ações executavam em miniatura;
Faziam tudo o que se faz na cidade,
E o que é da alçada da espada ou toga,
Embora os trabalhos engenhosos dos membros minúsculos
De tão ligeiros escapassem à vista humana.
Entretanto, não temos máquinas, trabalhadores,
Navios, castelos, armas, artifícios,
Ofício, ciência, loja ou instrumento
Para os quais não possuíssem equivalente;
Estes, sendo sua língua desconhecida,
Devem ser chamados com os nomes que damos aos nossos.
Como concessão, entre outras coisas,
Queriam dados, mas tinham reis,
E estes tinham guardas, do que se pode, acertadamente,
Concluir que algum jogo havia,
A menos que exista um regimento
De soldados que não pratique nenhum.

Grandes números abarrotavam a fértil colmeia,
Porém essa multidão fazia com que prosperassem;
Milhões empenhavam-se em satisfazer
Mutuamente sua cupidez e vaidade,
(A.) Enquanto outros milhões labutavam
Para ver destruídas suas obras.
Abasteciam metade do universo,
Porém tinham mais trabalho que trabalhadores.
Alguns, com grande capital e pouco esforço,
Lançavam-se a negócios de fabulosos lucros;
Outros estavam condenados à foice e à espada,
E a todos esses árduos e cansativos ofícios
Nos quais, voluntariamente, desgraçados suam dia após dia,
Esgotando as forças e os membros para poderem comer,
Enquanto outros dedicavam-se a mistérios
Aos quais poucos encaminhavam aprendizes,
Que não queriam outro cabedal senão o descaramento,
E podiam estabelecer-se sem um centavo sequer,
Como trapaceiros, parasitas, gigolôs, jogadores,
Punguistas, falsários, charlatães, adivinhos
E todos os que, inimigos
Do trabalho honesto, astuciosamente
Convertiam em seu próprio benefício
O trabalho do afável e incauto próximo.

(B.) A esses chamavam velhacos, mas exceto pelo nome,
Os austeros industriais eram iguais;
Todos os negócios e cargos tinham algo de desonesto,
Nenhuma profissão era isenta de embustes.
Os advogados, cuja arte tinha por base
Suscitar contendas e dividir causas,
Opunham-se a todos os registros, pois as trapaças
Poderiam dar mais trabalho com propriedades hipotecadas,
Como se fosse ilegal que o patrimônio de alguém
Fosse conhecido sem uma ação judicial.
Postergavam deliberadamente as audiências,
Para embolsar polpudos honorários,
E, para defender uma causa iníqua,
Examinavam e observavam as leis,

Como ladrões que espreitam lojas e casas
Para descobrir qual o seu ponto fraco.

Médicos valorizavam fama e riqueza
Acima da saúde dos depauperados pacientes
Ou de sua própria habilidade; a maior parte estudava,
Em vez de as regras da arte,
Olhares graves e pensativos e atitudes apáticas,
Para ganhar a simpatia do boticário
E elogios das parteiras, sacerdotes
E todos os que lidavam com nascimentos e funerais,
Suportar a incessante tagarelice da tribo,
E ouvir a tia da dona da casa prescrever,
Com um sorriso afetado e um cortês "Como vai?"
Para bajular toda a família
E, o que é o pior de todos os tormentos,
Aguentar a impertinência das enfermeiras.

Entre os muitos sacerdotes de Júpiter,
Contratados para invocar as bênçãos do céu,
Alguns havia sábios e eloquentes,
Mas milhares lascivos e ignorantes;
Contudo, todos preenchiam os requisitos que podiam ocultar
Sua preguiça, luxúria, avareza e orgulho,
Pelos quais eram tão famosos quanto alfaiaes
Por sonegar retalhos e marinheiros por rum.
Alguns, magros e pobremente vestidos,
Rezavam misticamente por pão,
Com isso querendo dizer uma farta despesa,
Contudo, literalmente, não recebiam nada além.
E, enquanto esses santos labutadores passavam fome,
Alguns preguiçosos a quem serviam
Abandonavam-se ao ócio, com todas as graças
Da saúde e da fartura nas faces.

(C.) Os soldados, que eram forçados a lutar,
Se sobrevivessem, auferiam honrarias,
Embora alguns, que se esquivavam de brigas sangrentas,
Houvessem sido feridos na fuga.

Alguns generais valentes combatiam os inimigos,
Outros aceitavam suborno para deixá-los escapar;
Alguns aventuravam-se sempre onde a luta era mais renhida,
Perdiam ora uma perna, ora um braço,
Até que, totalmente inválidos, eram postos de lado,
E viviam com a metade do soldo,
Enquanto outros nunca apareciam no campo de batalha,
E ficavam em casa recebendo em dobro.

Seus reis eram servidos, porém astutamente
Logrados pelo seu próprio ministério;
Muitos, que pelo seu bem-estar arduamente trabalhavam,
Roubavam a própria coroa a quem salvavam;
As pensões eram pequenas, e eles viviam à larga,
Porém jactavam-se de sua honestidade,
Chamando, sempre que extrapolavam seus direitos,
Gratificação a seu logro matreiro;
E, quando entendiam seu jargão,
Mudavam o nome para emolumento,
Relutantes em ser concisos ou explícitos
Com tudo o que se referisse a ganhos;
(D.) Pois não havia abelha que não quisesse
Ganhar mais, não direi, do que merecia,
Porém do que ousava permitir que soubessem
(E.) Aqueles que lhes pagavam, como jogadores
Que, embora jogando limpo, nunca revelam
Aos perdedores o quanto ganharam.

Mas quem pode enumerar todas as suas fraudes?

O próprio material que na rua
Vendiam como estero para enriquecer o solo,
Frequentemente, como descobria o comprador,
Era sofisticado com um quarto
De pedras e argamassa imprestáveis,
Embora pouca razão tivesse para queixar-se
Aquele que também vendia gato por lebre.

A própria Justiça, célebre pela equanimidade
Embora cega não perdera o tato;

Sua mão esquerda, que deveria sustentar a balança,
Deixara-a muitas vezes pender, subornada com ouro;
E, conquanto parecesse imparcial,
Quando se tratava de punição corporal,
Alardeava seguir curso regular
Em assassinatos e todos os crimes violentos,
Porém alguns, primeiro mandados ao pelourinho por desonestidade,
Eram enforcados na própria corda com que haviam sido açoitados.
Contudo, pensava-se, a espada que ela empunhava
Reprimia apenas os pobres e desesperados
Que, impelidos por mera necessidade,
Eram amarrados à árvore dos desgraçados
Por crimes que não mereciam tal destino,
Senão para proteger os ricos e poderosos.

Assim, o vício imperava em cada parte,
Embora o todo fosse um paraíso;
Incensados na paz, temidos na guerra,
Tinham o respeito dos estrangeiros,
E, na abundância de riqueza e vidas,
Eram a força preponderante entre todas as colmeias.
Tais eram as bênçãos daquele estado
Que seus crimes conspiravam para torná-lo grandioso;
(F.) E a virtude, que com a política
Aprendera milhares de artifícios sutis,
Tornara-se, pela feliz influência,
Amiga do vício, e desde então
(G.) O pior elemento em toda a multidão
Fazia algo para o bem comum.

Era essa a estatística que regia
O todo, do qual cada parte reclamava;
Isso, como na harmonia musical,
Conciliava as dissonâncias no geral.
(H.) Grupos diretamente opostos
Ajudavam-se mutuamente, como por perversidade,
E a temperança e a sobriedade
Serviam à embriaguez e à gula.

(L.) A avareza, raiz do mal,
Esse maldito, perverso, pernicioso vício,
Era escrava da prodigalidade,
(K.) O pecado nobre; (L.) enquanto o luxo
Empregava um milhão de pobres,
(M.) E o orgulho odioso, mais um milhão.
A própria inveja e a vaidade
Eram ministros da indústria;
Sua extravagância predileta, a volubilidade
No comer, vestir-se e mobiliar,
Tornara-se, vício estranho e ridículo,
A própria roda que movia os negócios.
Suas leis e seus trajés eram, igualmente,
Coisas mudáveis,
Pois, o que em certo momento era bem visto,
Meio ano depois tornava-se crime.
Entretanto, enquanto assim alteravam suas leis,
Sempre encontrando e corrigindo imperfeições,
Através da inconstância reparavam falhas
Que a prudência não poderia prever.

Assim, o vício fomentava a engenhosidade
Que, unida ao tempo e ao trabalho,
Propiciava as comodidades da vida.
(O.) Seus verdadeiros prazeres, confortos e facilidades,
(P.) A tal ponto que mesmo os pobres
Viviam melhor que os ricos de outrora,
E nada mais havia a acrescentar-se.

Como é vã a felicidade dos mortais!
Tivessem eles noção dos limites da bem-aventurança,
E de que a perfeição, cá embaixo,
Está acima do que os deuses podem conceder,
E os queixosos animais ter-se-iam contentado
Com ministros e governo.
Porém eles, a cada sobrevento,
Como criaturas irremediavelmente perdidas,
Maldiziam os políficos, o exército, as frotas,
Enquanto cada um gritava "Abaixo os desonestos!"

Apesar de cômico dos próprios defeitos,
Dos demais, barbaramente, não tolerava nenhum.

Um, que conseguira patrimônio principesco
Enganando o patrão, o rei e os pobres,
Atrevia-se a bradar "Que a terra pereça
Por todas as suas fraudes!"; e quem pensais
Que o patife pregador de sermão censurava?
A um luveiro, que vendera couro grosseiro por pelica!

A menor coisa feita incorretamente,
Ou que obstasse aos negócios públicos,
E já todos os velhacos gritavam desfaçadamente:
"Oh, Deus! Se ao menos houvesse honestidade!"
Mercúrio sorria ante a impudência,
E outros chamavam-na falta de senso,
Sempre a protestar contra o que amavam.
Porém, Júpiter, cheio de indignação,
Finalmente, irritado, jurou livrar
Da fraude a vociferante colmeia. E assim o fez.
No mesmo momento, ela se foi
E a honestidade encheu seus corações;
Revelaram-se-lhes, como na árvore do conhecimento,
Os crimes dos quais se envergonharam,
E que então, em silêncio, confessaram,
Enrubescendo ante sua torpeza,
Como crianças que, desejando esconder suas faltas,
Pela cor denunciavam os pensamentos,
Imaginando, ao serem olhados,
Que os outros vêem o que fizeram.

Porém, oh deuses! Que consternação!
Quão grande e súbita foi a alteração!
Em meia hora, no país inteiro,
A carne caiu um pêni por libra;
A máscara da hipocrisia despencou,
Do grande estadista ao palhaço;
E alguns, tão conhecidos pela aparência afetada,
Pareceram estranhos com a sua natural.

O tribunal ficou silencioso a partir de então,
Pois agora os devedores, voluntariamente, pagavam
Mesmo o que os credores haviam esquecido,
E estes desobrigavam os que não podiam saldar as dívidas.
Os que estavam sem razão calaram-se
E desistiram dos esfarrapados e vexatórios processos,
Com o que, já que ninguém prospera menos
Do que advogados em uma colmeia honesta,
Todos, exceto os que tinham grandes posses,
Partiram, levando consigo seus tinteiros.

A justiça enforcou alguns, outros libertou,
E, após esvaziarem-se as prisões,
Não mais sendo necessária sua presença,
Retirou-se com todo o seu cortejo e pompa.
Na vanguarda marcharam ferreiros, com cadeados e grades,
Grilhões e portas com chapas de ferro;
A seguir, carcereiros, guardas e ajudantes;
À frente da deusa, a alguma distância,
Seu fiel ministro principal,
Dom Algoz, o grande executor da Lei,
Empunhando não a espada imaginária,
Mas seus próprios instrumentos, o machado e a corda;
Então, em uma nuvem, a bela de olhos vendados:
A justiça em pessoa, impelida pelo ar;
Em volta de sua carruagem, e na retaguarda,
Seguiram sargentos, esbirros de toda a espécie,
Beleguins e todos aqueles funcionários
Que das lágrimas arrancam seu sustento.

Embora vivesse a medicina enquanto houvesse doentes,
Ninguém prescrevia senão abelhas habilitadas,
As quais dispersaram-se tanto pela colmeia
Que nenhuma precisava de condução;
Deixaram de lado controvérsias inúteis e esforçaram-se
Por livrar os pacientes do sofrimento;
Abandonaram as drogas produzidas em países desonestos
E usaram os produtos da sua própria terra,
Sabendo que os deuses não mandam doenças
A nações sem remédios.

O clero despertou da preguiça;
Não mais delegaram suas incumbências às abelhas auxiliares;
Isentos de vício, serviram pessoalmente
Aos deuses, com oração e sacrifícios.
Todos os que eram inaptos, ou sabiam
Serem dispensáveis seus serviços, retiraram-se;
Nem havia trabalho para tantos
(Se é que os honestos precisam de algum).
Somente uns poucos permaneceram com o sumo-sacerdote,
A quem os demais juraram obediência;
Ele próprio ocupou-se de assuntos divinos,
Cedendo a outro os negócios de estado.
Não escorçou de sua porta nenhum faminto,
Nem roubou aos pobres seu salário;
Em sua casa os esfomeados foram alimentados,
Os subordinados tiveram pão sem restrições,
E os viajantes necessitados, cama e comida.

Entre os grandes ministros do rei
E todos os administradores subalternos
A mudança foi grande pois, (Q.) frugalmente,
Passaram a viver de seu salário.
Que uma abelha pobre viesse dez vezes
Pedir o que lhe era devido, uma quantia irrisória,
E por um escrívão bem pago fosse obrigada
A dar algo por fora ou nunca receber,
Seria agora considerado absoluta desonestidade,
Embora antes fosse prerrogativa.
Todos os lugares, antes administrados por três,
Que vigiavam mutuamente suas velhacarias,
E muitas vezes, por camaradagem,
Promoviam os roubos uns dos outros,
Felizmente passaram a ser geridos por um só;
Com isso, foram-se outros milhares.

(R.) Nenhuma honra agora poderia satisfazer-se
Em viver devendo pelo que gastava;
Librés ficaram expostas em lojas de penhores,
Desfizeram-se de carruagens por uma pechincha,

Venderam cavalos magníficos às parelhas,
E casas de campo para saldar dívidas.

Evitou-se o gasto inútil tanto quanto a fraude;
Não mais mantiveram exércitos no exterior;
Riram-se da estíma dos estrangeiros
E das glórias vãs conseguidas com guerras;
Lutaram, mas pelo bem da pátria,
Quando o direito e a liberdade estavam em jogo.

Olhai agora a gloriosa colmeia e vede
Como se conciliam honestidade e negócios:
O espetáculo terminou; esvaiu-se rapidamente,
E apresentou-se com face bastante diversa,
Pois não só foram-se aqueles
Que somas vultosas gastavam anualmente,
Mas multidões, que neles tinham seu ganha-pão,
Foram diariamente forçadas a fazer o mesmo;
Inutilmente buscaram outros officios,
Pois estavam todos superlotados.

Caiu o preço da terra e das casas,
Palácios maravilhosos, cujos muros,
Como os de Tebas, foram feitos para o espetáculo.
Puseram-se para alugar, enquanto os outrora garridos,
Bem estabelecidos deuses domésticos ficariam
Mais satisfeitos em morrer no fogo do que ver
A modesta inscrição na porta
Sorrir das soberbas que eles exibiam.
A construção civil foi aniquilada,
Não se empregaram mais artifices,
(S.) Nenhum pintor ganhou fama por sua arte,
Canteiros e entalhadores não se tornaram conhecidos.

Os que permaneceram tornaram-se moderados,
Esforçaram-se não para gastar, mas para viver,
E, tendo pago a conta da taverna,
Resolveram lá não mais entrar.
Nenhuma ex-noiva de taverneiro em toda a colmeia

Pôde, então, usar tecidos de ouro e prosperar,
Nem perdulários adiantar tão grandes quantias
Para borgonhas e verdascos.
Foi-se o corteção que, com sua querida,
Diariamente ali jantava um banquete de Natal,
Gastando, em duas horas de estada,
O que sustentaria o dia todo uma tropa de cavalaria.

O arrogante Cloé, que para viver à grande,
Fizera seu (T.) marido roubar ao Estado,
Agora, contudo, vendeu sua mobília,
Que fora saqueada nas Índias,
Reduziu o dispendioso cardápio,
E usou um ano inteiro os mesmo trajes duráveis:
A era da futilidade e do capricho passou,
E as roupas, bem como as modas, permaneceram.
Tecerões que produziam ricos brocados
E todos os officios subordinados
Extinguiram-se. Ainda reinava a paz e a abundância,
E tudo era barato, porém simples.
A bondosa Natureza, livre do jugo dos jardineiros,
Concedia todos os frutos no seu próprio tempo;
Contudo, raridades não se podia mais obter
Quando os esforços para consegui-las não eram pagos.

À medida que minguaram orgulho e luxo,
Gradativamente deixaram os mares,
Agora não os mercadores, mas companhias.
Fecharam fábricas inteiras.
Todas as artes e officios foram abandonados.
(V.) O contentamento, ruína da indústria,
Fê-los apreciar seu estoque caseiro
E não buscar nem cobiçar mais.

Assim, poucos permaneceram na vasta colmeia;
Não puderam manter nem a centésima parte
Contra as afrontas dos numerosos inimigos,
A quem, valentemente, enfrentavam,
Até encontrar algum refúgio bastante fortificado,

Onde morriam ou defendiam seu território.
Não houve mercenários em seu exército;
Bravamente, lutaram eles próprios.
Sua coragem e integridade
Foram finalmente coroadas com a vitória.
Triunfaram, porém não sem custo,
Pois milhares de abelhas pereceram.
Calejadas dos árduos trabalhos e exercícios,
Consideraram vício a própria comodidade,
O que aperfeiçoou de tal modo sua moderação.
Que, para evitar extravagâncias,
Voaram para uma árvore oca,
Abençoadas com satisfação e honestidade.

MORAL

Portanto, não reclamai: somente tolos esforçam-se
(X.) Por criar uma colmeia grandiosa e honesta.
(Y.) Desfrutar os confortos da vida,
Ser famoso na guerra e, ainda, viver comodamente,
Sem grandes vícios, é uma vã
Utopia radicada no cérebro.
A fraude, o luxo e o orgulho devem existir,
Enquanto recebemos seus benefícios.
A fome é uma praga atroz, sem dúvida,
Mas quem, sem ela, alimenta-se ou prospera?
Não devemos nós a produção do vinho
À mirrada, pobre e encurvada parreira
Que, enquanto seus brotos eram negligenciados,
Sufocava as outras plantas e tornava-se mato,
Mas nos abençoou com seus nobres frutos
Tão logo foi amarrada e podada?
Assim é o vício tornado benéfico
Quando pela Justiça desbastado e restrito.
E mais ainda: onde o povo quiser ser grande,
Tão necessário ao Estado
Quanto a fome para comer.
A virtude, sozinha, não pode fazer nações viverem
Em esplendor; as que desejam reviverem
A Idade do Ouro devem ser tão livres
De glandes quanto de honestidade.

ÍNDICE ANALÍTICO

- A**
 abstração, 2, 7, 8, 109, 143
 altruísmo, 89, 91, 95, 100, 105, 106, 134
 ambição, 34, 62, 89, 90, 106, 117, 127, 142
 antropocêntrico (a), 75, 134
 antropocentrismo, 36
 antropologia, 21, 26, 29, 30
 Appleby, Joyce, 79
 apriorístico (a) (os), 57, 68, 83
 Astronomia, 49
 auto-amor, 91, 95, 120, 121, 134
 auto-comando, 107, 112, 113
 auto-controle, 33
 auto-estima, 79, 90, 91, 94, 95, 125, 133, 134
- B**
 Bacon, Francis, 22, 41, 49, 55, 56, 57, 58, 59, 66, 68, 71, 74, 81, 82, 85, 94, 97, 109, 131, 138
 Bell, Daniel, 10, 12, 15
 bem comum/público, 91, 94, 107
 bem-estar público/social/coletivo/geral, 16, 30, 33, 38, 62, 66, 91, 93, 132, 134
 benefício público, 92, 93, 134
 Bentham, Jeremy, 53, 100
 Biologia, 76
 Blaug, Mark, 20, 110
 burguesia, 32, 36, 49, 63, 78, 80, 81, 116, 130, 138
- C**
 capitalismo, 2, 11, 15, 28, 31, 36, 39, 130, 137, 138, 139, 140, 141
 Copleston, S. J., 74, 83, 91, 95, 100
 cartesiano (a), 68, 69, 75, 84
 causas finais, 56, 68, 76, 133
 ceticismo, 63, 75, 78, 97, 98, 112
 ciência, 1, 2, 6, 7, 9, 11, 12, 14, 15, 22, 26,
- 27, 28, 37, 38, 39, 48, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 68, 69, 73, 75, 84, 98, 129, 130, 139, 140, 141
 ciência econômica, ver economia, ciência
 ciências empíricas, 59, 75, 76
 ciências físicas/naturais, 7, 17, 21
 ciências sociais/humanas, 1, 2, 21, 26, 29, 39, 50, 73, 107
 consíscia, 33, 51, 125, 130
 contrato, 81, 86, 132, 133
 crise, 1, 2, 4, 6, 7, 9, 10, 12
 crise de identidade, 3, 4, 22, 25, 129, 139
- D**
 dedutivo (a), 57, 68
 deísmo/déista, 78, 108
 Descartes, René, 22, 44, 65, 67, 68, 69, 71, 74, 76, 77, 83, 84, 85, 97, 132, 136
 Direito, 37, 39
 direito de propriedade, 31, 42, 86, 116, 127
 direito (s) natural (s), 75, 78, 79, 101
 Dumont, Louis, 22, 27, 28, 29, 30, 34, 39, 40, 42, 79, 80, 86, 92, 93, 104, 129
- E**
 Economia, ciência, 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 39, 40, 46, 49, 53, 64, 82, 91, 92, 100, 102, 104, 106, 110, 129, 134, 139, 140, 141, 143
 Economia, objeto da, 28, 30
 Economia Política, 20, 23, 26, 40, 41, 42, 53, 59, 71, 89, 102, 103, 129, 134, 136, 139, 141, 143
 egoísmo, 50, 60, 89, 91, 95, 100, 101, 105, 106, 118, 120, 121, 125, 132, 134, 140, 141, 142
 egoísta, 42, 50, 94, 105, 106, 107, 120,

125, 135, 136, 140
empirismo, 11, 58, 83, 84, 86, 90, 94
empirista, 83, 84, 97, 101, 109, 134
Erasmo, 43, 44, 45
escolástica, 43, 44, 65, 68, 75, 83, 132, 133
escolástico (s), 46, 48, 56, 57, 69
espectador imparcial, 106, 107, 111, 112, 114, 121, 122, 124, 128, 134, 135
Estado, 33, 37, 38, 41, 42, 45, 50, 52, 55, 59, 60, 62, 64, 65, 66, 79, 80, 86, 90, 101, 131, 132, 137, 143
estratificação social, sistema de, 36, 80, 113, 115, 116
Ética, 22, 31, 44, 49, 52, 64, 65, 66, 69, 71, 78, 82, 91, 94, 96, 100, 101, 106, 112, 114, 118, 129, 131, 134, 137
Ética deontológica, 52, 61.
Ética teleológica, 50, 52, 55, 65, 67, 84, 132, 133
exegese, 49, 74, 131

F

Filosofia, 6, 21, 26, 37, 38, 39, 45, 48, 49, 56, 64, 68, 69, 73, 81, 82, 84, 89, 97, 98, 99, 105, 108, 120, 121, 122, 129, 130, 131, 137
filósofo (s), 1, 37, 43, 45, 50, 55, 56, 57, 58, 81, 82, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 107, 117, 118, 119, 123,
filósofos éticos/moralistas, 22, 41, 42, 79, 85, 89, 90, 91, 95, 96, 100, 101, 102, 106, 109, 115, 122, 125, 133
Física, 1, 56, 66, 76, 84, 88, 131, 132
fisiocrata (s), 21, 23, 26, 87, 102, 104, 126

G

Galileu, 48, 60, 65
Geografia, 49

H

Hampson, Norman, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 83, 138
Hartley, David, 90, 94, 99, 133
hedonismo, 94
hedonista, 84, 86
Helvétius, Claude-Adrien, 42, 74, 78, 87, 88, 89, 122, 133, 136
Hirschman, Albert, 20, 22, 32, 33, 34, 35, 40, 42, 50, 53, 89, 90, 91, 125, 129, 136, 139, 140, 141, 142, 143
Hobbes, Thomas, 22, 37, 41, 42, 49, 52,

59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 71, 73, 81, 82, 84, 85, 90, 91, 92, 95, 107, 108, 119, 132, 136, 138
hobbesiano, 38, 41, 60, 62, 63, 85, 88, 92, 118, 133
Hume, David, 1, 58, 74, 75, 84, 87, 90, 96, 97, 98, 99, 105, 110, 113, 115, 116, 120, 133, 134
Hutchenson, Francis, 90, 94, 96, 105, 108, 110, 121, 122, 133
Hutchinson, T. W., 7, 8, 9, 15, 12

I

Idade Média, 22, 32, 43, 45, 47, 48, 55, 56, 57, 72, 100, 129
Idade Moderna, 22, 23, 28, 31, 35, 36, 38, 40, 41, 42, 43, 49, 50, 59, 61, 71, 101, 106, 119, 122, 123, 130, 137, 142
ideário, 26, 50, 64, 129
ideologia, 28, 29, 30, 116
igualitarismo, 28
Illuminismo, 49, 69, 71, 72, 75, 77, 87, 90, 94, 96, 101, 112, 115, 116, 132
iluminista (s) 1, 22, 45, 72, 74, 75, 79, 81, 82, 84
individualismo, 22, 29, 30, 31, 36, 51, 52, 75, 102, 131
indivíduo, 16, 31, 33, 35, 36, 37, 43, 47, 49, 51, 57, 61, 62, 63, 65, 80, 81, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 107, 111, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 141, 142, 143
indução, 109
indutivismo, 58
indutivo (a), 58, 59

interesse (s), 16, 33, 34, 38, 42, 52, 75, 79, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 99, 101, 106, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 130, 133, 134, 135, 140, 142

K

Katuzian, Homa, 20, 144
Kristol, Irving, 10, 13, 19

L

liberal (ais), 6, 28, 53, 62, 63, 86, 94, 102, 124, 133, 136, 137, 138
liberalismo, 6, 39, 42, 60, 64, 66, 71, 81, 83, 86, 102, 133
liberdade de pensamento, 65, 101, 132

Locke, John, 22, 28, 38, 41, 42, 56, 59, 62, 69, 71, 73, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 94, 96, 107, 133, 136, 137, 138, 143
Lógica, 58, 68

luxo, 88, 115, 120, 122, 127, 133, 135
luxúria, 61, 82, 92, 93, 99, 119, 127, 134, 135

M

Mandeville, Bernard, 28, 37, 38, 41, 74, 87, 90, 92, 93, 94, 106, 112, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 133, 135, 136
Maquiavel, Nicolau, 22, 37, 41, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 60, 62, 64, 67, 71, 84, 92, 101, 112, 115, 131, 132, 136, 138, 140

maquiavélico (a), 55, 64, 114
Marx, Karl, 13, 29, 30, 31, 35, 59, 87, 89
marxismo, 6, 29
marxista, 6, 7, 11
Matemática, 5, 48, 66, 84, 144
mecânica (s), 36, 76, 140
medieval (ais), 35, 45, 48, 129, 130
mercantilismo, 35
mercantilista (s), 21, 26, 34, 55, 82, 99
Metafísica, 27, 42, 49, 69, 97, 131
método (s), 27, 31, 59, 69, 90, 109, 130
Metodologia, 4, 6, 7, 8, 20, 21, 98, 110, 131

Mill, John Stuart, 53, 85, 100
moral, 32, 38, 40, 50, 53, 55, 85, 86, 88, 90, 91, 94, 95, 98, 100, 102, 116, 120, 133, 140, 142
moralidade, 28, 53, 63, 65, 92
More, Thomas, 37, 43, 44

N

naturalismo, 36, 50, 56, 57
natureza, 33, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 55, 56, 57, 59, 61, 67, 74, 75, 76, 89, 92, 94, 96, 98, 100, 109, 111, 120, 131, 132, 142
natureza humana, 32, 33, 41, 50, 51, 52, 59, 60, 61, 85, 86, 90, 91, 92, 95, 99, 105, 107, 118, 120, 125, 134, 135, 140, 141, 142
Newton, John, 44, 74, 82, 84, 88, 96, 108, 133
newtoniano, 12, 14, 66, 76, 99, 132
normativo (a), 50, 57, 89, 112, 114, 131

O

observação, 17, 49, 51, 56, 58, 66, 68, 75, 77, 88, 97, 109, 110, 111, 131
Occam, William de, 43, 44

P

paixo social, 62, 85, 88, 92, 101
paixão (ões), 32, 33, 34, 42, 48, 61, 62, 67, 68, 87, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 106, 107, 108, 114, 118, 119, 120, 125, 128, 130, 132, 133, 134, 137, 142
Paley, William, 90, 100
paradigmas, 3, 21, 25, 26, 34, 52, 58, 76, 84, 90, 130, 139

pobreza, 44, 47, 92, 116, 117, 127
Política, ciência, 21, 92
Popper, Karl, 8, 59, 98
positivismo, 20, 42, 56, 66, 131
positivista (as), 2, 6, 12, 14, 134
positivo (a) 6, 50, 54, 90, 124, 139
previsibilidade, 33, 51, 125
probabilidade, 84
probabilístico, 58, 84
progresso, 61, 68, 72, 75, 101, 102, 116, 121, 126, 128, 132, 134

propriedade, direito de, ver direito de propriedade
protestante (s), 31, 32
Psicanálise, 25
Psicologia, 6, 21, 99

Q

Quesnay, Dr., 28, 76, 102, 104, 123
Química, 1, 49, 66

R

racional (ais) 9, 11, 14, 66, 95, 97, 101, 109, 132
racionalismo, 42, 68, 83
Razão, 22, 33, 42, 44, 45, 48, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 81, 84, 95, 98, 99, 109, 120, 122, 130, 134, 135
realismo, 50, 89, 130
religião, 30, 32, 37, 38, 39, 41, 44, 48, 65, 69, 130
Renascença, 22, 26, 32, 43, 47, 48, 49, 75, 132
revolução científica, 4, 10, 11, 82
revolução de valores, 22, 27, 31, 36, 81, 90, 102, 106

Revolução Francesa, 71, 74, 78, 79, 80, 82, 89, 117, 118
 Revolução Gloriosa, 56, 80, 82, 85, 138
 Revolução Industrial, 1, 26, 137, 142
 revolução (ões) liberal (ais), 31, 80
 riqueza, 28, 34, 35, 61, 62, 80, 87, 89, 94, 103, 104, 115, 116, 117, 120, 126, 127, 133, 135, 137, 138
Riqueza das nações, A 7, 23, 40, 42, 100, 102, 105, 106, 110, 112, 115, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 135
 La Rochefoucauld, duque de, 42, 118, 123
 Rousseau, 29, 42, 86, 118

S
 Schelet, Max, 36, 37, 49
 Schumpeter, Joseph, 26, 143
 sensação (ões), 83, 87, 88, 97, 99, 120
 senso moral, 90, 94, 99, 100, 133
 sentidos, 48, 56, 58, 76, 81, 83, 88, 97, 110, 133
 Shaftesbury, Earl of, 38, 82, 90, 91, 92, 94, 108, 122, 133
 simpatia, 98, 99, 105, 106, 107, 110, 111, 116, 117, 120, 121, 134, 135
 Smith, Adam, 23, 40, 41, 42, 43, 90, 96, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 134, 135, 136, 137, 138, 141
 smithiano, 108, 125, 127

Smith, paradoxo de, 104, 105, 123, 135
 Sociologia, 11, 12, 21, 26, 36, 38, 142
 Spinoza, Baruch, 22, 37, 41, 42, 49, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 81, 82, 107, 132, 133, 136

T
 Teologia, 26, 44, 59, 129
 teoria do conhecimento, 22, 26, 66, 71, 81, 82, 96, 101, 106, 129, 132, 133, 137
Teoria dos sentimentos morais, A 23, 99, 102, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 134, 135
 Thurow, Lester, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21
 Tucker, 90, 94, 96, 108, 133

U
 utilitarismo, 53, 100
 utilitarista, 42, 85, 94, 100

V
 vício (os), 54, 67, 92, 93, 99, 112, 113, 116, 118, 119, 121
 Viner, Jacob, 41, 109, 116, 117, 118, 121, 122, 124, 127, 128
 virtude (s), 12, 61, 62, 78, 88, 92, 95, 98, 112, 114, 115, 116, 119, 121

W
 Ward, Benjamin, 4, 5, 6, 7
 Weber, Max, 31, 32, 39

BIBLIOTECA CENTRAL
 Fundação de Economia, Administração e
 Contabilidade de Santos - FEA/USP

DOAÇÃO - PREGÃO: - EMPENHO:
 Processos: V.2: V.3:
 V.1: V.5: V.6:
 V.4: V.7: V.8:

N.F.: - R\$
 DEPTO: ECONOMIA
 Doc:

Impresso na
 Gráfica A Tribuna de Santos Ltda.
 Rua João Pessoa, 349
 Telefones 32.8692 - 35.3627
 CEP 11.013 - Santos

BIBLIOTECA CENTRAL
 Fundação de Economia, Administração e
 Contabilidade de Santos - FEA/USP